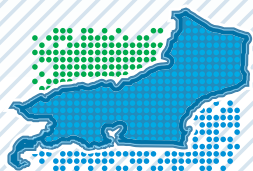
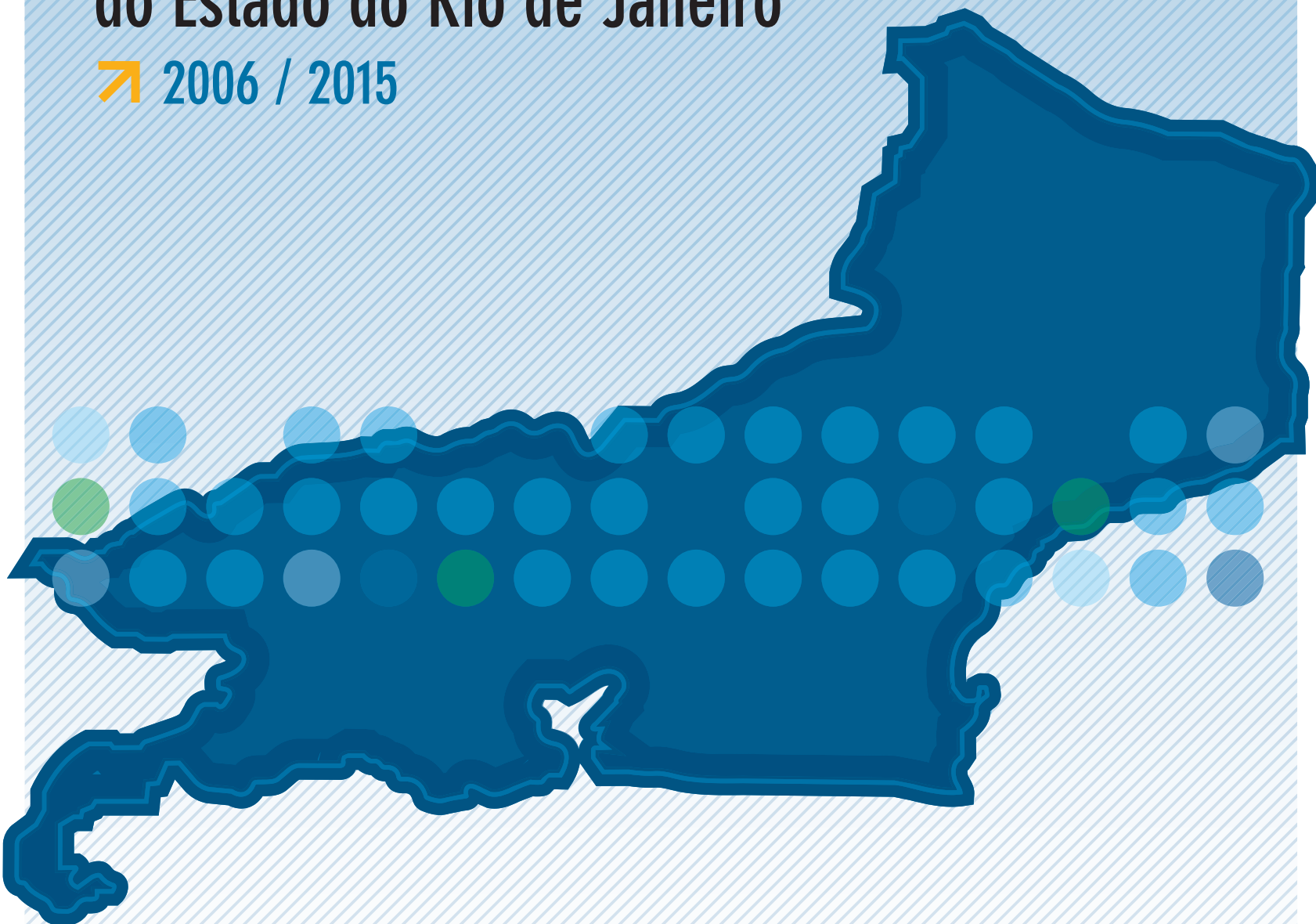


Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

➤ 2006 / 2015



MAPA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sistema **FIRJAN**

SESI-RJ
SENAI-RJ



© 2006. FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
SESI-RJ – Serviço Social da Indústria do Estado do Rio de Janeiro
SENAI-RJ – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Rio de Janeiro

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro foi elaborado com o apoio e metodologia da empresa Symnetics.

Sistema FIRJAN
Diretoria Operacional Corporativa



Ficha Catalográfica
Biblioteca do Sistema FIRJAN

S623m

Sistema FIRJAN.

Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN/
DCO, 2006.

112 p.: 19il.

ISBN 85-98246-02-6

1. Indústria Fluminense 2. Gestão Pública 3. Legislação 4. Reforma Tributária 5. Educação 6. Saúde
7. Segurança Pública 8. Infra-estrutura urbana 9. Logística 10. Financiamento 11. Competitividade Empresarial
12. Responsabilidade Social 13. Responsabilidade Ambiental 14. Comércio Exterior 15. Turismo
16. Petróleo 17. Gás

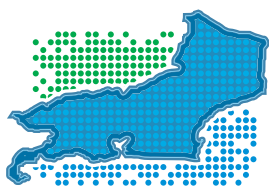
CDU 330.98153



Sistema FIRJAN
Avenida Graça Aranha n° 1
CEP:20030-002 – RIO DE JANEIRO – RJ
TEL.: (21) 2563-4455
<http://www.firjan.org.br>
e-mail: mapa@firjan.org.br

Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

➤ 2006 / 2015



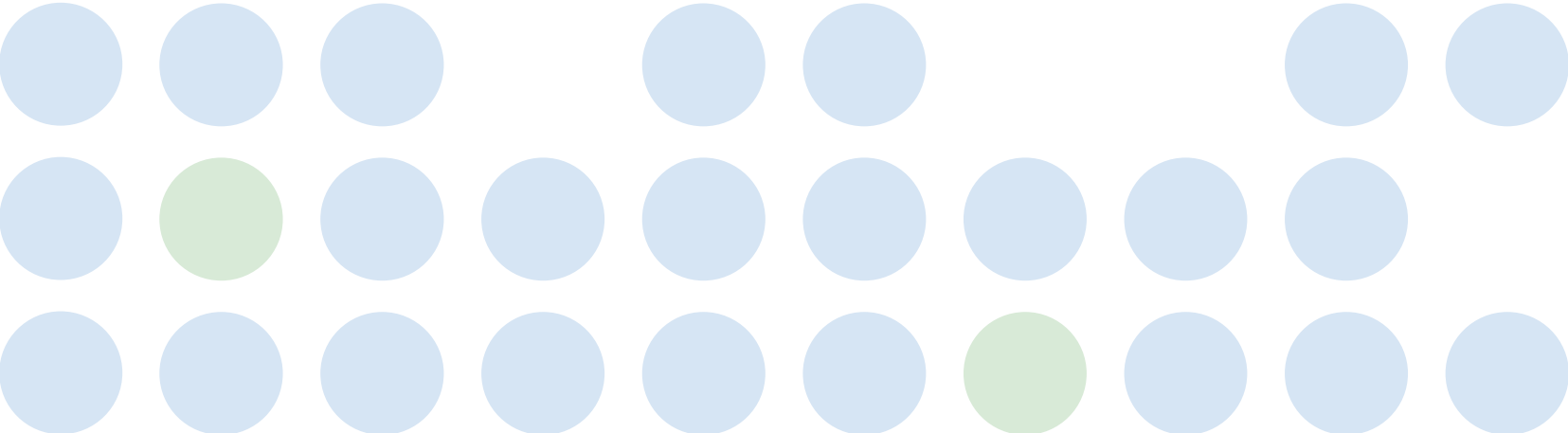
MAPA DO DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sistema
FIRJAN



Agosto, 2006

O Futuro do Rio Depende de Nós



Se tivéssemos que resumir a uma única tarefa os imensos desafios que se apresentam ao Brasil neste início de século, diríamos que o essencial é construir uma sociedade mais justa, cujos fundamentos estejam assentados na transparência e na eficiência da gestão dos recursos públicos.

Não é mais possível conviver com duas realidades historicamente antagônicas, tendo de um lado uma das economias mais pujantes do mundo e do outro a pior distribuição de renda, uma tributação altíssima sem que isso resulte em bem-estar para o País. O Rio de Janeiro, que sempre desempenhou um papel precursor no cenário nacional, resume esse paradoxo em fotografias de cartões-postais em que, por exemplo, o Leblon e a Gávea aparecem emoldurados pelas franjas germinantes do Vidigal e da Rocinha.

Numa mesma visão, o País almejado por todos e o País que já não pode mais ficar esperando respostas. Escolher qual dos dois vai prevalecer em fotografias a serem feitas no futuro é uma missão que os empresários do Estado do Rio de Janeiro resolveram enfrentar a partir de novembro do ano passado. Mais uma vez o Rio é pioneiro, agora, em 2006, ao assumir a primazia de oferecer uma saída para o desalento.

É esse propósito que norteia o lançamento do **Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**. Trata-se de um planejamento de ações, cujo horizonte é o ano de 2015 e que para o seu sucesso contará com o poder de reflexão, proposição e cobrança do Sistema FIRJAN.

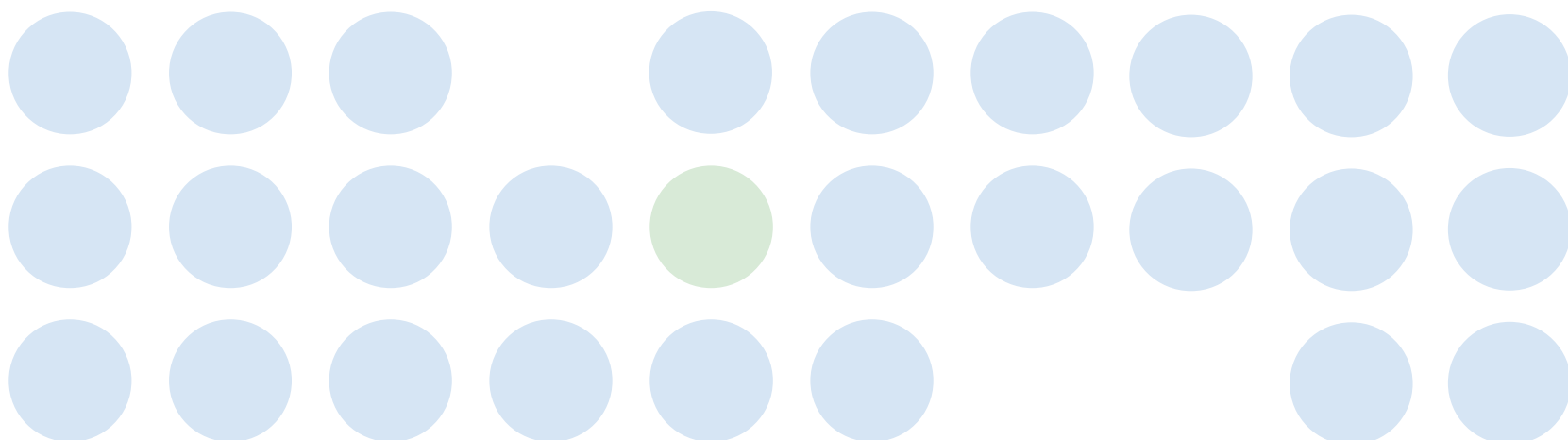
Um trabalho que resultou dos esforços de mais de mil empresários e de autoridades renomadas em seus campos de atuação, além de técnicos do Sistema FIRJAN, em dezenas de reuniões realizadas em todo o Estado. Suas contribuições tiveram como fundamento a convicção de que é possível superar o cenário de degradação, sem oferecer a ilusão de uma panacéia.

A situação grave exige uma reação em sentido contrário para ser neutralizada e, assim, criar o terreno estável em que seja possível um ciclo virtuoso que beneficie toda a sociedade. Para combater a corrosão de origens difusas, uma ação coordenada, um plano inteligente pelo qual a sociedade civil quer aplicar em nosso país a tradição de debates e monitoramento que construiu o restrito círculo das nações desenvolvidas.

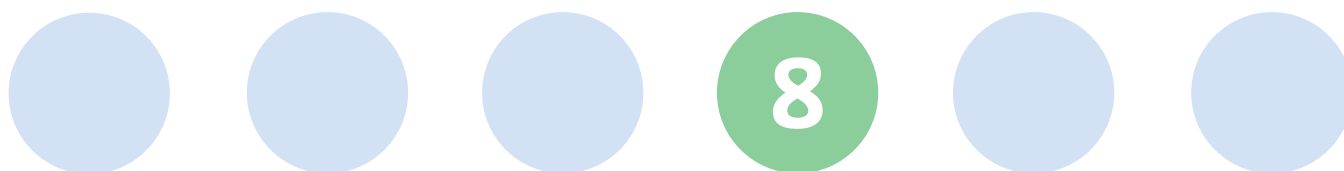
O **Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro** é um poderoso instrumento, que exige de todos nós um trabalho árduo para que suas idéias se transformem em resultados.

A participação de cada um na implantação do Mapa é essencial, não só para a construção de um amanhã promissor, mas para o estabelecimento de um presente em que a vida tenha um novo sentido. O desafio de uma mudança coletiva começa justamente nesse compromisso que estamos assumindo de um engajamento pessoal por uma nova realidade.

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente do Sistema FIRJAN



Sumário



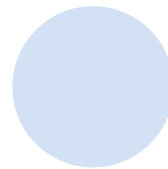
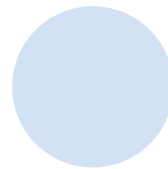
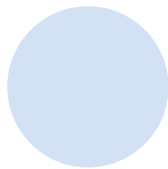
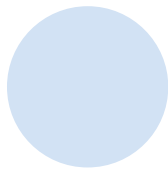
I Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro – Sumário Metodológico

10 1 • Construção

11 2 • Divulgação

11 3 • Acompanhamento e Cobrança

As fotos que ilustram esta publicação registram diversas reuniões realizadas para a elaboração do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.
Fotos: Geraldo Viola



II Temas para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015

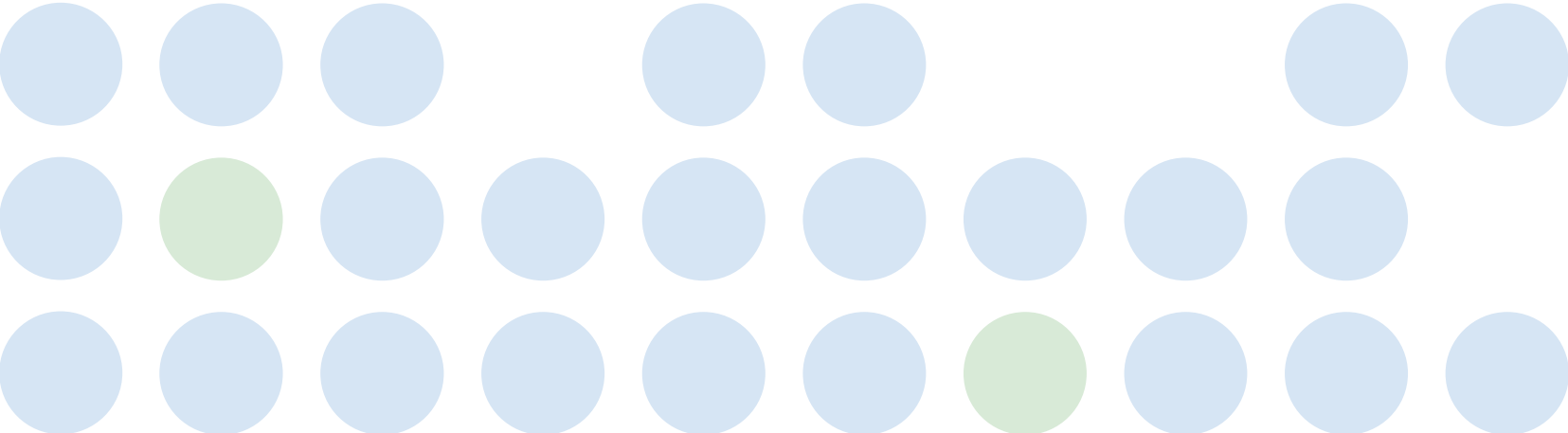
- 15 O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

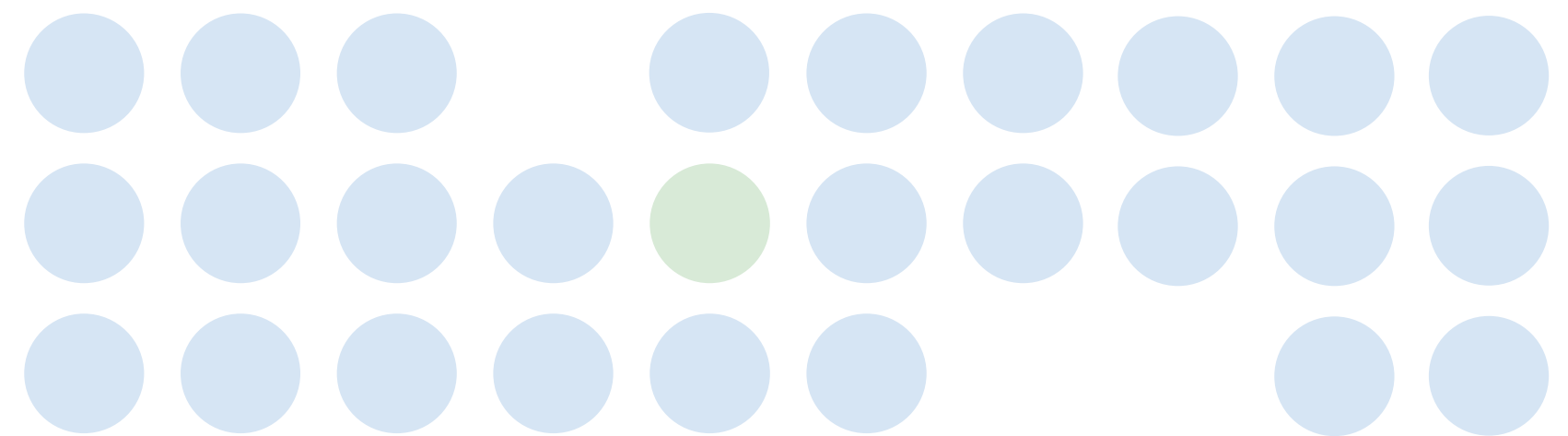
- 16 1 • Liderança Empresarial e Política
- 20 2 • Gestão Pública Eficiente
- 29 3 • Ambientes Institucional e Regulatório
- 35 4 • Educação e Saúde
- 46 5 • Segurança e Combate à Criminalidade
- 50 6 • Infra-Estrutura e Logística
- 63 7 • Financiamento
- 65 8 • Competitividade Empresarial
- 77 9 • Interiorização e Arranjos Produtivos Locais
- 81 10 • Exportação de Produtos e Serviços
- 86 11 • Segmentos Âncora
- 95 12 • Posicionamento em 2015
- 99 13 • Resultados para o Estado do Rio de Janeiro

III O Processo de Construção do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

- 104 1 • Metodologia Aplicada
- 104 2 • Etapas de Implantação
- 106 3 • Participantes do Processo

Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro – Sumário Metodológico





1 • Construção

O Sistema FIRJAN mobilizou, em debates presenciais e por consulta à distância, mais de mil empresários e representantes de organizações públicas e privadas na elaboração de uma visão estratégica compartilhada. Essa visão estratégica foi construída e validada em reuniões e *workshops* de consolidação dos elementos do Mapa do Desenvolvimento: objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas.

Esses atores e o corpo técnico do Sistema FIRJAN se empenharam, de novembro de 2005 a junho de 2006, no refinamento e desdobramento dessa visão em ações práticas, alinhadas sinergicamente, de modo que em 2015 o Estado do Rio de Janeiro seja uma referência no Brasil ao se pensar em um lugar melhor para se viver, trabalhar e investir.

1.1 Lógica da Construção do Mapa

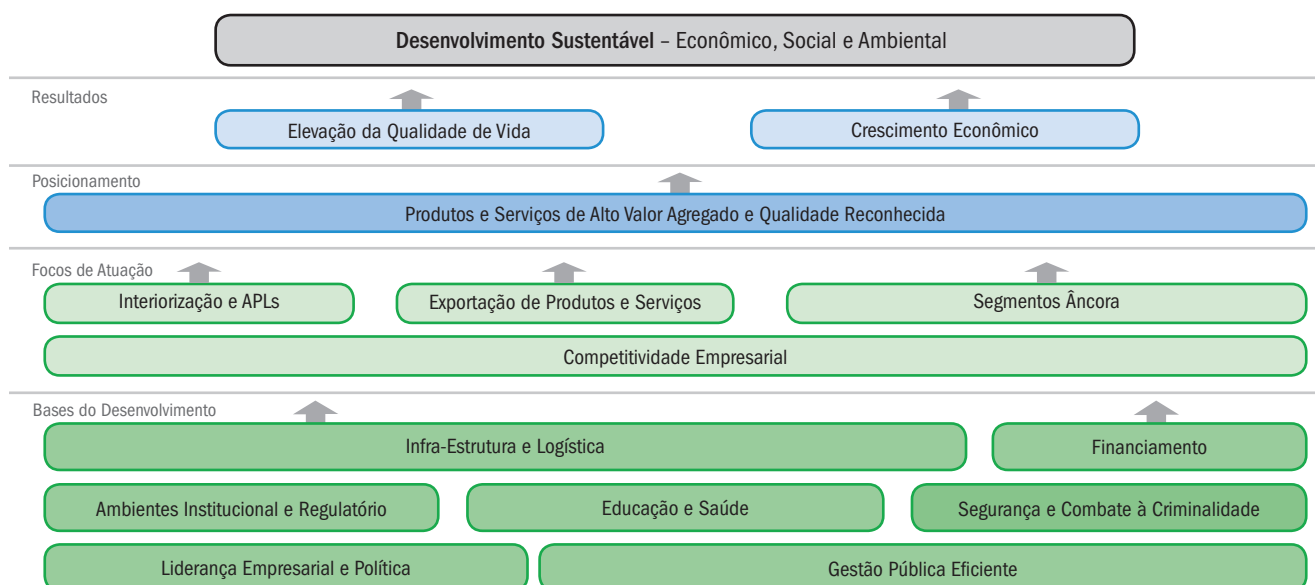
O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro é um diagrama, que identifica os principais objetivos e estabelece entre eles relações de causa e efeito. O Mapa está dividido em **4 perspectivas**, contemplando 13 temas centrais, compostos por 31 objetivos estratégicos, cujas realizações serão possíveis pela implementação das 119 ações propostas. São elas:

Bases do Desenvolvimento • Liderança Empresarial e Política, Gestão Pública Eficiente, Ambientes Institucional e Regulatório, Educação e Saúde, Segurança e Combate à Criminalidade, Infra-estrutura e Logística, e Financiamento são os temas que sustentam o mapa congregando 17 objetivos, em sua maioria com o protagonismo do governo;

Focos de Atuação • Competitividade Empresarial, Interiorização e Arranjos Produtivos Locais, Exportação de Produtos e Serviços, e Segmentos Âncora são os temas que sustentam e direcionam as empresas ao mercado congregando 9 objetivos, em sua maioria com o protagonismo das empresas;

Posicionamento em 2015 • ter Produtos e Serviços de Alto Valor Agregado e Qualidade Reconhecida. O tema contempla 3 objetivos: Estado-Destaque na Exportação de Produtos e Serviços, Referência Internacional de Turismo e Referência Nacional em Produção de Conhecimento. São resultantes dos temas centrais da base de desenvolvimento e dos focos de atuação, que destacam como o Rio de Janeiro deverá ser reconhecido por outros agentes (nacionais e internacionais); e

Resultados • Elevar a Qualidade de Vida e o Crescimento Econômico são os dois resultados esperados para a concretização do desenvolvimento sustentável.



1.2 Componentes do Mapa do Desenvolvimento

Os 31 **Objetivos** inseridos no Mapa (anexo) possuem **Indicadores**, **Metas** de curto, médio e longo prazo e as **Ações Estratégicas**.

Os **Objetivos** representam o que deve ser alcançado ou o que é imprescindível para se chegar aos resultados esperados e são medidos por meio de *indicadores*;

Indicadores mostram como será acompanhado o sucesso da estratégia, informando o foco de cada um dos objetivos e, ao mesmo tempo, sinalizando o direcionamento necessário para a implementação e que são monitorados em relação às *metas* estabelecidas;

Metas estabelecem o nível esperado de desempenho e possibilitam a compreensão acerca do esforço necessário para as *ações estratégicas*; e

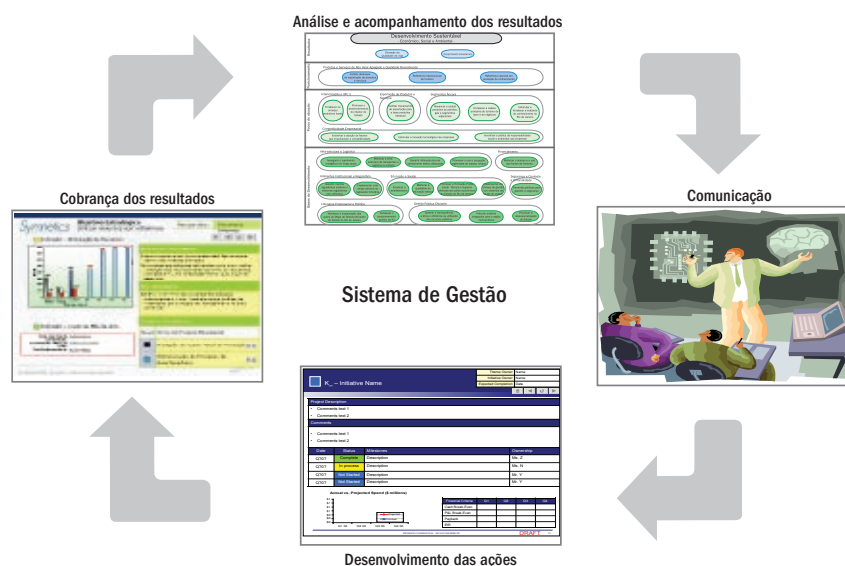
Ações Estratégicas podem ser materializadas em programas e projetos que devem ser realizados para o alcance das metas e, conseqüentemente, dos *objetivos*.

2 • Divulgação

Etapa pela qual se faz a comunicação por meio dos diversos canais de mídia disponíveis, como rádio, televisão, *internet*, jornais, revistas, entrevistas com os porta-vozes, dentre outros, de modo a alcançar o maior número possível de cidadãos cariocas e fluminenses. O evento de lançamento do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro também é uma forma de comunicação articulada, que objetiva a formalização acerca das prioridades do Estado e a mobilização de toda sociedade civil organizada.

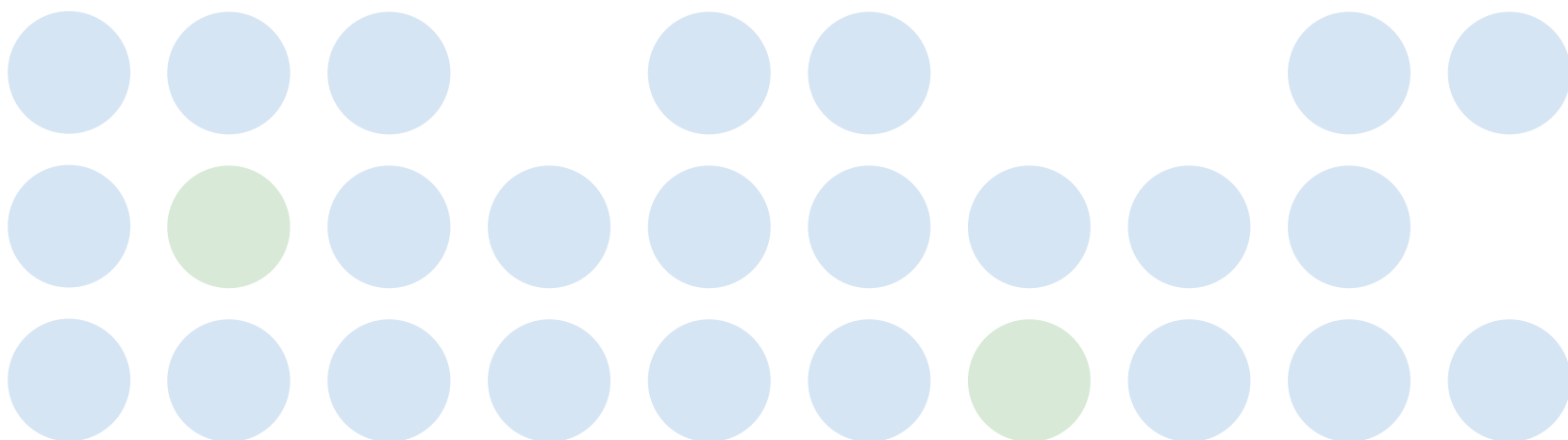
3 • Acompanhamento e Cobrança

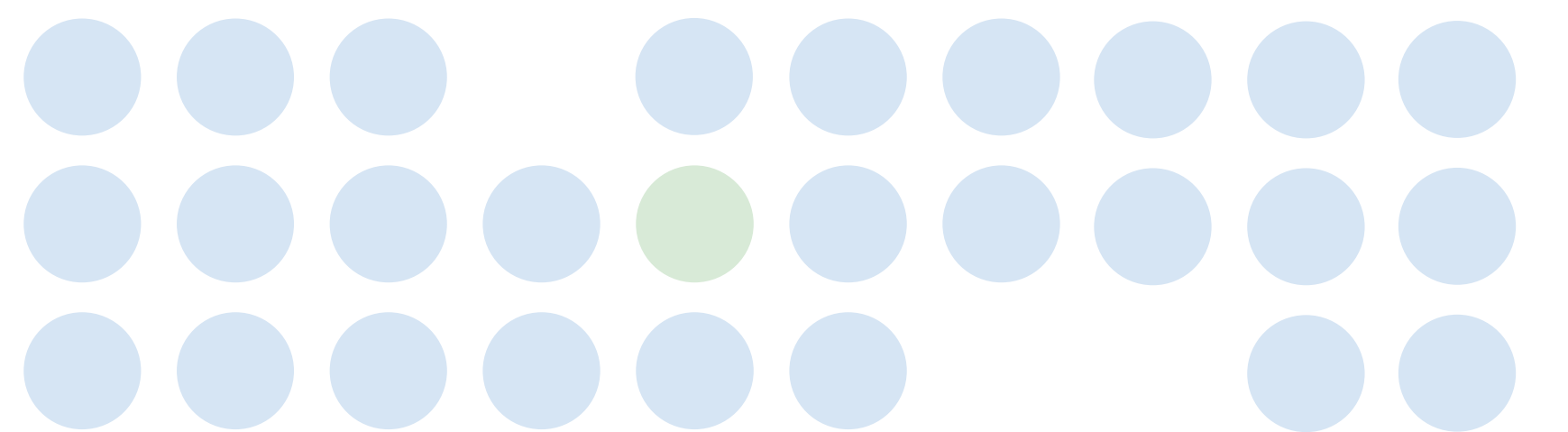
A dinâmica de acompanhamento e cobrança é fator fundamental para promover as ações prioritárias contidas no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. A implementação dessas ações será apoiada por um sistema de gestão, descrito na Ação 1 do objetivo 1.1 – “Monitorar a Implantação das Ações do Mapa do Desenvolvimento”. Este sistema consiste, fundamentalmente, na análise dos resultados do Mapa, tanto para o fortalecimento quanto para a cobrança ou o re-direcionamento dos objetivos e/ou das ações, quando necessário. As informações sobre os avanços alcançados; as necessidades de melhorias; as não-realizações e seus motivos; bem como sobre os impactos gerados formarão o escopo da prestação de contas que será apresentada à sociedade.



Dentro desse contexto, o empenho dos empresários na articulação com as lideranças públicas das esferas Federal, Estadual e Municipal, com as instituições de ensino e a sociedade civil é a chave do desenvolvimento sustentável do nosso Estado.

Temas para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015





Desenvolvimento Sustentável

Econômico, Social e Ambiental

Resultados

Elevação da
Qualidade de vida

Crescimento
Econômico

Posicionamento

Produtos e Serviços de Alto Valor Agregado e Qualidade Reconhecida

Estado-destaque
na exportação de
produtos e serviços

Referência internacional
de turismo

Referência nacional em
produção de conhecimento

Focos de atuação

Interiorização e APLs

Fortalecer os
arranjos
produtivos locais

Promover o
desenvolvimento
do interior do
Estado

Exportação de Produtos e
Serviços

Facilitar mecanismos
de exportação para
a base produtiva
estadual

Segmentos Âncora

Fortalecer
a cadeia produtiva
de petróleo,
gás e segmentos
adjacentes

Fortalecer
a cadeia produtiva
do turismo de lazer
e de negócios

Fortalecer
a indústria do
conhecimento no
Estado do
Rio de Janeiro

Competitividade Empresarial

Incentivar a adoção de fatores
que impulsionam a competitividade

Estimular a inovação tecnológica nas empresas

Incentivar a prática da responsabilidade
social e ambiental nas empresas

Bases do Desenvolvimento

Infra-estrutura e Logística

Assegurar o suprimento
energético em longo prazo

Melhorar a infra-
estrutura de transportes e
logística no Estado

Garantir infra-estrutura de
saneamento básico adequada

Promover o uso e a ocupação
organizada do espaço urbano

Financiamento

Melhorar o acesso e o uso
das fontes de fomento

Ambientes Institucional e Regulatório

Garantir marcos regula-
tórios estáveis e sistemas
regulatórios bem definidos

Implementar uma
ampla reforma na
legislação tributária

Educação e Saúde

Erradicar o
analfabetismo

Melhorar a
qualidade da
educação básica

Promover a Formação
Profissional Técnica e Superior
alinhada aos pólos econômicos
do Estado do Rio de Janeiro

Segurança e Combate
a Criminalidade

Fomentar políticas para
garantir a segurança

Liderança Empresarial e Política

Monitorar a implantação das
ações do Mapa do Desenvolvimento

Fortalecer o
posicionamento
político do Estado
do Rio de Janeiro

Gestão Pública Eficiente

Garantir a transparência,
a ética e a eficiência na utilização
dos recursos públicos

Articular projetos
integrados para a região
metropolitana

Promover a
desburocratização
do Estado

Tema 1 • Liderança Empresarial e Política

Objetivo 1.1 • Monitorar a Implantação das Ações do Mapa do Desenvolvimento

A ação pretendida por este primeiro objetivo do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro é totalmente voltada para a contínua ampliação da participação dos empresários fluminenses – da qual este documento já é um resultado visível – no sentido de congregar os esforços do maior número possível de atores sociais, em busca da implementação das ações propostas e de um modelo de desenvolvimento sólido e sustentável a longo prazo. Para ampliar esta rede, um intenso esforço de comunicação das ações será levado adiante, através de um Plano de Comunicação do Mapa do Desenvolvimento, envolvendo todos os segmentos pertinentes.

Do mesmo modo, para monitorar e sustentar a implantação das iniciativas estabelecidas, o Mapa prevê a implantação de um sistema de gestão. A estruturação deste modelo permitirá a aferição contínua da implementação de cada ação, para fornecer elementos que identificarão necessários ajustes na condução de processos.

Indicadores

Indicador	Descrição
Eficácia do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	Indica o percentual de implementação das <i>ações estratégicas</i> propostas no Mapa

Fonte: Sistema FIRJAN

Metas

Indicador	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Eficácia do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	30%	60%	100%

Ações Estratégicas Previstas

Ação 1 Implantação do Sistema de Gestão do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Implementar o modelo de gestão do Mapa para acompanhar, avaliar e reorientar o desenvolvimento contínuo de suas ações;
- Implementar um sistema de avaliação e aprendizado, visando à busca e ao alcance de um nível superior de desempenho. Isto será efetivado por meio de contínua reflexão, avaliação e compartilhamento de experiências e resultados, a fim de nortear as tomadas de decisões necessárias à sustentação das proposições contidas nos 13 temas que compõem o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Atividades previstas:

- **Implantar Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Mapa:** os conselhos, fóruns e grupos temáticos do Sistema FIRJAN acompanharão os objetivos, as ações estratégicas, os indicadores pertinentes e o desempenho dos resultados, observando-os em relação às metas para avaliar distorções, desvios e impactos nos indicadores e ações, de modo a propor possíveis ajustes;
- **Implantar Painel de Desempenho do Mapa:** criação de um instrumento que contemple as informações das etapas de acompanhamento e avaliação, com objetivo de subsidiar o processo de comunicação para prestação de contas a todas as partes interessadas: empresariado, sociedade civil, organizações governamentais e não-governamentais.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
mapa@firjan.org.br

Ação 2 Implantação do Plano de Comunicação do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Implantar um programa de comunicação e *marketing* que envolva os diferentes públicos: órgãos governamentais, imprensa, sindicatos e associações de classe, organizações de ensino e pesquisa, sociedade civil e todas as instâncias do Sistema FIRJAN de modo a atender aos objetivos principais de:
 - Informar sobre a existência do Mapa, seus objetivos e sua importância para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro nos aspectos econômico, social e ambiental;
 - Manter os públicos permanentemente informados quanto aos avanços do Mapa, além de “onde” e “por que” tais avanços não acontecem.

Atividades previstas:

- Estabelecer campanhas e ações de comunicação voltadas para divulgar o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e para sensibilizar e informar os diferentes públicos-alvo sobre os seus conteúdos específicos;
- Idealizar e liderar ações de mídia, com vistas à maciça utilização dos veículos internos do Sistema FIRJAN e à obtenção de espaço em veículos externos, para a divulgação do lançamento do Mapa do Desenvolvimento e, posteriormente, dos avanços alcançados;
- Manter um relacionamento contínuo com os órgãos de imprensa, através do estabelecimento de um fluxo permanente de informações sobre o desenvolvimento das diversas etapas contempladas no documento;
- Idealizar e publicar novos veículos de comunicação sobre o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, por via impressa e eletrônica, para informar a sociedade em geral sobre o andamento das ações ligadas aos 13 temas centrais que o sustentam.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Gerência Geral de *Marketing* e Assessoria de Comunicação
mapa@firjan.org.br



Objetivo 1.2 • Fortalecer o Posicionamento Político do Estado do Rio de Janeiro

Apesar da consagração, na Constituição Federal, da máxima democrática de que “Todo poder emana do povo”, pesquisas recentes indicam que a participação direta ainda é uma prática distante para a maioria dos brasileiros. O desconhecimento e a ausência de estímulo a esta inserção, estabelecidos há gerações, arraigaram nos cidadãos o hábito de restringir suas possibilidades de atuação, nas esferas coletivas, à eleição periódica de representantes para cargos políticos. A atuação direta em movimentos sociais e ações comunitárias, ou em diversas instâncias da sociedade organizada, tais como conselhos representativos e audiências públicas; reuniões de orçamento participativo ou no encaminhamento de ações individuais ou coletivas ao Ministério Público, dentre outras tantas possibilidades, são direitos de cidadania hoje exercidos, apenas, por uma parcela ínfima da população.

Porém, o maior envolvimento da sociedade civil organizada nas políticas públicas é imprescindível para fortalecer a posição do Rio de Janeiro no cenário da Federação, posto que nem sempre os representantes eleitos possuem informações precisas acerca de determinadas matérias, para deliberar de forma justa e eficaz. A ausência desta participação, aliada à falta de articulação entre nossos representantes eleitos, têm ocasionado perdas significativas para o desenvolvimento do Estado.

Uma das mais sérias conseqüências desta desarticulação é a baixíssima incidência de investimentos federais: uma injustiça distributiva que, por sua vez, impede a execução de projetos estratégicos. Nas últimas décadas, a Lei Orçamentária – cujo escopo é elaborado pelo Executivo, para posterior aprovação pelo Legislativo – muitas vezes tem a alocação de recursos decidida, por parte do Governo Federal, por critérios e decisões de caráter marcadamente político. Disso resultou que, se comparado aos demais estados brasileiros, o Rio de Janeiro ocupa, pela média de 1995 a 2005, a penúltima posição em termos de investimentos federais por habitante – apesar de ser, reconhecidamente, o segundo arrecadador do País. Em termos comparativos, isso significa que, na última década, a população fluminense recebeu apenas 28% da média nacional (vide: Nota Técnica de Conjuntura Econômica nº 19/2005 – Assessoria de Pesquisas Econômicas do Sistema FIRJAN).

Na mesma linha, considerando-se apenas dados de 2005, os parlamentares fluminenses conseguiram aprovar, no Orçamento Geral da União, 498 emendas para seus projetos individuais – somando R\$ 113,4 milhões em investimentos previstos. No entanto apenas 28 emendas, totalizando R\$ 9,8 milhões, foram efetivamente pagas, embora o valor realmente empenhado tenha chegado aos R\$ 86,8 milhões.

Pode-se concluir, portanto, que a situação de repasses não-condizentes com a importância do Estado do Rio de Janeiro é histórica, o que por outro lado, reforça a necessidade do fortalecimento político do Estado.

É preciso fortalecer a união em torno de projetos que beneficiem uma maior parcela da população do Estado. O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro servirá como um instrumento de conscientização da classe política – e muito especialmente da nossa bancada representante nas esferas estadual e federal – sobre as necessidades prementes para o desenvolvimento socioeconômico de todas as regiões, estimulando a apresentação de proposições legislativas que as tornem viáveis. Do mesmo modo, são previstas ações que favoreçam o melhor entrosamento dos nossos representantes entre si e com a sociedade organizada, a fim de que seus pleitos se tornem ainda mais legítimos e fortalecidos.

Indicadores

Indicador	Descrição
Participação do Rio de Janeiro nos investimentos federais	Relação entre os recursos efetivamente desembolsados em investimentos federais no Estado do Rio de Janeiro e o total de investimentos federais (exclusive da rubrica nacional)

Fonte: Dados da Secretaria da Receita Federal de Arrecadação por Estados – Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Participação do Rio de Janeiro nos investimentos federais	3,9% (2005)	4,2%	6,4%	8%

Ações Estratégicas Previstas

Ação 3 Criação de um Programa de Conscientização da Sociedade para o Exercício da Cidadania

O que se pretende alcançar?

- Sensibilizar a sociedade em geral acerca da importância da escolha dos representantes do nosso estado, da participação no processo legislativo e dos meios de fiscalização e cobrança dos seus Programas de Governo (Balanço Legislativo).

Atividades previstas:

- Promover as articulações necessárias, junto aos órgãos internos do Sistema FIRJAN e a outros atores da sociedade civil organizada, para traçar as linhas de ação e estabelecer as bases do Programa de Conscientização da Sociedade para o Exercício da Cidadania;
- Promover debates com candidatos, com vistas a esclarecer seus Programas de Governo e seus compromissos com as ações propostas pelo Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro;
- Divulgar, para a sociedade em geral, a frequência dos seus representantes políticos nas plenárias e outras avaliações de seus desempenhos, que contemplem, por exemplo, a quantidade e qualidade dos projetos apresentados e o percentual das proposições aprovadas, em linha com metodologias adotadas em outros estados e países.

Ação 4 Fortalecimento da Frente Pró-Rio

O que se pretende alcançar?

- Obter maior aproximação do empresariado fluminense por meio da Frente Pró-Rio, com nossos representantes do Executivo e do Legislativo, nas três esferas.

Atividade prevista:

- Intensificar a parceria do Sistema FIRJAN com a Frente Pró-Rio, criando um canal de comunicação que busque dar maior visibilidade à agenda do setor perante a bancada do Estado no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa e nas Câmaras Municipais, bem como cobrar a implementação das prioridades previstas no escopo do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e nos programas de campanha dos representantes eleitos.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN - Diretoria Jurídica
mapa@firjan.org.br

Tema 2 • Gestão Pública Eficiente

Objetivo 2.1 • Garantir a Transparência, a Ética e a Eficiência na Utilização dos Recursos Públicos

O setor público brasileiro arrecada, anualmente, um volume considerável de impostos – e, apesar disso, não oferece serviços de qualidade. A comparação com vários outros países evidencia: é a ineficiência no uso dos recursos arrecadados, e não a escassez dos mesmos, a mazela central que está na base dos problemas crônicos enfrentados em diversas áreas essenciais como, por exemplo, a Saúde e a Justiça do Trabalho. A falta de transparência no uso dos recursos públicos é um dos fatores preponderantes que permitem a ineficiência da gestão pública e a prática da corrupção, da qual hoje nenhuma instância pública está isenta. Se a sociedade não tem clareza sobre o destino dos tributos arrecadados, como poderá implementar uma cobrança mais enérgica por resultados?

Assim, a garantia de transparência e o acesso claro e facilitado às informações da execução orçamentária são requisitos fundamentais para o desenvolvimento.

Em especial no que tange ao Estado do Rio de Janeiro, há ainda outro aspecto que merece atenção diferenciada: a questão da utilização, na esfera local, dos *royalties* provenientes do petróleo. Observa-se um aumento do grau de dependência de determinados municípios fluminenses em relação a esta receita, o que não é desejável, uma vez que ela é uma compensação por um recurso natural esgotável. As estatísticas referentes à arrecadação dos *royalties* da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, quando confrontadas com a receita orçamentária desses municípios, evidenciam que, em média, 50% dessa receita provêm do petróleo. Sabemos que, a médio e longo prazo, a sustentabilidade do desenvolvimento desses municípios dependerá diretamente do fortalecimento e da diversificação da base produtiva nesses locais, bem como da melhoria da infra-estrutura. É desejável que, em futuro próximo, as receitas provenientes do petróleo sejam aplicadas seguindo essa orientação.

Indicadores

Indicador	Descrição
Relação entre despesas correntes e receitas (ex-petróleo)	Reflete o grau de dependência da receita derivada do petróleo nos nove principais municípios da área produtora, ao confrontar a receita excluída de <i>royalties</i> com as despesas correntes

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e Tesouro Nacional

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Relação entre despesas correntes e receitas (ex-petróleo)	167% em média (2004)	130%	110%	90%

Ações Estratégicas Previstas

Ação 5 Acesso às Informações da Execução Orçamentária

O que se pretende alcançar?

- Obter, junto ao Poder Público, a garantia de divulgação da execução orçamentária detalhada e simplificada para toda a sociedade;
- Permitir o acesso ao Sistema de Acompanhamento Financeiro do Estado do Rio de Janeiro.

Atividade prevista:

- Articular com a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro a aprovação de um projeto que permita o acesso às informações.

Ação 6 Transparência dos Orçamentos Estadual e Municipais

O que se pretende alcançar?

- Apresentar e defender a aprovação de Projetos de Lei no âmbito do Estado e dos municípios que:
 - Permitam às instituições representativas da sociedade civil organizada opinarem na elaboração do orçamento, ajudando o Poder Público a identificar as prioridades de aplicação de recursos;
 - Estabeleçam que o Poder Público tenha compromisso com os resultados;
 - Estabeleçam como obrigação do Poder Público, que a prestação de contas sobre a execução do orçamento seja feita com detalhamento suficiente para permitir o efetivo controle da sociedade civil organizada sobre a utilização de seus recursos, de forma transparente e democrática.

Atividades previstas:

- Articular com a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e as Câmaras de Vereadores a aprovação de Projetos de Lei que atendam aos objetivos acima;
- Buscar o apoio do Poder Executivo (Estado e municípios).

Ação 7 Monitoramento dos Investimentos Públicos

O que se pretende alcançar?

- Garantir que o Estado e o município do Rio de Janeiro destinem montantes adequados de recursos aos investimentos no Estado.

Atividade prevista:

- Acompanhar de forma permanente o efetivo dispêndio do Poder Público em investimentos.

Ação 8 Criação do Fundo de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Apresentar ao Poder Legislativo Estadual um Projeto de Lei visando à criação do Fundo de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, composto por parte dos recursos advindos dos *royalties* do petróleo, destinado a financiar investimentos em infra-estrutura e/ou projetos especialmente voltados para a geração de emprego e renda, fora da cadeia do petróleo.

Atividade prevista:

- Articular, junto à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e aos municípios produtores de petróleo, uma frente para a idealização, apresentação e apoio à aprovação do Fundo, como forma de garantir o desenvolvimento sustentável das regiões da Bacia de Campos e Macaé, a médio e longo prazo.

Ação 9 Estímulo a Novas Atividades Produtivas nas Regiões Produtoras de Petróleo

O que se pretende alcançar?

- Promover a diversificação das atividades econômicas nos municípios da região produtora de petróleo, permitindo redução do grau de dependência da receita derivada desse recurso esgotável.

Atividade prevista:

- Atuar junto aos gestores do Fundo de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro para garantir que a aplicação dos recursos siga as orientações dadas pelo estudo citado no tema 9 deste Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, que trata do mapeamento das potencialidades do interior do Estado.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Pesquisas Econômicas
mapa@firjan.org.br



Objetivo 2.2 • Articular Projetos Integrados para a Região Metropolitana

A região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o IBGE, reúne cerca de 11 milhões de habitantes, distribuídos em 17 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Outras fontes consideram ainda os municípios de Maricá, Mangaratiba e Itaguaí como integrantes do chamado Grande Rio.

Apesar da grande integração do ponto de vista demográfico, essa região se ressentida de sérias carências provocadas pela inexistência de projetos articulados e duradouros, capazes de atender à grande demanda reprimida, notadamente na oferta de serviços essenciais. Embora mantenha uma posição de destaque na economia nacional, a região metropolitana vem sendo forçada a conviver, ano após ano, com um *déficit* crescente em áreas como Educação, Saúde, Habitação, Segurança e Transportes, dentre várias outras.

É importante estar claro que a região metropolitana é um território portador de estruturas, conexões e dinâmicas próprias. Seus diversos problemas não obedecem necessariamente à lógica das fronteiras jurisdicionais dos municípios. Dessa forma, políticas claras de gestão compartilhada, voltadas para o desenvolvimento da região como um todo, devem ser priorizadas sobre políticas municipais autônomas, ainda que se tome por base a interação entre as proposições originárias de diferentes setores do Estado e dos municípios metropolitanos.

Entre 1975 e meados dos anos 80, a região metropolitana do Rio de Janeiro contou com uma fundação para o seu desenvolvimento, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Fundrem, órgão gestor das políticas e do planejamento do desenvolvimento regional. Desde então, não existe um órgão oficial que responda pelo planejamento ou pela sistematização de informações para a construção de uma Agenda Metropolitana, capaz de dinamizar a formulação e implementação de políticas que se constituam em um instrumento efetivo da gestão regional. Instituições ligadas à instância acadêmica, tais como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, dentre outros, são hoje as únicas que promovem iniciativas no sentido de congregar estudos sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro – e suas conclusões e deliberações serão essenciais à formulação de uma Agenda Mínima.

Retomar a construção participativa de uma agenda inteiramente voltada para o desenvolvimento da região metropolitana, levando em consideração todas as suas características e especificidades, se configura, portanto, numa ação essencial do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Além de municiar Estado e municípios com informações técnicas precisas, o papel da Agenda Metropolitana deve ser, sobretudo, o de identificar possíveis caminhos para a construção de soluções viáveis, voltadas às diversas necessidades comuns que marcam a região, tal como existe em outras regiões metropolitanas do País. Trata-se de um processo de caráter contínuo, que buscará estabelecer mecanismos de planejamento permanentes e flexíveis, ajustando-se periodicamente às mudanças estruturais ou conjunturais.

Indicadores

Indicador	Descrição
Indicador em desenvolvimento	Diante da inexistência de indicadores válidos para este objetivo específico, estes indicadores serão definidos após estabelecimento da Agenda Mínima para a região metropolitana

Fonte: a definir

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Indicador em desenvolvimento	-	Metas em desenvolvimento		

Ações Estratégicas Previstas

Ação 10 Criação de Órgão Gestor para Projetos da Região Metropolitana

O que se pretende alcançar?

- Criar um órgão gestor do desenvolvimento da região metropolitana, habilitado para gerir a formulação e execução de políticas integradoras.

Atividades previstas:

- Apoiar, com ativa participação de todos os segmentos sociais interessados, a formação de um órgão gestor dos projetos voltados ao desenvolvimento da região metropolitana;
- Instituir no Sistema FIRJAN um fórum de discussão permanente da questão metropolitana, composto por representantes das instituições acadêmicas, municipalidades e sociedade civil.

Ação 11 Construção da Agenda Metropolitana

O que se pretende alcançar?

- Potencializar as alternativas existentes ou construir alternativas para a geração de soluções efetivas e criativas a partir da identificação prévia dos obstáculos que impedem o desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Atividades previstas:

- Organizar reuniões, grupos de trabalho e *workshops*, envolvendo universidades, centros de pesquisa, representantes de movimentos sociais e outros, tanto do Poder Público quanto da sociedade civil organizada, e estabelecer um comitê que organize as propostas e inicie a idealização de uma Agenda Mínima voltada para o desenvolvimento da região metropolitana;
- Promover estudos que mapeiem as potencialidades da região, considerando sua atipicidade.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Objetivo 2.3 • Promover a Desburocratização do Estado

Diante da premência de elevar as taxas de crescimento econômico e de reduzir a pobreza pela geração de emprego e renda, o Brasil se vê às voltas com um compromisso inadiável: promover profundas e essenciais reformas nas esferas estatais. E, dentre as tantas iniciativas que não podem mais suportar adiamentos, encontra-se uma que tem impacto direto sobre o desenvolvimento social e econômico – a desburocratização.

O relatório *Doing Business* (“Fazendo Negócios”), publicado anualmente pelo Banco Mundial, indicou em sua edição de 2006 que a cultura administrativa e legislativa brasileira favorece a burocratização, influenciando negativamente a constituição de um ambiente de negócios competitivo. O mesmo relatório coloca o Brasil na 119ª posição entre 155 economias comparadas no que diz respeito à facilidade para concretizar negócios, retratando assim as mazelas que as estruturas emperradas e arcaicas impõem aos empreendedores interessados em investir em nosso país.

Não por acaso, apresentamos um dos mais altos números de procedimentos para a abertura de negócios (nada menos que 17 etapas), que costumam requerer, em média, cerca de 152 dias até que se conclua a travessia de todas as angustiantes barreiras do sistema. Esse prazo médio é nada menos do que o mais longo praticado para a mesma finalidade em toda a América Latina, colocando o Brasil em posição desfavorável, inclusive, perante países como o Haiti.

O mesmo estudo verificou ainda que, no Brasil, são necessários 15 procedimentos para se registrar uma propriedade. Outro indicador que afeta negativamente o nosso ambiente de negócios se relaciona ao tempo necessário para preparar e dar entrada ao pagamento de impostos: são necessárias, em média, 2.600 horas, o mais longo período mapeado em todas as outras economias analisadas pelo amplo estudo do Banco Mundial.

Neste processo de urgente “desconstrução” do edifício da burocracia estatal, uma ferramenta tecnológica fundamental – a *internet* – precisa ser utilizada, pelo desenvolvimento de suas amplas potencialidades, para simplificar, facilitar o acesso e otimizar procedimentos administrativos, através do chamado governo eletrônico – *e-gov*. Através do espaço virtual que cada vez mais se democratiza, é possível informar previamente, agilizar e acompanhar processos, e eliminar formalidades e exigências injustificáveis que só oneram os cidadãos, as empresas e os cofres públicos.

Nesse sentido, contamos, felizmente, com uma cultura positiva já instalada. Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de

Indicadores

Indicador	Descrição
Barreiras administrativas	Indicador que mede o custo regulatório para fazer negócios em 12 Estados Brasileiros, entre eles o Rio de Janeiro

Fonte: Banco Mundial

Indicador	Descrição
Grau de desburocratização eletrônica dos municípios	Indicador que busca revelar as realizações e deficiências do governo eletrônico do Estado do Rio de Janeiro com base na avaliação da presença dos municípios fluminenses na <i>internet</i> e na qualidade dos <i>sites</i> do governo do Estado e municípios fluminenses a partir de três critérios: serviços prestados, assuntos abordados e nível técnico

Fonte: Pesquisa do Sistema FIRJAN

Indicador	Descrição
Prazo para obtenção de licença ambiental	Percentual de empresas que levam mais de um ano para obter suas licenças ambientais ou renovar as licenças de operação existentes

Fonte: Pesquisa do Sistema FIRJAN/Diretoria de Meio Ambiente

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Barreiras administrativas	-	Metas em desenvolvimento		
Grau de desburocratização eletrônica dos municípios	67% (2005)	100% dos municípios fluminenses com presença na <i>internet</i>	-	-
Prazo para obtenção de licença ambiental	73,3% (2005)	50%	35%	15%

Opinião Pública e Estatística – IBOPE – *NetRatings*, o Brasil é o país que, proporcionalmente, mais acessa *sites* governamentais. Os dados da pesquisa, datados de agosto de 2005, indicam que no Brasil 37,1% do total de usuários domiciliares da *internet* já visitaram as páginas oficiais do setor público em busca de informações e serviços. O segundo lugar foi dos EUA, com 33,1%, seguidos por Japão (30,2%), Reino Unido (27,9%) e Alemanha (24,5%).

Ciente da importância do *e-gov* para a redução desses sérios entraves ao desenvolvimento do Estado, o Sistema FIRJAN vem desenvolvendo desde o ano 2000 diversos estudos sobre a desburocratização eletrônica. Em dezembro de 2005, foi publicada a segunda edição do estudo intitulado “Desburocratização Eletrônica nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro”, que mensurou realizações, avanços e deficiências das ações de governo eletrônico nos 92 municípios do Estado.

Portanto, é um objetivo fundamental do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro o apoio e a implementação de ações voltadas para a revisão e simplificação dos procedimentos burocráticos excessivos que têm interferido negativamente nos ambientes de negócios fluminenses. Conseqüência natural dessa demanda, o Mapa contempla também o estímulo às melhorias constantes nos *sites* governamentais em todas as suas instâncias, para que esses instrumentos possam atuar, com eficácia, na urgente e imprescindível desburocratização da máquina estatal.

Ações Estratégicas Previstas

Ação 12 Reformulação do Sistema de Licenciamento

O que se pretende alcançar?

- Promover articulações que levem a mudanças estruturais e operacionais no sistema de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, estabelecendo exigências claras e diferenciadas, por porte e atividade, seguindo estudos já elaborados e relatos de práticas bem-sucedidas em curso em outros Estados.

Atividades previstas:

- Propor ao Governo do Estado do Rio de Janeiro mudanças substanciais nas rotinas e nos processos de licenciamento, com base nos estudos e experiências bem-sucedidas acima citadas;
- Atuar, junto a Assembléia Legislativa, para propor mudanças na legislação que facilitem e agilizem o processo de licenciamento ambiental das empresas.

Ação 13 Reestruturação da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA

O que se pretende alcançar?

- Promover mudanças nos processos internos da FEEMA, associando-as a um sistema informatizado, de modo a garantir a transparência e agilidade na tramitação dos processos.

Atividades previstas:

- Atuar junto às empresas do Centro das Indústrias do Rio de Janeiro – CIRJ para viabilizar os recursos necessários à realização de um diagnóstico dos processos internos da FEEMA, sua racionalização, e para a criação da infra-estrutura necessária ao seu funcionamento;
- Promover ações junto ao Governo do Estado, buscando a valorização da FEEMA, para que sejam alocados os recursos necessários ao seu bom funcionamento;

- Promover, junto ao Governo do Estado, ações que busquem aumentar a percepção sobre a necessidade de aumentar, valorizar e renovar o corpo técnico da FEEMA, inclusive através da expansão do quadro, com promoção de concursos públicos para o preenchimento de novas vagas.

Ação 14 Articulação dos Agentes Públicos

O que se pretende alcançar?

- Promover o diálogo e o entendimento entre os diferentes agentes públicos envolvidos no processo de licenciamento ambiental, incluindo o Ministério Público, para que os processos sofram menos intervenções durante suas tramitações administrativas.

Atividades previstas:

- Promover a aproximação dos promotores e procuradores do Ministério Público, através de convites para a participação em eventos pertinentes e, também, nos Conselhos Empresariais que tratam da questão ambiental no Estado;
- Criar oportunidades para troca de opiniões e debates pró-ativos, em busca de soluções ordenadas e integradas, com os principais atores envolvidos na fiscalização ambiental, em especial a FEEMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, as Polícias Civil e Federal e o Ministério Público.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Diretoria de Meio Ambiente
mapa@firjan.org.br

Ação 15 Adesão do Estado ao Projeto Cadastro Sincronizado Nacional

O que se pretende alcançar?

- Integrar os procedimentos de cadastramento tributário, incluindo as Administrações Tributárias da União, dos Estados e dos municípios, bem como os demais órgãos que fazem parte do projeto, para simplificar os processos de inscrição, alteração e baixa das pessoas jurídicas.

Atividade prevista:

- Promover ações junto ao governo estadual, para assegurar a assinatura do convênio com a Receita Federal para a implantação do Projeto Cadastro Sincronizado Nacional.

Ação 16 Aprimoramento do Programa Rio Fácil

O que se pretende alcançar?

- Promover articulação, acompanhamento e avaliação do Rio Fácil – programa de protocolo integrado caracterizado pela reunião, em um mesmo local, dos serviços de informação e orientação empresarial, de recebimento de documentos e de tramitação de processos de registro e inscrição de empresas. Propor a ampliação dos serviços do Rio Fácil, para que atue também nas etapas relativas ao fechamento de empresas.

Atividade prevista:

- Atuar junto ao governo estadual, à Junta Comercial do Rio de Janeiro e ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – Sebrae, responsáveis pelo Programa Rio Fácil, para o seu contínuo aprimoramento.

Ação 17 Monitoramento dos Impactos do Programa Gespública**O que se pretende alcançar?**

- Ampliar a participação de órgãos públicos estaduais e municipais no Programa Nacional de Gestão e Desburocratização – Gespública.

Atividades previstas:

- Promover ações que apoiem a adesão das instâncias estaduais e municipais ao Programa Gespública, voltado à desburocratização em duas vertentes fundamentais:
 - Promoção da desregulamentação de normas (leis, decretos, portarias, atos normativos, complexos e outros) que interferem de maneira exagerada nas relações de direitos e obrigações entre Estado e cidadãos;
 - Promoção da simplificação de processos, procedimentos e rotinas que geram fluxos desconexos na tramitação de documentos e que não agregam valor ao serviço prestado pelo Estado.

Ação 18 Melhoria dos Sites Municipais e do Governo do Estado do Rio de Janeiro**O que se pretende alcançar?**

- Utilizar, de forma mais efetiva, as facilidades disponíveis na *internet* para simplificar processos administrativos e para eliminar formalidades e barreiras burocráticas que oneram empresas e cidadãos.

Atividades previstas:

- Divulgar em todas as instâncias do governo estadual e prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa realizada pelo Sistema FIRJAN sobre a desburocratização eletrônica;
- Orientar e apoiar as prefeituras interessadas para a implementação, em seus *sites* oficiais, do “pacote mínimo” identificado na pesquisa, que diz respeito aos serviços que podem ser disponibilizados às empresas e cidadãos através dessa ferramenta, aos assuntos a serem abordados e aos padrões de usabilidade e *design* que facilitam a navegação;
- Promover ações junto ao governo estadual para a expansão da *infovia* para todos os municípios fluminenses;
- Promover o Prêmio Nacional de Desburocratização Eletrônica.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Tema 3 • Ambientes Institucional e Regulatório

Objetivo 3.1 • Garantir Marcos Regulatórios Estáveis e Sistemas Regulatórios Bem-Definidos

Poder contar com marcos e sistemas regulatórios estáveis e bem definidos é uma condição que gera confiança nos investidores, favorece os negócios e fundamenta o desenvolvimento socioeconômico de um país. O excesso de regras, em contrapartida, impede o crescimento das empresas, retarda a inovação e diminui os empregos.

Para reprimir os abusos do poder econômico e promover a defesa do usuário de serviços essenciais, o Estado criou as agências reguladoras. No entanto, seu modelo de atuação precisa ser aprimorado, pois mudanças frequentes e injustificadas na regulação aumentam a incerteza e o custo de capital, uma vez que o risco regulatório se constitui em um componente importante no cálculo da taxa de risco de um projeto.

Assim, para que atendam ao interesse público, a atuação das agências deve se pautar na máxima transparência e independência, asseguradas em razão da sua autonomia financeira e gerencial. Também urge definir, com precisão, os limites de sua competência.

Além disso, a garantia da estabilidade dos marcos regulatórios deve considerar também a defesa da concorrência e da propriedade industrial. No Brasil, temos observado uma atuação cada vez mais intensa das autoridades antitruste na repressão das infrações à ordem econômica e, especialmente, ao cartel, por prejudicar diretamente os consumidores. Todavia, pouco vale a proibição de determinadas condutas, se houver morosidade na apreciação dos atos de concentração ou se o processo administrativo não garantir a instrução e o julgamento das potenciais infrações sob análise. Outro dano é o causado pela possibilidade de estabelecer acordos ao longo dos processos, acabando por estimular a impunidade, se a medida for tomada indistintamente. Assim, o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro parte do princípio de que é dever do empresariado e da sociedade organizada manterem postura ativa junto ao Poder Legislativo, buscando sempre o aperfeiçoamento das leis, para a preservação da sanidade do ambiente entre os concorrentes.

Para tanto, deve-se ter sempre em mente que a proteção da propriedade industrial, além de resguardar os ativos intelectuais de uma empresa, se constitui em instrumento estratégico diante de seus concorrentes, dificulta a pirataria e facilita a sua atuação em outros mercados. O crescimento da inovação e o desenvolvimento tecnológico do Rio de Janeiro também dependem, essencialmente, do sucesso do sistema patentário.

Outras medidas imprescindíveis são a modernização da legislação trabalhista e previdenciária e a consolidação da legislação ambiental.

Não resta dúvida de que a flexibilização das relações de trabalho, a racionalização da atuação fiscalizadora dos órgãos ambientais e a celeridade do processo de licenciamento ambiental são elementos fundamentais para ampliar a produtividade do setor industrial. Disso resultará o aperfeiçoamento do mercado interno e a maior inserção da indústria fluminense na economia internacional.

Indicadores

Indicador	Descrição
Grau de percepção do empresário investidor (indicador em desenvolvimento)	Pesquisa para medir a satisfação / confiança dos investidores quanto à eficiência dos marcos regulatórios e à qualidade das agências reguladoras
Posição no ranking da publicação <i>Doing Business</i>	Avaliar a diminuição dos riscos regulatórios no Brasil, através dos dados anualmente publicados pelo Banco Mundial no denominado <i>Doing Business</i>

Fonte: pesquisa do Sistema FIRJAN e Banco Mundial

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Grau de percepção do empresário investidor	-	Metas em desenvolvimento		
Posição no ranking da publicação <i>Doing Business</i>	119 ^a posição (2006)	Metas em desenvolvimento		

Finalmente, cabe lembrar que o sucesso das Parcerias Público-Privadas – PPPs, também está condicionado à definição de marcos regulatórios estáveis e à implementação de sistemas que proporcionem solução eficaz para os litígios, minimizando custos e riscos.

Ações Estratégicas Previstas

Ação 19 Legislação para Assegurar a Transparência e Independência das Agências Reguladoras

O que se pretende alcançar?

- Promover a autonomia das agências reguladoras, visando assegurar melhores condições de funcionamento, transparência, independência, autonomia financeira e delimitação de suas funções.

Atividades previstas:

- Articular ações junto ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional para a implantação das propostas legislativas voltadas para a autonomia das agências;
- Apoiar a Confederação Nacional da Indústria para a implementação das ações publicadas no documento “Agência Reguladora”, conforme programa 22 do Mapa Estratégico da Indústria Brasileira – 2007-2015 que visa ainda a transparência, delimitação precisa das funções, autonomia financeira e a excelência técnica.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Diretoria Jurídica
mapa@firjan.org.br

Ação 20 Competências em Meio Ambiente

O que se pretende alcançar?

- Adequar e aprovar o Projeto de Lei que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal.

Atividades previstas:

- Atuar, junto ao Congresso Nacional, na adequação e aprovação do Projeto de Lei que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal;
- Articular, junto à Confederação Nacional da Indústria – CNI a priorização da discussão desse tema em fóruns pertinentes, para demarcar o posicionamento da indústria, em nível nacional;
- Atuar junto aos parlamentares do Estado do Rio de Janeiro, buscando seu convencimento e apoio.

Ação 21 Lei de Crimes Ambientais

O que se pretende alcançar?

- Promover o debate e a mudança na lei de Crimes Ambientais (9.605/98), no que diz respeito à responsabilização dos agentes públicos.

Atividades previstas:

- Atuar, junto ao Congresso Nacional, na adequação e aprovação do Projeto de Lei que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal;
- Articular, junto à Confederação Nacional da Indústria - CNI - a priorização da discussão desse tema em fóruns pertinentes, para demarcar o posicionamento da indústria, em nível nacional;
- Atuar junto aos parlamentares do Estado do Rio de Janeiro, buscando seu convencimento e apoio.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN - Diretoria de Meio Ambiente
mapa@firjan.org.br

Ação 22 Aprovação da Lei Estadual das Parcerias Público-Privadas - PPPs

O que se pretende alcançar?

- Aprovar a lei Estadual que regulamente o estabelecimento das Parcerias Público-Privadas - PPPs, tendo em vista a sua relevância para o desenvolvimento do Estado.

Atividades previstas:

- Atuar junto ao Poder Legislativo, visando à aprovação, o mais breve possível, do Projeto de Lei/PL nº 2.494/2005 ou do Projeto de Lei/PL nº 2.580/2005, ambos voltados para a regulamentação, no Estado, das PPPs;
- Promover ações para que o texto do PL 2.580/2005 seja parcialmente modificado, de modo a garantir a participação de representantes do setor privado no Conselho Gestor, nele previsto.

Ação 23 Proposta para Democratização das Relações de Trabalho

O que se pretende alcançar?

- Participar da mudança do marco regulatório: reforma sindical e reforma trabalhista.

Atividade prevista:

- Apresentar proposta de democratização das relações trabalhistas através de anteprojetos de lei, tomando por base o trabalho realizado em 1999, pelo Conselho Empresarial de Política Social e Trabalhista do Sistema FIRJAN.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN - Diretoria Jurídica
mapa@firjan.org.br

Objetivo 3.2 • Implementar uma Ampla Reforma na Legislação Tributária

A elevada carga tributária é apontada pelos empresários como um dos mais importantes obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades e à competitividade do produto brasileiro.

Diante da dificuldade de implementar uma ampla reforma tributária, diversos governos estaduais promoveram a redução de alíquotas, com conseqüências positivas para a arrecadação. O Rio de Janeiro, no entanto, atuou no sentido inverso: a implantação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, em 2003, resultou em elevação de até cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS praticada no Estado. Este aumento vem representando uma perda significativa de espaço para os produtos fluminenses. Basta uma rápida análise comparativa para constatar: somos os “campeões” em alíquotas elevadas, nas diversas operações de relevância, sujeitas ao ICMS.

Outra questão da qual as empresas se ressentem é a necessidade de atender às obrigações acessórias e às 27 legislações de ICMS existentes. A unificação desse “quebra-cabeças” legal é um importante passo na direção de uma legislação tributária mais adequada, embora não possamos perder o foco principal: a articulação social em prol de uma ampla reforma tributária, com a redução do número de tributos hoje existentes.

São outros pontos importantes na questão tributária:

- O aperfeiçoamento dos mecanismos do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte/Simples, através da criação do Supersimples;
- A ampla desoneração tributária para a exportação;
- A criação de incentivos à importação de máquinas e equipamentos que não possuem similares nacionais;
- A implementação de incentivos fiscais setoriais, de acordo com as vocações regionais.

Indicadores

Indicador	Descrição
Carga Tributária (%PIB)	Total de tributos arrecadados como proporção do Produto Interno Bruto – PIB

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Carga Tributária (%PIB)	37% (2005)	33%	30%	27%

Ações Estratégicas Previstas

Ação 24 Projeto de Unificação do ICMS

O que se pretende alcançar?

- Criar um Regulamento Único de ICMS, válido para as empresas de todo o território nacional.

Atividades previstas:

- Promover articulações, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria e outras entidades representativas do setor privado, para a apresentação de um projeto que imponha a criação de um Regulamento Único de ICMS, no País;
- Promover ações de conscientização junto à base parlamentar do Estado do Rio de Janeiro para apoio ao projeto, tendo em vista a sua relevância para a competitividade e sobrevivência das empresas fluminenses, a geração de empregos e renda e o desenvolvimento social e econômico.

Ação 25 Melhorias do Simples Federal

O que se pretende alcançar?

- Garantir que setores essenciais e de alta relevância social, inclusive por seu potencial empregador, tais como a construção civil, a engenharia e a arquitetura, sejam inseridos no Simples Federal.

Atividade prevista:

- Promover articulações, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria e outras entidades representativas do setor privado, para a apresentação de proposta nesse sentido às instâncias pertinentes.

Ação 26 Ampla Reforma Tributária para Competitividade e Eficiência

O que se pretende alcançar?

- Implementar, com a participação de todos os segmentos pertinentes da sociedade, uma ampla reforma que simplifique o sistema tributário e proporcione aumento da competitividade dos produtos brasileiros.

Atividades previstas:

- Apoiar as ações do Programa 18 do Mapa da Indústria 2007-2015, da Confederação Nacional da Indústria, que visa formular propostas para simplificar o sistema tributário e aumentar a competitividade, de modo a acompanhar e avaliar a evolução das emendas constitucionais em tramitação que alteram o sistema tributário brasileiro;
- Consolidar o posicionamento do setor industrial, por meio de reuniões e seminários com empresas e associações.

Ação 27 Melhorias do Simples Estadual

O que se pretende alcançar?

- Promover ações de melhoria do Simples Estadual.

Atividades previstas:

- Apresentar ao Legislativo Estadual um projeto de lei que contemple a isenção para os contribuintes microempresas;
- Buscar apoio do Executivo Estadual para o projeto, tendo em vista o seu impacto social e gerador de emprego e renda.

Ação 28 Observatório da Competitividade do Estado do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Construir um painel que compare, de forma sistemática, as alíquotas de ICMS entre os diversos Estados, de forma a defender a competitividade das empresas do Rio de Janeiro.

Atividade prevista:

- Elaborar um comparativo sistemático das alíquotas de ICMS praticadas nos Estados;

Ação 29 Manutenção da Competitividade Tributária

O que se pretende alcançar?

- Alcançar na estrutura tributária do Estado patamar equivalente ao dos demais Estados em termos de custos, impedindo uma desvantagem competitiva.

Atividade prevista:

- Tornar público o comparativo de alíquotas da ação 28 deste Mapa e manter a competitividade tributária da indústria do Rio de Janeiro;
- Propor alterações de alíquotas às instâncias pertinentes, uma vez identificadas necessidades de correção;
- Propor alterações em outros aspectos da estrutura tributária.

Ação 30 Aperfeiçoamento da Desoneração Tributária em Relação ao Repetro

O que se pretende alcançar?

- Propor que as operações referentes ao Repetro – regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural – sejam desoneradas de ICMS, de forma a baratear os investimentos.

Atividades previstas:

- Estabelecer articulações com organizações representativas e com a base parlamentar estadual, para a defesa da proposta, junto ao Executivo Estadual;
- Apresentar um Projeto de Lei que equipare a denominada exportação ficta a uma exportação padrão e estabelecer articulações com a base parlamentar federal para a sua aprovação.

Ação 31 Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

O que se pretende alcançar?

- Propor a extinção dos adicionais do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, tendo em vista o seu impacto comprovadamente negativo sobre a competitividade dos produtos fluminenses, o que resulta em redução da oferta de emprego e das possibilidades de geração de renda;
- Reduzir os custos de diversas mercadorias e serviços, bem como aliviar a carga tributária suportada pelo consumidor.

Atividade prevista:

- Estabelecer articulações com outras organizações representativas e com a base parlamentar, para a defesa da proposta, junto ao Executivo Estadual.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Diretoria Jurídica
mapa@firjan.org.br

Tema 4 • Educação e Saúde

Objetivo 4.1 • Erradicar o Analfabetismo

A superação total do analfabetismo é essencial para a promoção da inclusão, entendida como um princípio de cidadania. Embora o Brasil venha conquistando uma redução significativa das taxas de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos, ainda há muito a fazer.

As estatísticas que compunham o Censo 2000 indicavam que, no País, 15% dos brasileiros acima de 15 anos ainda não haviam sido alfabetizados até aquele ano, enquanto no Estado do Rio de Janeiro este índice correspondia a 6,64% da população, representando um total aproximado de 715.135 pessoas. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2004, apontava uma taxa de analfabetismo de 4,8% no Estado do Rio, o que comprova uma melhoria significativa – mas ainda corresponde, numa projeção, a um contingente de cerca de 570.352 jovens e adultos, não-alfabetizados. A magnitude do número indica a necessidade de dar continuidade aos vários programas de alfabetização atualmente em curso, avaliando seus resultados em busca de melhorias contínuas e mantendo seu foco preferencial sobre as comunidades de baixa renda das periferias urbanas e as regiões de baixa densidade populacional.

Porém, a alfabetização por si mesma não é redentora nem garante a cidadania e a geração de emprego e renda àqueles que foram, por diversas injustiças sociais, excluídos dos bancos escolares, na idade correta. Favorecer a continuidade dos estudos no Ensino Fundamental, bem como a articulação deste às medidas paralelas de qualificação profissional, são ações que também têm impacto direto na consolidação do processo iniciado com a alfabetização de jovens e adultos.

Indicadores

Indicador	Descrição
Taxa de analfabetismo em pessoas acima de 15 anos *	Proporção de pessoas não-alfabetizadas com mais de 15 anos

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE
* Proporção de pessoas não-alfabetizadas com mais de 15 anos: que não conseguem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem (auto-declaração).

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Taxa de analfabetismo em pessoas acima de 15 anos	4,8% (2004)	4%	3,5%	3%

Objetivo 4.2 • Melhorar a Qualidade da Educação Básica

Nesta que se convencionou chamar a “Era do Conhecimento”, a baixa qualidade da Educação tem reflexos diretos no desenvolvimento das nações, colocando as que apresentam piores desempenhos neste aspecto em grave desvantagem, quando comparadas a outras que já oferecem mais e melhores oportunidades educacionais aos seus cidadãos.

Nos últimos anos, o Brasil alcançou uma importante conquista: a democratização do acesso ao Ensino Fundamental. Hoje, 97,2% das crianças com idade entre sete e 14 anos estão na escola – e no Rio de Janeiro este percentual atinge cerca de 98,1% da população em idade escolar. Entretanto, na faixa etária de 15 a 17 anos, cerca de 8,8% já deixou de freqüentar as salas de aula. E, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2004, 44,4% da população ocupada tinha, àquela altura, menos de 11 anos de estudo: ou seja, não possuíam o Ensino Médio completo.

Por outro lado, a repetência e a evasão na Educação Básica permanecem bastante significativas, acarretando uma taxa expressiva de defasagem idade-conclusão. Preocupa, ainda, o desempenho dos estudantes brasileiros nos exames de avaliação organizados pelo Ministério da Educação e por organismos internacionais, como o *Programme for International Student Assessment* – PISA, que têm ficado muito abaixo do ideal, principalmente, nas escolas públicas: nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, menos de 10% dos alunos atingem o desempenho esperado para o seu nível de ensino.

Nesse sentido, ações voltadas para a melhoria da qualidade da Educação Básica são imprescindíveis e urgentes para o favorecimento do desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro e do País. Dentre elas, merecem destaque:

- o fortalecimento da formação inicial e continuada dos docentes;
- a valorização dos docentes;
- a atualização da infra-estrutura das escolas;
- a efetiva incorporação de novas tecnologias educacionais;
- o desenvolvimento da cultura empreendedora.

Indicadores

Indicador	Descrição
Desempenho escolar dos estudantes	Desempenho dos estudantes do Rio de Janeiro nas provas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB (somatório das médias de desempenho em Português e Matemática na 3ª do Ensino Médio – pontuação máxima 800)

Fonte: SAEB/INEP – Programa Internacional para Avaliação de Alunos

Indicador	Descrição
Escolaridade média da população	Média ponderada de anos de estudo da população no Estado (Chile – 7,8; Coréia – 11,3)

Fonte: PNAD/IBGE

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Desempenho escolar	561,8 (2003)	580	595	610
Escolaridade média da população	7,5 (2004)	7,8	8,2	8,5

Objetivo 4.3 • Promover a Formação Profissional Técnica e Superior, Alinhada aos Pólos Econômicos do Estado do Rio de Janeiro

A formação profissional é fator crucial para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, pois cumpre um papel fundamental: a transformação do conhecimento em um ativo aplicável aos processos produtivos e tecnológicos.

No Estado do Rio de Janeiro, em 2005, o contingente de matrículas em cursos de habilitação técnica de nível médio correspondeu, somente, a 11,44% das matrículas do Ensino Médio. Disso decorre que, com a retomada do crescimento, várias indústrias têm se ressentido da falta de profissionais técnicos qualificados, especialmente nos municípios do interior, para onde muitas empresas se dirigiram nos últimos anos.

No que se refere à Educação Superior, dados do Ministério da Educação – MEC, apontam que apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão cursando este nível de ensino, índice bastante inferior ao da Argentina (32%) e dos EUA (50%). De acordo com o último Censo da Educação Superior, o Rio de Janeiro apresenta 13% do total de matrículas nas instituições de Ensino Superior, enquanto São Paulo detém 26%. Além disso, informações do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE, evidenciam que no final da década de 90, cerca de 45% das matrículas se direcionavam aos cursos de Ciências Sociais Aplicadas e 16% às Ciências da Saúde, enquanto que na Engenharia e nas áreas ligadas à Tecnologia, este número correspondia a apenas 8%.

Considerando este contexto, a expansão e a interiorização de iniciativas voltadas à formação profissional técnica e superior, sintonizadas com as potencialidades e as vocações regionais, se constituem em fatores decisivos para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. A implementação destas medidas potencializará a empregabilidade, bem como a inovação tecnológica e a elevação dos níveis de qualificação.

Indicadores

Indicador	Descrição
Taxa de escolarização na Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Proporção de estudantes matriculados em cursos técnicos em relação ao total de estudantes matriculados no Ensino Médio (taxa 2005: São Paulo – 12,6%; Rio Grande do Sul – 14,5%)

Fonte: Censo Escolar

Indicador	Descrição
Taxa de matrículas em cursos das áreas de Ciência e Tecnologia no Ensino Superior	Proporção de estudantes matriculados em cursos superiores nas áreas de Ciência e Tecnologia em relação ao total de matrículas no Ensino Superior (taxa 2004: Santa Catarina – 19,1%; Coréia – 44,3%)

Fonte: Censo Escolar

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Taxa de escolarização na Educação Profissional Técnica de Nível Médio	11,4% (2005)	13%	15%	20%
Taxa de matrículas em cursos das áreas de Ciência e Tecnologia no Ensino Superior	15,8% (2004)	16,5%	18%	20%

Ações Estratégicas Previstas

Ação 32 Continuidade do Projeto TRANSformar

O que se pretende alcançar?

- Alfabetizar cerca de 10 mil alunos por ano, em continuidade ao Projeto TransFORMAR: iniciativa do Sistema FIRJAN que vem sendo implementada desde o ano 2000 e que já beneficiou mais de 100 mil pessoas, sendo considerada uma “Iniciativa de Alto Impacto Social” pela Organização das Nações Unidas – ONU e pelo Programa das Nações Unidas para Países em Desenvolvimento – PNUD.

Atividades previstas:

- Capacitar um maior número de alfabetizadores na metodologia do Projeto para atender à demanda;
- Manter os mecanismos permanentes de avaliação de resultados.

Ação 33 Formação de Professores

O que se pretende alcançar?

- Fortalecer a formação inicial dos professores, com vistas ao desenvolvimento das competências necessárias ao exercício de uma prática docente capaz de favorecer a elevação da qualidade da Educação Básica e sua adequação ao contexto da sociedade atual;
- Promover e estimular iniciativas em prol da formação continuada de docentes.

Atividades previstas:

- Promover a articulação em torno da revisão dos currículos dos cursos de formação de professores nas Universidades, através da ação de grupos de trabalho interdisciplinares, que considerem:
 - A contínua articulação entre teoria e prática;
 - O aprofundamento dos conhecimentos de Psicopedagogia e teorias da aprendizagem pertinentes aos vários níveis de ensino;
 - A abordagem de questões específicas de didática e metodologias relativas aos seus respectivos campos de conhecimento;
 - A ênfase no papel do docente como mediador e na importância da pesquisa e da atitude empreendedora;
 - A preparação para a prática pedagógica interdisciplinar, com base em desafios para a avaliação sistêmica do processo de aprendizagem;
 - O desenvolvimento para a utilização de tecnologias digitais (*softwares*, *hardwares* e aplicativos) visando à construção de projetos colaborativos de educação.
- Promover o estímulo de iniciativas em prol da formação continuada de docentes, em articulação com Universidades, Institutos, Centros de Pesquisa e outras instituições pertinentes, de modo a construir uma proposta que contemple o desenvolvimento de um Programa de Educação Continuada para os docentes em exercício, incluindo:

- A atualização nos conteúdos específicos de suas habilitações nos Centros de Formação das Universidades já credenciados;
- A realização de cursos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (núcleos ou pólos nas unidades escolares);
- A realização de cursos na modalidade de Educação a Distância, abordando os conteúdos pedagógicos mencionados no item anterior;
- O incentivo à realização de cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado de natureza profissional pelos docentes;
- A avaliação formativa periódica dos mesmos, com vistas a subsidiar as ações do programa e uma política de valorização dos docentes.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN - Diretoria de Educação
mapa@firjan.org.br

Ação 34 Integração Universidade - Escola Técnica - Empresa

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver ações de cooperação entre Universidades, empresas e escolas técnicas em prol do fortalecimento da formação profissional técnica e superior, com a perspectiva de agregar competitividade às empresas do Estado do Rio de Janeiro.

Atividades previstas:

- Implementar o Programa de Cooperação das Escolas Técnicas com as Universidades para criar incubadoras de empresas no interior do Estado, diretamente relacionadas às vocações e potencialidades regionais;
- Realizar estudos para compor a matriz de demandas/tendências regionais X formação profissional (também chamada de “Observatório Ocupacional”).

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN - Diretoria de Educação e Instituto Euvaldo Lodi
mapa@firjan.org.br

Ação 35 Projeto de Lei de Incentivo à Educação

O que se pretende alcançar?

- Encaminhar e buscar a aprovação de Projeto de Lei que facilite a captação e canalização de recursos para a Educação em todos os níveis de ensino, seja pública ou privada.

Atividades previstas:

- Elaborar Anteprojeto de lei para encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual e Federal;
- Articulação institucional do Sistema FIRJAN, com o apoio dos segmentos da sociedade civil, visando influenciar na aprovação do Projeto.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Diretoria de Educação e Diretoria Jurídica
mapa@firjan.org.br

Ação 36 Modelo para a Inserção da Cultura Empreendedora na Educação

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver um modelo para implementação da cultura empreendedora em todos os níveis da Educação, considerando estrutura e funcionamento, com o objetivo de otimizar a formação de indivíduos transformadores da realidade, com potencial para a auto-realização e conscientes de seu compromisso social, de forma a favorecer a permanência na escola, a melhoria do desempenho e a preparação para o mundo do trabalho.

Atividades previstas:

- Formular a proposta, visando:
 - O fomento da atitude empreendedora nos gestores e docentes, numa perspectiva de formação continuada;
 - A inclusão de atividades que favoreçam o desenvolvimento da cultura empreendedora na proposta pedagógica das escolas, desde o primeiro nível da Educação Básica;
 - A sensibilização de todos os atores envolvidos para a implantação e disseminação da cultura empreendedora na dimensão democrática de participação e responsabilidade social;
 - A utilização da tecnologia da informação e da comunicação (*sites, softwares* etc.), como recursos auxiliares para a aprendizagem e disseminação da cultura empreendedora;
 - A realização de pesquisa sobre empreendedorismo nas universidades, com vistas ao fomento da formação de jovens empresários.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Diretoria de Educação e Instituto Euvaldo Lodi
mapa@firjan.org.br

Objetivo 4.4 • Implementar um Choque de Gestão nos Sistemas de Saúde do Estado

A Saúde, em seus aspectos mais abrangentes, é prioritária para o desenvolvimento sustentável. O saneamento das desigualdades reinantes no acesso a este direito essencial é uma preocupação central para todos os governos realmente legítimos e engajados, bem como para a sociedade civil organizada.

No final do século XX, a mudança de conceitos levou a comunidade científica internacional a enfim compreender que para sanar as falhas de atendimento não bastava proporcionar assistência médica eficiente à população: era preciso abordar a Saúde como um todo interdependente, para o qual as causas de ordem social, econômica e política são igualmente estruturais. Os anos 50, que assistiram a revolução tecnológica no campo da pesquisa médica, trouxeram avanços significativos, mas também o reforço de uma postura equivocada: o condicionamento de todas as soluções ao acesso aos medicamentos e equipamentos dotados de alta tecnologia. Este paradigma influenciou toda uma geração de profissionais e também a opinião pública, desaguando em políticas ineficazes pelas quais países em desenvolvimento chegavam a destinar mais da metade de seus orçamentos de Saúde para a manutenção de alguns poucos centros de excelência fortemente equipados, mas que só serviam às elites.

Os anos 60 e 70 vieram demonstrar a falência cabal deste modelo – ao passo que constataram o sucesso das, até então, poucas iniciativas voltadas para a chamada “Atenção Primária”. Por fim, a Conferência de ALMA-ATA (Organização Mundial de Saúde, 1978) provou, irrefutavelmente, que esta era a melhor e mais segura via disponível para alcançar a meta estabelecida de “Saúde para Todos no ano 2000”.

A necessidade de adotar estratégias mais abrangentes também seria reforçada em 1984 na Carta de Ottawa, que estabelece oito determinantes para a Saúde: paz, moradia, educação, alimentação, renda, meio ambiente protegido/recursos adequados, justiça social e equidade. A Carta de Ottawa aponta ainda o caminho do comprometimento, ao ressaltar que estes fatores não podem ser de responsabilidade apenas do setor de Saúde: as soluções devem ser buscadas por ações coordenadas que integrem também o setor público e o privado, a mídia e a sociedade organizada. Em 1985, outro marco seria alcançado na Conferência de Saúde patrocinada pela Fundação Rockefeller com o tema: “Boa Saúde a Custos Baixos” (*Good Health, Low Cost*). Nessa conferência foram apresentados vários programas bem-sucedidos em países pobres como a Costa Rica, a China e o Sri Lanka: casos de sucesso lembrados até hoje para demonstrar como políticas integradas e não-necessariamente relacionadas a um setor específico, podem ajudar a melhorar as condições de saúde das populações.

No Brasil, apesar de vários esforços implementados nos últimos anos, todos estes avanços ainda se encontram muito longe do estágio pretendido: o caos, a carência crônica de insumos básicos e a sobrecarga

Indicadores

Indicador	Descrição
Cobertura da rede de atenção básica (público-alvo)	Percentual do público-alvo com acesso às ações da rede de atenção básica de Saúde, privilegiando, dentre outros, o Programa de Saúde da Família – PSF e o Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS
Mortalidade Materno-infantil (por 1000 nascidos vivos)	Taxa de mortalidade infantil
Morbi-mortalidade das DCNTs (por 100 mil habitantes)	Taxa de morbi-mortalidade

Fonte: Ministério da Saúde

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015	
Cobertura da Rede de Atenção Básica	18,1% (2004)	60%	80%	100%	
Mortalidade Materno-infantil	17,9 (2002)	14	11	8	
Morbi-mortalidade das DCNT	Acidente Vascular Cerebral – AVC	75,0 (2002)	60	45	35
	Infarto Agudo do Miocárdio – IAM	58,6 (2002)	45	35	30
	Diabetes – DIAB	37,1 (2002)	30	20	15

reinante nos hospitais indicam que é hora de “arregaçar as mangas” e implantar uma profunda revisão de gestão, para evitar que continuemos a desperdiçar vidas e recursos preciosos sem nem mesmo conseguir melhorar realmente os índices de Saúde da população – ou, pelo menos, “apagar o incêndio” que consome a rede pública.

Para além da questão humanitária soberana, o choque de gestão que o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro propõe para a rede de Saúde se justifica, também, pelas implicações econômicas que cercam a baixa qualidade de vida e, conseqüentemente, a saúde dos trabalhadores. Um exemplo: segundo o relatório de 2005 da Organização Pan Americana de Saúde – OPAS, 80% das mortes por Doenças Crônicas Não-Transmissíveis – DCNTs, acontecem em países de baixa e média renda: categoria na qual o Brasil se insere. As DCNTs produzem efeitos adversos importantes para os indivíduos afetados, causando morte prematura, invalidez e prejuízos significativos para a economia. Para mensurarmos o impacto desta realidade em nosso País, basta dizer que uma projeção baseada no relatório acima citado indica que, se nada for feito, o Brasil perderá uma renda da ordem de US\$ 40 bilhões no período de 2005 a 2015, devido às mortes prematuras por doenças do coração, Acidente Vascular Cerebral – AVC e diabetes. No Estado do Rio de Janeiro, esta perda deverá superar os US\$ 8 bilhões e estará diretamente relacionada às baixas de indivíduos em idade produtiva. O relatório também observa que 80% das doenças acima citadas poderiam ser evitadas, bem como 40% dos cânceres, através da promoção de programas de prevenção.

Desta forma, o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro considera que é essencial articular uma intensa participação de todos os atores sociais para levar a gestão da Saúde no Estado à revisão urgente e radical.

Ações Estratégicas Previstas

Ação 37 Mobilização dos Órgãos Públicos para a Humanização dos Atendimentos e Reavaliação dos Macroprocessos, com Maior Foco nos Usuários

O que se pretende alcançar?

- Garantir o acesso amplo e irrestrito aos serviços de Saúde em igualdade de condições para toda a população, a partir de uma ampla discussão com todos os segmentos sociais envolvidos;
- Promover uma análise prévia dos processos do atendimento hoje prestados, para mapear dificuldades e propor soluções eficazes;
- Eleger e priorizar um conjunto de ações que, após sua implantação, deverão se traduzir em resultados positivos e benefícios aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, privilegiando aspectos como a democratização do acesso aos serviços, a equidade e a universalidade na atenção à saúde da população fluminense, sempre em sinergia com os segmentos envolvidos;
- Mobilizar os órgãos públicos e promover programas de treinamento e capacitação do profissional de Saúde visando também a humanização dos atendimentos, levando o profissional a compreender a importância da manutenção do foco centrado no usuário.

Atividades previstas:

- Apoiar a articulação de parcerias entre o setor privado e o gestor estadual de Saúde nos serviços públicos, para a reestruturação da rede de atenção primária, secundária e de alta complexidade, quando for o caso, em cada município, já que este processo é de competência exclusiva dos gestores municipais;

- Promover seminários, *workshops* e outros eventos, reunindo os Conselhos Municipais de Saúde e gestores das esferas estadual e federal para discutir e elaborar propostas para a efetiva intervenção nos serviços oferecidos, bem como eleger ações prioritárias e avaliá-la em curso, no que tange às questões relacionadas ao acesso, equidade e universalidade da atenção, por meio do Fórum de Saúde do Sistema FIRJAN.

Ação 38 Estruturação de Documento Orientativo para Conhecimento e Identificação da População, para a Implantação de Programas de Atenção Básica à Saúde

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver programas de promoção e prevenção para a redução dos agravos causados por doenças crônicas, bem como o controle dos fatores de risco que estão na base das mesmas, através do conhecimento e da identificação prévia da clientela (população);
- Ampliar o conhecimento e a identificação dos cenários locais, a partir de pesquisas domiciliares orientadas em nível municipal, para fins de implementação de programas de atenção à Saúde, priorizando as doenças crônicas transmissíveis e não-transmissíveis, bem como as relacionadas ao ambiente laboral;
- Apoiar os programas de controle médico ocupacional e de segurança do trabalho, para que sejam rigorosamente aplicados aos servidores públicos, de maneira idêntica à exigida pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao setor privado;
- Definir estes programas de atenção de forma padronizada, porém com uma visão microrregional, apoiando-os com sistemas informatizados, operados sob base de dados centralizada.

Atividades previstas:

- Estruturar e elaborar Plano de Ação para Cadastramento e Identificação da População para:
 - Conhecer as estruturas atuais de organização e os modelos de atenção em vigor, bem como as pretensões e demandas dos municípios sobre as políticas públicas de Saúde, incluindo a avaliação da atual condição gestora junto ao Sistema Único de Saúde – SUS e os benefícios de um possível avanço;
 - Levantar as clientelas por mapeamento, buscando a atualização dos dados demográficos regionais;
 - Promover estudos para adequação da oferta de serviços de Saúde, em função das demandas estabelecidas, inclusive com um estudo de viabilidade pela adoção da metodologia de GPS (*Global Position System* – mapeamento por satélite) para registrar domicílios em comunidades específicas (favelas e bairros afins), cuja divisão territorial e o controle das construções escapam ao controle oficial da malha urbana;
 - Implementar ações deliberadas pelas equipes do Programa de Saúde da Família – PSF e do Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS de cada município;
 - Criar as Bases de Dados sobre as clientelas municipais, a partir dos trabalhos de cadastramento populacional, para ratificar ou retificar a relação entre a oferta dos serviços de Saúde e as reais demandas das populações que necessitam utilizar os serviços das redes assistenciais dos municípios;
 - Desenvolver os sistemas informatizados para a produção de estatísticas dos trabalhos de cadastramento e para a modelagem de um Banco de Dados, que dará origem ao futuro Sistema Integrado de Informações de Saúde.

Ação 39 Estímulo à Criação dos Programas Pactuados Integrados e dos Consórcios Intermunicípios – PPI, a partir da Criação de uma Central Reguladora e de Microrregiões Homogêneas em todo o Estado

O que se pretende alcançar?

- Estruturar consórcios intermunicipais e PPIs, para viabilizar que os serviços de média e alta complexidade sejam centralizados em um único município de referência, numa determinada região, otimizando recursos.

Atividades previstas:

- Promover estudos de estruturação das microrregiões, obedecendo aos critérios já estabelecidos pelo SUS para procedimentos de média e alta complexidade;
- Apoiar esta estruturação, como nas instâncias locais, por sistemas informatizados, integrados e operados sob base de dados centralizada (Central Reguladora com sistema de TI universal e transparente, agregado a *Call Center* de regulação e Orientação em Saúde).

Ação 40 Proposta de Lei para Renúncia Fiscal em Equipamentos de Alto Custo/Tecnologia, em Benefício dos Serviços de Saúde

O que se pretende alcançar?

- Facilitar a aquisição de equipamentos de alta tecnologia para o setor privado, com possibilidade de redução de custos para os pacientes;
- Viabilizar o aumento da disponibilidade desses recursos tecnológicos no setor público, sem investimentos diretos, melhorando substancialmente a qualidade dos serviços pela redução da demanda reprimida existente.

Atividades previstas:

- Elaborar Projeto de Lei e apresentar às instâncias competentes, nos âmbitos estadual e federal;
- Incentivar a elaboração de políticas destinadas à redução ou à renúncia fiscal plena dos tributos que incidem sobre os equipamentos de alto custo/tecnologia e os insumos básicos para fins diagnóstico e terapêutico, junto a gestores dos âmbitos federal, estadual e municipal.

Ação 41 Acompanhamento da Destinação e Aplicação dos Recursos Financeiros do SUS para a Saúde Pública (Atenção Básica)

O que se pretende alcançar?

- Instituir medidas que favoreçam a rigorosa observação da destinação dos recursos específicos orientados para o SUS e os que são exclusivamente destinados para a Atenção Básica.

Atividade prevista:

- Acompanhar, com o apoio do Fórum de Saúde do Sistema FIRJAN, a destinação e a aplicação dos recursos financeiros em questão, junto aos Conselhos Municipal e Estadual, por meio de relatório trimestral.

Ação 42 Proposta de Adequação do Modelo de Gestão do SUS com Foco no Fluxo Operacional da Rede de Atenção à Saúde

O que se pretende alcançar?

- Elaborar proposta a ser encaminhada ao Ministério da Saúde, com alterações substanciais no fluxo operacional da Rede de Atenção, visando à eliminação de “gargalos” operacionais e redução de burocracias;
- Propor a redefinição das prioridades no Modelo de Gestão do SUS, ajustando-o às realidades de pequenos, médios e grandes municípios.

Atividade prevista:

- Realizar estudo para redefinição dos macroprocessos de gestão do SUS pelo Fórum de Saúde do Sistema FIRJAN.

Ação 43 Proposta de Criação do Fórum de Articulação Pública de Saúde

O que se pretende alcançar?

- Criar vetores de mudança no SUS, viabilizando uma melhoria na gestão.

Atividade prevista:

- Criar mecanismos que estimulem a aproximação dos três poderes, para inseri-los de forma sinérgica e integrada nas discussões relativas à Saúde Pública promovidas pelo empresariado e a sociedade organizada, através da instituição de um Fórum de Articulação Pública de Saúde.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN - Diretoria de Saúde
mapa@firjan.org.br



Tema 5 • Segurança e Combate à Criminalidade

OBJETIVO 5.1 • Fomentar Políticas para Garantir a Segurança

A violência, não-restrita aos grandes centros urbanos é dos fatores negativos que maior impacto produzem para as empresas e a economia do Estado. Acima dos custos e perdas materiais envolvidos, existem os efeitos perniciosos, talvez imensuráveis, que o aumento da violência tem causado à qualidade de vida da população fluminense, diretamente afetada: uma pesquisa promovida pelo Sistema FIRJAN em agosto de 2003, através do SESI-RJ, com 2.665 trabalhadores distribuídos por todas as regiões do Estado, revelou que, àquela altura, 43,4% dos entrevistados já haviam sofrido algum tipo de violência diretamente ou relataram a ocorrência de episódios violentos envolvendo seus familiares.

Além disso, outra pesquisa realizada pelo Sistema FIRJAN através do SESI-RJ, dessa vez em dezembro de 2004, e que contemplou 1.157 trabalhadores do Rio de Janeiro, mostrou que mais de 70% dos que foram ouvidos elegiam Segurança e Saúde como os principais temas que gostariam de ver encarados como prioridade pelo Poder Público.

A garantia da segurança é, também, um requisito básico para a atração de investimentos para o Rio de Janeiro. Porém, para viabilizar este desafio, é preciso envolver a sociedade e reforçar mecanismos que garantam o cumprimento das leis. O Estado, sozinho, não pode arcar com uma tarefa desse porte: a mobilização dos demais atores sociais é vital. É preciso observar regras mínimas de conduta que garantam uma base sólida para a moralização da sociedade. Um exemplo são as perdas produzidas pela pirataria. O País deixa de arrecadar R\$ 160 bilhões/ano devido ao contrabando, pirataria e informalidade, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO.

É preciso observar que a atividade criminosa que atua sob a forma de contrabando, pirataria e roubo de mercadorias, vale-se do mesmo “corredor de corrupção” pelo qual trafegam as armas e as drogas. O Mapa do Desenvolvimento está focado em cinco vertentes para segurança e combate à criminalidade: informação, legislação, formação policial, sistema prisional e ordem pública.

Indicadores

Indicador	Descrição
Homicídios	Ocorrências por 100.000 habitantes
Assaltos, roubos e furtos	Ocorrências por 100.000 habitantes
Roubos e furtos de veículos	Ocorrências
Roubos e furtos de carga	Ocorrências

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Homicídios	56,9 (2005)	51,2	46,1	41,5
Assaltos, roubos e furtos	1.032 (2005)	929	836	752
Roubos e furtos de veículos	54.861 (2005)	49.285	44.356	39.921
Roubos e furtos de carga	2.161 (2005)	1.945	1.750	1.575

Ações Estratégicas Previstas

Ação 44 Apoio à Implantação de um Sistema de Informação no Estado

O que se pretende alcançar?

- Unificar os sistemas de informação de segurança, integrando os sistemas das Polícias Militar e Civil.

Atividades previstas:

- Criar um programa para integrar, em um só Banco de Dados, todas as informações das Polícias Civil e Militar, desde o Boletim de Ocorrência até os registros gerais de criminalidade, conectado *on line* com o INFOSEG (Informações da Segurança) do Governo Federal, e com informações da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e SERASA, e outras entidades que possuam dados sobre segurança;
- Capacitar as unidades policiais para, com os recursos da Tecnologia da Informação, facilitar o atendimento à população, o mapeamento das ocorrências e o planejamento das ações policiais.

Ação 45 Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do “Disque-Denúncia”

O que se pretende alcançar?

- Manter e otimizar o funcionamento do “Disque-Denúncia”, que é reconhecidamente uma das principais ferramentas de inteligência da Polícia do Estado.

Atividade prevista:

- Desenvolver ações em curso para captação de recursos junto às empresas instaladas no Estado.

Ação 46 Sistema Prisional

O que se pretende alcançar?

- Promover condições humanas nas prisões, evitando revoltas e a deterioração das condições de segurança dos estabelecimentos prisionais.

Atividades previstas:

- Ativar organismos de controle externo para maior visibilidade do cotidiano de carceragens, casas de custódia e prisões;
- Apoiar as atividades do Conselho da Comunidade, da qual o Sistema FIRJAN é integrante, para monitorar a situação prisional no Estado;
- Buscar parceiros de financiamento para atualizar o Censo Penitenciário com metodologias confiáveis, que abordem não apenas o número de detentos, mas também sua escolaridade, saúde e atividades exercidas nas prisões;
- Buscar fontes alternativas de financiamento para possibilitar a construção de novas unidades prisionais, diminuindo a atual superlotação;
- Estimular a gestão privada de instituições penais como alternativa para possibilitar a construção e administração de novas unidades prisionais, inclusive pelo estímulo à formação de Parcerias Público-Privadas.

Ação 47 Modernização Legislativa

O que se pretende alcançar?

- Modernizar a legislação, adaptando-a ao enfrentamento das novas práticas das organizações criminosas, buscando garantir o isolamento dos presos de alta periculosidade, agilizar e otimizar os processos judiciais para evitar que pessoas inocentes fiquem detidas e adotar e difundir penas alternativas para a diminuição da população carcerária.

Atividades previstas:

- Promover a formação de grupos, com a participação de especialistas, juízes, advogados, parlamentares, policiais e representantes de instituições pertinentes da sociedade civil organizada para elaborar Projetos de Lei que serão apresentados às instâncias estadual e federal;
- Desenvolver estudo sobre os modelos existentes de comandos integrados para as Polícias Civil e Militar;
- Estimular a criação de Lei Orgânica para as Polícias, e de uma legislação que diminua a influência política nas nomeações e designações de agentes policiais, garantindo o funcionamento da cadeia de comando e a transparência nos procedimentos de promoção funcional.

Ação 48 Formação Policial

O que se pretende alcançar?

- Apoiar a adesão do Estado ao Sistema Nacional de Educação Policial, contemplando um currículo mínimo de formação para futuros policiais e a reciclagem dos quadros atuais;
- Apoiar a implantação do Sistema Nacional de Educação Policial e a inserção de policiais nos cursos previstos de capacitação e reciclagem, para melhorar os índices de profissionalização na prática policial cotidiana e promover a valorização da profissão perante a sociedade.

Atividade prevista:

- Estimular o surgimento de arcabouço legal, que imponha a profissionalização dos policiais com a obrigatoriedade da obtenção dos diplomas do Sistema Nacional de Educação Policial para progressão profissional.

Ação 49 Ordem Pública

O que se pretende alcançar?

- Apoiar e enfatizar as ações de combate ao comércio irregular nas ruas;
- Promover a formulação de políticas sociais e o apoio a ações que equacionem a situação da população de rua, assegurando a segurança pública.

Atividade prevista:

- Estimular o surgimento de arcabouço legal que amplie o escopo de atuação das Guardas Municipais para que, em caráter complementar, possam realizar ações de polícia ostensiva e preventiva que garantam a ordem pública, assim como de:

- Defesa Civil;
- Prevenção da criminalidade;
- Proteção e prestação de assistência às vítimas de acidentes, episódios de violência ou distúrbios da ordem pública.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN - Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Ação 50 Combate à Pirataria e ao Contrabando

O que se pretende alcançar?

- Consolidar uma estratégia que envolva todos os segmentos sociais no combate à pirataria e ao contrabando;
- Demonstrar ao consumidor que a pirataria alimenta a concorrência desleal para as empresas que efetivamente empregam e pagam impostos, reduzindo vendas, competitividade e impedindo a expansão do mercado de trabalho.

Atividades previstas:

- Dar prosseguimento ao trabalho de coordenação do Grupo Regional de Combate à Pirataria:
 - Promover o trabalho cooperativo para potencializar as ações individuais de cada entidade participante do Grupo Regional;
 - Elaborar agenda de ações estratégicas para atuar em quatro frentes distintas: Educação, Repressão, Legislação e Comunicação.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN - Assessoria de Pesquisas Econômicas
mapa@firjan.org.br



Tema 6 • Infra-Estrutura e Logística

Objetivo 6.1 • Assegurar o Suprimento Energético a Longo Prazo

Embora o Rio de Janeiro tenha praticamente alcançado a auto-suficiência energética, não pode isolar-se do restante do País. No suprimento elétrico, o Estado faz parte do Sistema Interligado Nacional – SIN, o que nos leva a, além de manter a auto-suficiência na produção de energia elétrica, buscar assegurar que a expansão do sistema de transmissão seja adequada ao crescimento e à demanda previsível no horizonte de planejamento.

Quando se fala em conquista e manutenção do suprimento energético do Estado a longo prazo, a parcela de geração elétrica complementada por fontes térmicas é peça primordial. Esta forma de produção é fundamental para a segurança do suprimento nacional, e o Rio de Janeiro é um grande colaborador: em 2005, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, o Estado foi responsável por 45% da produção de gás natural de todo o País.

Além disso, não se pode negligenciar o fato de que, à exceção das minas de urânio, toda a geração nuclear encontra-se no Estado. A INB (Indústrias Nucleares do Brasil), produtora do combustível está instalada no Rio de Janeiro, assim como a Nuclep (Nuclebras Equipamentos Pesados), responsável pela produção da “Ilha Nuclear” (reator, geradores de vapor, turbina e acessórios) e a Eletronuclear, responsável pela engenharia do projeto e pela operação. Portanto, para o Estado do Rio de Janeiro, o desenvolvimento da indústria nuclear representa mais do que a geração de energia: é uma atividade estratégica.

Para o equilíbrio do suprimento energético a médio prazo (2009-2012), o foco é a acomodação entre oferta e demanda, enquanto para a longo prazo (2013-2015) deve-se centrar na tendência de elevação das tarifas de fornecimento. No que tange à demanda industrial, é importante defender tarifas módicas, que reflitam a busca pela minimização de custos. Porém, não podemos esquecer que, sem investimentos no setor, os problemas só tendem a se perpetuar. O setor elétrico é um excepcional arrecadador de encargos e tributos municipais, estaduais e federais e os esforços para redução da tributação devem existir: em especial, é importante evitar o surgimento de novos encargos e/ou tributos.

Faz-se necessário um planejamento eficiente com otimização econômico-ambiental e implantação de projetos de transmissão e de geração, em escala suficiente para assegurar o previsível crescimento da demanda. Com garantia de fornecimento de energia eficiente, de qualidade e a preços que permitam que a indústria fluminense seja competitiva, geram-se condições para a realização de investimentos e para que a economia possa crescer no ritmo esperado.

Indicadores

Indicador	Descrição
Evolução do consumo de energia elétrica – Rio de Janeiro	Acompanhamento do consumo de energia elétrica no Rio de Janeiro

Fonte: Concessionárias de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro: LIGHT, AMPLA, CENF

Indicador	Descrição
Evolução da venda de gás natural no Estado do Rio de Janeiro	Acompanhamento da demanda fluminense por gás natural

Fonte: Concessionárias Distribuidoras de Gás Natural do Estado do Rio de Janeiro: Ceg e Ceg-Rio

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Evolução do consumo de energia elétrica – Rio de Janeiro	3,0% (variação 2004-2005)	4,0%	4,0%	4,0%
Evolução da venda de gás natural no Estado do Rio de Janeiro	13,69% (variação 2004-2005)	12%	11%	13%

Ações Estratégicas Previstas

Ação 51 Monitoramento dos Investimentos em Linhas de Transmissão

O que se pretende alcançar?

- Ampliar e garantir a qualidade das linhas de transmissão de energia para o Estado, assegurando o fornecimento de eletricidade a todos os segmentos de consumo.

Atividades previstas:

- Monitorar a disputa entre empresas pré-qualificadas nos leilões de linhas de transmissão e seus resultados por lote, extensão de linhas e tensão, assim como por grupo econômico interessado/ganhador;
- Acompanhar a realização das estimativas de investimentos em linhas de transmissão e subestações, conforme Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - PDEE 2006/2015, com foco nas ações para o Rio de Janeiro/Espírito Santo.

Ação 52 Incentivo à Retomada da Construção de Angra III e ao Desenvolvimento da Indústria Nuclear Fluminense

O que se pretende alcançar?

- Concluir a construção da Usina Nuclear de Angra III dentro do período 2006-2015;
- Consolidar a produção nacional em escala comercial de urânio enriquecido, considerando que o Brasil é detentor da sexta maior reserva mundial de urânio, tendo mapeado apenas 25% de seu território, o que permitirá atender às necessidades domésticas a longo prazo para suprimento das Usinas de Angra I, II e futuramente Angra III, além da possibilidade de exportação;

Atividades previstas:

- Reiterar a posição histórica de apoio do Sistema FIRJAN às atividades relativas ao Ciclo Nuclear em geral e à retomada das obras da Usina Angra III, em particular, articulando junto ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, ao Ministério de Minas e Energia - MME, à Secretária de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Estado do Rio de Janeiro - SEINPE, à Eletrobrás, à ELETRONUCLEAR, à Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, à Confederação Nacional da Indústria - CNI e à bancada fluminense a retomada da construção de Angra III;
- Apoiar o desenvolvimento da indústria nuclear fluminense, com o intuito de manter a auto-suficiência energética e viabilizar oportunidades de negócios para o Estado, através da utilização do *know-how* obtido pelas empresas nele instaladas.

Ação 53 Criação de um Sistema de Monitoramento dos Indicadores de Energia com Foco no Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Elaborar um Sistema de Monitoramento, capaz de fazer o acompanhamento dos indicadores de energia com foco no Rio de Janeiro, permitindo a construção de cenários, a fim de traduzir as necessidades de cada setor, em termos de demanda de energia útil e demanda de energia final.

Atividade prevista:

- Elaborar relatórios anuais com o balanço da oferta e demanda de energia do Rio de Janeiro.

Ação 54 Acompanhamento das Perspectivas de Utilização de Fontes Alternativas de Energia

O que se pretende alcançar?

- Monitorar a implantação e operação dos empreendimentos que têm as fontes alternativas como matéria-prima para o suprimento elétrico.

Atividades previstas:

- Identificar e acompanhar os projetos relacionados ao uso de fontes alternativas, bem como a utilização da biomassa e a produção e o consumo de álcool combustível e biodiesel;
- Acompanhar o desenvolvimento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, importante instrumento de diversificação da matriz energética nacional para garantia de maior confiabilidade e segurança ao abastecimento.

Ação 55 Disseminação do Conceito da Eficiência Energética

O que se pretende alcançar?

- Ampliar o uso racional de energia como forma de redução de custos, segurança no fornecimento e preservação do meio ambiente, com qualidade de vida.

Atividades previstas:

- Criar um Núcleo de Eficiência Energética, ligado ao Conselho Empresarial de Energia do Sistema FIRJAN, para potencializar os benefícios que os conceitos de eficiência energética podem gerar no ambiente de consumo, através:
 - de programas de estímulo junto à indústria;
 - do aproveitamento de recursos destinados aos programas relacionados;
 - da possibilidade de aplicação de cenários tecnológicos;
 - da avaliação dos resultados.
- Contribuir com o desenvolvimento e a implementação das ações do Plano Nacional de Eficiência Energética, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia.

Ação 56 Monitoramento da Complementação Térmica no Sistema Elétrico Brasileiro e a Participação do Gás Natural

O que se pretende alcançar?

- Acompanhar a introdução das térmicas na Matriz Energética Nacional, bem como a situação do suprimento de gás natural para fins térmicos e não-térmicos.

Atividades previstas:

- Monitorar a complementação térmica, vantagens e riscos econômicos, tendo em vista que o Plano Decenal prevê, para até 2011, uma expansão de 50% do atual potencial instalado de termelétricas a gás natural;
- Monitorar a co-geração e suas perspectivas em mercados específicos, bem como as oportunidades de comercialização de

excedentes;

- Acompanhar as condições de suprimento de gás natural a curto e médio prazos em seus cenários de oferta e demanda, posto que, de acordo com as projeções da Petrobras, em 2011 o mercado de gás natural no Brasil demandará cerca de 100 milhões m³/dia, evoluindo para a maior participação do gás não-associado;
- Mapear os principais mercados potenciais para gás natural e as perspectivas de mercado, com base na competitividade e eficiência energética;
- Apoiar a implementação do programa 32 do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, da Confederação Nacional da Indústria, “Definição de uma Matriz Energética Eficiente”, que visa identificar os entraves à maior participação do gás natural e das fontes alternativas, e articular com as associações do setor para aproveitamento das fontes alternativas.

Ação 57 Acompanhamento da Implementação do Novo Modelo do Setor Elétrico

O que se pretende alcançar?

- Garantir um ambiente propício ao investimento a partir do comportamento do setor elétrico nacional, com a introdução do novo modelo do setor.

Atividades previstas:

- Analisar o processo brasileiro de regulação e reestruturação do setor, em contraposição a outras experiências;
- Monitorar os resultados dos leilões de energia, as condições postas para a garantia do suprimento e os impactos sobre as tarifas;
- Apoiar a implementação do programa 31 do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, da Confederação Nacional da Indústria, “Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos”, que visa acompanhar o novo modelo do setor elétrico, elaborar diagnóstico e propor soluções para os principais problemas.

Ação 58 Impactos da Atual Política Tributária Sobre o Setor de Energia

O que se pretende alcançar?

- Acompanhar a questão tributária, a metodologia de revisão tarifária e seus impactos sobre o setor de energia.

Atividades previstas:

- Monitorar os aspectos econômicos vinculados à revisão tarifária das empresas concessionárias e seus impactos sobre a economia do Estado;
- Analisar e acompanhar as características da estrutura tarifária e seus impactos sobre o setor industrial.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Objetivo 6.2 • Melhorar a Infra-estrutura de Transportes e Logística no Estado

O aumento da mobilidade das empresas e a eliminação gradual de barreiras ao fluxo de capital estrangeiro têm intensificado a competição entre os governos pela atração de investimentos diretos, com frequência, através da concessão de incentivos fiscais. Porém, pesquisa publicada em 2003 pela *Foreign Investment Advisory Service* – FIAS, uma associação entre o *International Finance Corporation* e o Banco Mundial, apontou que aspectos como infra-estrutura básica, estabilidade política, disponibilidade e custo de mão-de-obra são fatores de decisão mais importantes na atração de investimentos, do que os incentivos fiscais oferecidos. Estes estudos confirmaram que tais incentivos não bastam para compensar os fatores negativos presentes no ambiente de negócios de um determinado país. Mais ainda, os dados apontam que o aumento de 1% do estoque de infra-estrutura corresponde a 1% de aumento do PIB.

Em 1997, o estudo “Infra-estrutura de Longo Alcance para o Desenvolvimento Sustentado”, encomendado pelo Sistema FIRJAN a Eliezer Batista, duas vezes presidente da Companhia Vale do Rio Doce e ex-Ministro de Minas e Energia, condicionava o desenvolvimento econômico do Estado a três vetores de infra-estrutura: Comunicações (Telemática), Energia e Logística de Transportes. Segundo as análises daquele estudo, o Rio de Janeiro poderia transformar-se em um *hub* econômico, tendo em vista as suas condições favoráveis na Logística – Porto de Sepetiba e malhas ferroviária e rodoviária; em Energia – óleo, gás e energia nuclear; Telecomunicações – rede de fibra óptica e controle de satélites; e Capital Humano – maior concentração de técnicos de alta formação.

Para tanto, o estudo apresentava um conjunto de recomendações:

- Desenvolvimento de um complexo portuário de dimensão continental na região de Sepetiba, que daria ao Estado uma saída a Leste, pelo mar;
- Construção dos “elos faltantes” da logística, visando o aumento do fluxo da economia brasileira através do Estado do Rio de Janeiro;

Indicadores

Indicador	Descrição
Volume de carga movimentada nos portos do Estado do Rio de Janeiro	Carga movimentada nos portos do Estado do Rio de Janeiro (carga geral, contêinerizada e granel)

Fonte: Cia. Docas do Rio de Janeiro, Terminais Privados, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAq, Departamento da Marinha Mercante – DMM

Indicador	Descrição
Volume de carga transportada pela malha ferroviária	Carga movimentada no Estado do Rio de Janeiro, transportada através de ferrovias

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Concessionárias

Indicador	Descrição
Participação de carga movimentada nos aeroportos internacionais do Estado (Galeão e Cabo Frio) em relação ao total do Brasil	Parcela da Carga movimentada nos aeroportos do Rio de Janeiro (Importação e Exportação)

Fonte: INFRAERO – Terminal de Cargas

Indicador	Descrição
% de vôos internacionais no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro	Porcentagem de aviões que terminam ou iniciam seus vôos no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro em relação ao total de vôos internacionais que partem ou chegam ao Brasil

Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Indicador	Descrição
Condições de tráfego nas rodovias e qualidade das estradas	Acompanhamento do tráfego nas rodovias e qualidade das rodovias

Fonte: ANTT e Confederação Nacional de Transporte – CNT

Indicador	Descrição
Volume de carga movimentada nas estradas federais do Estado do Rio de Janeiro	Volume de carga transportada via modal rodoviário

Fonte: CNT e Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviário – Sindicarga

Indicador	Descrição
Nº de navios que chegam aos portos do Rio de Janeiro	Cargas, passageiros, apoio marítimo

Fonte: DMM/Cia. Docas/ANTAq

- Implantação de usinas termelétricas;
- Expansão da rede de distribuição de gás natural no Estado.

Por sua vez, o estudo “Rio de Janeiro, um Estado de Logística”, publicado pelo Sistema FIRJAN em 2002, mais uma vez apontava a importância da logística fluminense para o Brasil como um todo e ressaltava a necessidade de adoção de medidas de caráter estratégico neste segmento, visando a competitividade a longo prazo.

A importância da infra-estrutura pode ser percebida no volume de, aproximadamente, R\$ 60 bilhões em investimentos esperados para o Estado do Rio de Janeiro até 2008, com a expectativa de geração de 117 mil novos empregos. Estes novos investimentos são caracterizados por uma alta concentração de projetos na região de influência do Porto de Sepetiba, com estrutura diretamente associada à logística daquele porto.

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Volume de carga movimentada nos portos do Estado do Rio de Janeiro (contêineres)	-			Metas em desenvolvimento
Volume de carga transportada pela malha ferroviária ¹ (toneladas)	123.336 (2004)			Metas em desenvolvimento
Participação de carga movimentada nos aeroportos internacionais do Estado (Galeão e Cabo Frio) em relação ao total do Brasil	4,04% (2004, somente Galeão)			Metas em desenvolvimento
% de vôos internacionais no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro	18,8% (2004, somente Galeão)			Metas em desenvolvimento
Condições de tráfego nas rodovias e qualidade das estradas ²	Ótimo (21%) Bom (21%) Deficiente (21%) Ruim (16%) Péssimo (21%)			Metas em desenvolvimento
Volume de carga movimentada nas estradas federais do Estado do Rio de Janeiro	-			Metas em desenvolvimento
Nº de navios que chegam aos portos do Rio de Janeiro	-			Metas em desenvolvimento

Obs.:

¹ Malha Sudeste MRS Logística (RJ, SP, MG) e Ferrovia Centro-Atlântica

² 19 estradas foram analisadas em 2004: 14 federais e 5 estaduais

Ações Estratégicas Previstas

Ação 59 Melhoria da Acessibilidade aos Portos do Estado Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver e implementar projetos que melhorem as condições de acesso aos portos do Rio de Janeiro.

Atividades previstas:

- Articular ações junto aos governos federal e estadual para desenvolver estudos de viabilidade que melhorem o fluxo de carga e passageiros aos portos do Rio de Janeiro e de Sepetiba. Os projetos poderão ser desenvolvidos em parceria entre entidades privadas, instituições acadêmicas e órgãos de governo. Em ordem de prioridade, listamos abaixo os principais acessos à espera de construção:

Porto do Rio de Janeiro:

- Construir a alça de acesso no Bairro do Caju (melhoria da circulação na área portuária);
- Reativar a linha de bitola estreita (Ferrovia Centro Atlântica – FCA) que possibilitará a ampliação da hinterlândia do Porto do Rio de Janeiro;
- Complementar a dragagem do canal de acesso, bacia de evolução e das áreas junto ao Cais do Porto.

Porto de Sepetiba:

- Construir o Arco Rodoviário Metropolitano;
- Construir o Tramo Norte do Ferroanel de São Paulo;
- Complementar a dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução;
- Construir a ligação Via Dutra-Porto de Sepetiba (VRD 001, RJ 149, BR494).

Porto de Angra:

- Realizar dragagem no canal de acesso e introdução de um cronograma permanente de dragagem de manutenção;
- Recuperar a rodovia RJ 155 (Barra Mansa – Angra dos Reis) visando o acesso às cargas da região do Médio Paraíba e Sul de Minas Gerais;
- Recuperar e duplicar a BR 101 – Sul (Rio – Santos).

Porto de Barra do Furado:

- Construir os novos acessos.

Porto de Arraial do Cabo:

- Elaborar um estudo para identificação de uma alternativa de negócio para o porto, levando em consideração a sua localização dentro da cidade e a existência de uma reserva extrativista do IBAMA.
- Apoiar a implementação do programa 35 do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 da Confederação Nacional da Indústria, “Eliminação de Gargalos do Sistema de Transporte e Logística”, que visa identificar os entraves no sistema de transporte e logística e elaborar diagnóstico para propor soluções aos problemas principais.

Ação 60 Melhoria da Infra-estrutura Ferroviária e Metroviária do Estado do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver e implementar projetos que ampliem e melhorem a malha ferroviária para o transporte de cargas no Estado do Rio de Janeiro.

Atividade prevista:

- Executar estudos para avaliar a viabilidade de reabilitação de trechos ferroviários inativos, como Campos / Sto. Antônio de Pádua / Recreio (MG); e a implantação de novos trechos que permitam o fácil acesso das cargas que chegam ou saem pelos portos e aeroportos do Estado do Rio de Janeiro;
- Promover articulações junto à iniciativa privada, Governo do Estado e Instituições de Fomento, visando a construção da Linha 3 do Metrô, fundamental para melhoria da infra-estrutura de transportes da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Ação 61 Melhoria da Distribuição dos Vôos Nacionais e Internacionais do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Aumentar a oferta do número de vôos nacionais e internacionais no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, atualmente concentrados nos aeroportos do Estado de São Paulo (Congonhas, Guarulhos e Viracopos), melhorando a distribuição dos vôos.

Atividade prevista:

- Promover articulações junto às empresas que operam no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para construir uma proposta a ser encaminhada à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Ação 62 Melhoria da Infra-estrutura Rodoviária no Estado do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver e implementar projetos visando à melhoria das estradas estaduais e federais que cortam o Estado do Rio de Janeiro.

Atividades previstas:

- Articular ações junto aos governos federal e estadual para melhorar o acesso rodoviário ao Estado do Rio de Janeiro. Os principais acessos à espera de construção ou remodelação são:
 - Arco Rodoviário Metropolitano;
 - Concessão da BR 101 Norte e da BR 393 – Divisa MG/RJ, até o entroncamento com a Via Dutra;
 - Duplicação da pista de descida da Via Dutra – Serra das Araras;
 - Melhoria do acesso à Via Dutra e à Via Light, a partir de Nova Iguaçu.
- Apoiar a implementação do programa 35 do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 da Confederação Nacional da Indústria, “Eliminação de Gargalos do Sistema de Transporte e Logística”, que visa identificar os entraves no sistema de transporte e logística e elaborar diagnóstico para propor soluções aos problemas principais.

Ação 63 Eliminação dos Gargalos de Processo nos Modais Aeroviário e Aquaviário

O que se pretende alcançar?

- Otimizar o tempo de processamento de cargas internacionais que chegam via portos e Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

Atividades previstas:

- Promover articulações com os segmentos pertinentes para a construção de um projeto que vise à eliminação dos gargalos deste processo, encaminhando-o aos organismos competentes e acompanhando a sua implementação;
- Apoiar a implantação nos portos brasileiros do Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex Carga, a ferramenta da Receita Federal para controlar a entrada e a saída de mercadorias antes do despacho aduaneiro;
- Apoiar a implementação do programa 35 do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 da Confederação Nacional da Indústria, “Eliminação de Gargalos do Sistema de Transporte e Logística”, que visa identificar os entraves no sistema de transporte e logística e elaborar diagnóstico para propor soluções aos problemas principais.

Ação 64 Implementação do Aeroporto-Indústria

O que se pretende alcançar?

- Implementar, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o conceito de Aeroporto-Indústria, projeto concebido pela INFRAERO, Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal, Câmara de Comércio Exterior – CAMEX e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Atividade prevista:

- Promover articulações junto à INFRAERO para que o Projeto Aeroporto-Indústria seja efetivamente implementado no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, de modo a impulsionar o comércio exterior e transformar o Estado em Plataforma Logística de Exportação.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Objetivo 6.3 • Garantir Infra-estrutura de Saneamento Básico Adequada

O Brasil vive uma situação-limite, em termos de saneamento. Apesar de ser um problema mundial, em nosso país aproximadamente 50 milhões de brasileiros não têm acesso aos serviços de saneamento básico, ou o têm apenas parcialmente. Esse número de pessoas sem acesso à água potável ou a condições sanitárias adequadas é incompatível com o Desenvolvimento Sustentável.

A questão se complica por não contarmos com uma Política Nacional de Saneamento, gerando conflitos entre as corporações responsáveis pelo monopólio da água no Brasil. Os investimentos na área, principalmente com relação à coleta de esgoto, são urgentes, mas não serão possíveis enquanto não houver um marco regulatório para o setor. A falta de uma definição clara de regras vem desestimulando qualquer tipo de investimento.

No Brasil, de todo o esgoto sanitário gerado, apenas 13% é tratado, enquanto 15% dos resíduos sólidos sequer são coletados e 60% não têm destinação final adequada. No Estado do Rio de Janeiro os números são semelhantes: para se ter idéia da gravidade da situação, apenas 20% do esgoto é tratado (IBGE, 2000). Comparado com Estados vizinhos, o Rio de Janeiro também se encontra em desvantagem em relação ao número de domicílios atendidos por rede de saneamento: enquanto em São Paulo esse índice alcança 87%, e em Minas Gerais, 75%, no Rio de Janeiro os domicílios atendidos não chegam a 59% do total (IBGE, 2004).

Por outro lado, é importante construir uma interface pró-ativa entre água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, porque todos esses aspectos dizem respeito à questão do saneamento. A normatização do setor é fundamental para a universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e lixo no Brasil.

Indicadores

Indicador	Descrição
Domicílios atendidos por rede de coleta de esgotos	Percentual dos domicílios atendidos por rede de coleta de esgotos no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Indicador	Descrição
Municípios com destinação adequada dos resíduos urbanos	Número de municípios com aterros sanitários ou outro tipo de destinação tecnicamente adequada e devidamente licenciada para seus resíduos urbanos

Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Domicílios atendidos por rede de coleta de esgotos	59% (PNAD, 2004)	60%	75%	90%
Municípios com destinação adequada dos resíduos urbanos	6 (CIDE, 2006)	20	40	92

Ações Estratégicas Previstas

Ação 65 Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água

O que se pretende alcançar?

- Aplicar parte dos recursos da cobrança pelo uso da água no financiamento de projetos de saneamento ambiental, como alavancadores de outros investimentos.

Atividades previstas:

- Promover a participação do setor industrial nos Comitês de Bacias e outros fóruns que decidem as prioridades para a aplicação dos recursos;
- Fiscalizar e influenciar a aplicação dos recursos da cobrança pela Agência Nacional de Águas – ANA e pelo governo estadual;
- Questionar permanentemente e judicialmente, se for o caso, os mecanismos de arrecadação e aplicação dos recursos;
- Elaborar e publicar relatórios semestrais sobre os projetos executados no Estado do Rio de Janeiro com os recursos da cobrança pelo uso da água no Estado.

Ação 66 Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG**O que se pretende alcançar?**

- Acompanhar e cobrar a implementação das ações propostas e dos compromissos assumidos com o organismo financiador do programa, para tratamento de esgotos, dentro do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.

Atividades previstas:

- Atuar, junto ao governo estadual, para acompanhar e fiscalizar o andamento das ações e projetos do Programa;
- Informar à sociedade sobre o andamento das ações do Programa e mobilizar o segmento para fiscalização e cobranças;
- Atuar junto ao Comitê de Bacia da Baía de Guanabara para que este também assuma responsabilidades sobre o acompanhamento das ações previstas.

Ação 67 Destinação do Lixo Urbano**O que se pretende alcançar?**

- Erradicar os “lixões” e outras formas inadequadas de disposição e tratamento dos resíduos urbanos.

Atividades previstas:

- Promover e apoiar iniciativas que levem os municípios do Estado a providenciar destinos adequados para os resíduos urbanos, sob sua responsabilidade;
- Informar às empresas e à sociedade sobre o destino dos resíduos urbanos no Estado, e mobilizar esses segmentos para fiscalização e cobranças;
- Atuar junto às iniciativas de organização dos municípios em consórcios, ou individualmente, oferecendo apoio técnico para a definição de alternativas de destinação adequada dos resíduos urbanos;
- Disseminar as informações e propor assessoria a projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL para os novos Aterros Sanitários e para os projetos de adequação ambiental de aterros e lixões já existentes.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Diretoria de Meio Ambiente
mapa@firjan.org.br

Objetivo 6.4 • Promover o Uso e a Ocupação Organizada do Espaço Urbano

O crescimento desordenado e sem planejamento das regiões metropolitanas, que ocasiona uma série de conseqüências negativas sobre a qualidade de vida da população, teve como uma de suas causas principais o forte movimento de migração do campo para a cidade. De acordo com o IBGE, na década de 50, 64% dos brasileiros viviam em áreas rurais – hoje, este índice não supera 19%. Em decorrência, podem ser identificadas dificuldades de moradia e problemas com linhas de transporte e de zoneamento industrial. Em 2004, o déficit de moradias foi de 711 mil no Estado do Rio de Janeiro e de 7,6 milhões no País. Estima-se que haja, apenas no município do Rio de Janeiro, cerca de 1 milhão e 200 mil pessoas morando em favelas, em condições precárias e com conseqüências nefastas para a sociedade como um todo.

Promover o uso e a ocupação organizada do espaço urbano é, portanto, um desafio de extrema relevância, fundamental para garantir o processo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

É imperativa a reversão do processo de expansão das favelas. O zoneamento industrial não é respeitado e inúmeras empresas estão ilhadas, cercadas por áreas sem segurança pública adequada, onde se vêem ameaçadas. É preciso planejar o crescimento, prever áreas de moradia e fornecer transporte urbano, habitação e vias de acesso para esta população que vive em comunidades ainda não suficientemente atendidas pela infra-estrutura oficial de serviços públicos.

Indicadores

Indicador	Descrição
Déficit habitacional absoluto do Estado do Rio de Janeiro	Reflete a necessidade de novas moradias

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV Consult com base em dados do IBGE

Indicador	Descrição
População residente em favelas/população total município RJ (%)	Reflete a parcela da população do município do Rio de Janeiro que habita em favelas

Fonte: IBGE

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Déficit habitacional absoluto do Estado do Rio de Janeiro	711.420 (2004)	640.000	512.000	410.000
População residente em favelas/população total município RJ (%)	18,65% (2004)	18,3%	16,7%	14,9%

Ações Estratégicas Previstas

Ação 68 Controle da Expansão das Sub-habitações em Favelas, em Áreas de Risco e de Preservação Ambiental

O que se pretende alcançar?

- Monitorar o crescimento das favelas em encostas, margens de rios e áreas degradadas, com o apoio de tecnologia de ponta e de instrumentos modernos, como fotografias feitas por satélites.

Atividade prevista:

- Desenvolver ação integrada entre o Sistema FIRJAN e o Sinduscon-Rio para, através do Conselho da Indústria da Construção, buscar fontes de financiamento que viabilizem este monitoramento periódico, visando uma ação articulada de controle da expansão das favelas, com as diversas esferas de governo.

Ação 69 Projeto-Piloto de Construção de Morádias para Famílias de Baixa Renda

O que se pretende alcançar?

- Efetivar um projeto-piloto que mostre a viabilidade da construção de minibairros em terrenos ociosos e vazios urbanos infra-estruturados, próximos ao transporte de massa, como alternativa viável para a população nesta faixa de renda, contribuindo para evitar a expansão das sub-habitações em favelas.

Atividades previstas:

- Promover articulações com prefeituras do Estado para formação de parcerias e disponibilização de terrenos próximos ao transporte de massa;
- Promover articulações para que sejam criados os fundos locais de habitação de interesse social, por parte do Estado e dos municípios.

Ação 70 Retrofit de Prédios Comerciais e Galpões Industriais

O que se pretende alcançar?

- Estimular a transformação, em prédios residenciais, de prédios comerciais e construções industriais desocupadas e degradadas, localizadas em espaços infra-estruturados, utilizando-se o produto de financiamento imobiliário criado no acordo entre a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC e a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP.

Atividade prevista:

- Elaborar proposta a ser apresentada às prefeituras, para a concessão de incentivos fiscais aos empreendedores, a exemplo do que ocorre nas obras de revitalização dos centros históricos, com isenção de Imposto sobre Serviços – ISS e Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

Ação 71 Alteração das Regras de Financiamento Direto às Construtoras, com Recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, para Produção de Morádias para as Classes Média e Média-Baixa.

O que se pretende alcançar?

- Redirecionar pelo menos 70% do orçamento da habitação do FGTS para a produção de novas morádias;
- Alterar as regras de exigência de pré-comercialização na planta e de percentual de obra executada, levando em conta, principalmente, a experiência técnica das empresas e estudos prévios de demanda e produto.

Atividades previstas:

- Encaminhar proposta de aumento do orçamento da habitação para a construção de novas morádias ao agente operador do FGTS, a Caixa Econômica Federal;
- Apoiar as articulações já em curso, em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que buscam as mudanças nas regras de concessão de financiamento direto à produção, posto que o atual modelo adotado inviabiliza o acesso aos recursos.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Pesquisas Econômicas
mapa@firjan.org.br

Tema 7 • Financiamento

Objetivo 7.1 • Melhorar o Acesso e o Uso das Fontes de Fomento

O impulso de que o setor produtivo privado precisa para crescer e alcançar um maior desenvolvimento poderia ser favorecido se mais recursos para investimentos fossem disponibilizados – e, também, se os custos desses recursos fossem reduzidos. Sabe-se que a expansão da capacidade de produção está condicionada às alternativas de financiamento disponíveis para a iniciativa privada. E para que este processo decorra a contento, o acesso a instrumentos e padrões adequados de financiamento precisa ser compreendido como um dos componentes essenciais para posicionar as empresas brasileiras, nos mercados nacional e internacional, de forma mais competitiva.

No Brasil, o financiamento às empresas não é apenas inacessível e caro, é também inadequado, ou seja, é insuficiente, tem prazos curtos e permanece atado a uma burocracia impeditiva. Este é facilmente comprovado pelo saldo das operações de crédito do sistema financeiro. O saldo do setor privado está em torno de 25% do PIB (Produto Interno Bruto): um volume muito pouco significativo quando comparado ao do Chile, por exemplo, onde este valor gira em torno de 68%; aos Estados Unidos, em que o mesmo chega a 73%; e à área do Euro, onde ele é superior a 100%.

Por trás deste baixo índice está a dificuldade para a obtenção de recursos para o financiamento das atividades produtivas, que limita o crescimento das empresas brasileiras à sua capacidade de financiamento interno, ou seja, pelos recursos ou lucros gerados por elas próprias. Empresas que poderiam estar em boas condições de competição nos mercados interno e externo não conseguem acessar os recursos dos programas de fomento, por razões diversas: desde o desconhecimento até a dificuldade de enfrentar a burocracia, a incerteza do resultado e a morosidade da decisão. Trata-se de um contexto que embarga as possibilidades de expansão das empresas emergentes ou pouco capitalizadas; e sobretudo das pequenas.

Além disto, é preciso difundir informações sobre os programas de financiamento especiais, que atendam aos interesses estratégicos de estímulo à inovação das empresas brasileiras. Assim, as ações para a melhoria do acesso às fontes de fomento são pontos de relevância deste Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Facilitar o acesso às fontes de financiamento, reduzir a burocracia, simplificar os processos e reduzir os custos é condição crítica para a indústria fluminense.

Indicadores

Indicador	Descrição
Crédito/PIB	Relação percentual do crédito em relação ao PIB
Participação do Rio de Janeiro no crédito BNDES – FINEP	Somatório dos recursos anuais do sistema BNDES e dos recursos reembolsáveis da FINEP para o Rio de Janeiro em relação ao total desembolsado por essas instituições
Número de empresas fluminenses que obtiveram financiamento em relação ao total desembolsado	Número de empresas que obtiveram crédito através das fontes BNDES, FINEP, BB, CEF e InvesteRIO

Fontes: Banco Central, FINEP, BNDES, InvesteRio, BB e CEF

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Crédito/PIB	31,2% (2005)	35%	40%	70%
Participação do Rio de Janeiro no crédito BNDES – FINEP	-	Metas em desenvolvimento		
Número de empresas fluminenses que obtiveram financiamento em relação ao total desembolsado	-	Metas em desenvolvimento		

Ações Estratégicas Previstas

Ação 72 Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Acesso ao Crédito

O que se pretende alcançar?

- Promover o desenvolvimento e a implementação de alternativas de acesso ao crédito, tais como: cooperativas de crédito, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FDIC, entre outras propostas que vêm sendo desenvolvidas em linha com as diretrizes já estabelecidas no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 elaborado pela CNI, “Programa 37 – Plano-Diretor do Mercado de Capitais”.

Atividade prevista:

- Atuar na montagem e na implementação de novos mecanismos não-bancários de financiamento, visando à elevação da oferta de crédito (ex: Cooperativas de Crédito, FDIC, entre outros).

Ação 73 Apoio ao Plano-Diretor do Mercado de Capitais

O que se pretende alcançar?

- Promover a cultura de *mercado de capitais* no meio empresarial;

Atividades previstas:

- Atuar em sintonia com as entidades empresariais na implementação e aprimoramento das diretrizes do “Plano-Diretor do Mercado de Capitais”;
- Estimular a capacitação empresarial para a utilização do *mercado de capitais* como fonte de financiamento às empresas.

Ação 74 Desenvolvimento da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – InvesteRIO.

O que se pretende alcançar?

- Promover o desenvolvimento e a implementação de alternativas de acesso ao crédito disponibilizadas pela InvesteRIO.

Atividade prevista:

- Acompanhar a *performance* da agência de fomento na disponibilização de recursos para os empresários do Estado.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Tema 8 • Competitividade Empresarial

Objetivo 8.1 • Incentivar a Adoção de Fatores que Impulsionem a Competitividade

Competitividade é um conceito amplo que integra três dimensões:

- a *Empresarial*, cujo foco principal está na gestão;
- a *Estrutural*, que enfatiza a cadeia produtiva;
- a *Sistêmica*, que considera as variáveis macroeconômicas.

Unidas, estas dimensões se complementam, formando a chamada *Competitividade Global*. Para que esse estágio seja atingido, exige-se das empresas a obtenção de índices cada vez mais altos de competência e conhecimento, além do aporte de tecnologia atualizada e compatível.

Sabemos que o pleno aproveitamento do potencial competitivo está diretamente relacionado à dimensão empresarial e que ocorre pouco a pouco, na medida em que as empresas aumentam sua produtividade e melhoram a gestão do negócio. Promover ações que aumentem a eficiência operacional e auxiliem na implementação de estratégias adequadas se constitui, portanto, num tema essencial deste trabalho, posto que o aumento da competitividade da empresa fluminense tem impacto positivo imediato sobre a cadeia do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, cabe lembrar que, apesar de sua condição de detentor de segundo PIB do País, o Estado do Rio tem apenas 474 sistemas de gestão da qualidade certificados com a NBR ISO 9001:2000 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT) um número que, pelos dados de 2005, representa não mais que 6,45% do total de certificados do Brasil. Estamos, portanto, em posição de desvantagem em relação a São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Apenas esse fator já é o bastante para justificar a ênfase em apoiar e implementar uma série de ações voltadas para a ampliação do acesso e adesão das empresas do Estado às ferramentas de gestão empresarial, com ênfase nas associadas aos:

- **Sistemas de Gestão**, cuja arquitetura privilegia o gerenciamento dos vários processos empregados numa organização, com foco na busca pela melhoria contínua, e certificáveis por meio de auditorias realizadas por organismos de certificação credenciados;
- **Normas e Regulamentos Técnicos** (TIB's – Tecnologias Industriais Básicas, Metrologia, Avaliação da Conformidade e Normalização), cujo cumprimento é essencial ao sucesso nas exportações e à abordagem de nichos diferenciados, no mercado interno;

Indicadores

Indicador	Descrição
Índice de competitividade estadual – Fatores	O ICE-F mede a competitividade entre os Estados Brasileiros em relação aos 3 itens: Recursos Humanos, Conhecimento e Infra-estrutura.

Fonte: Movimento Brasil Competitivo – MBC e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE

Indicador	Descrição
Taxa de crescimento da produtividade	Varição da Produtividade da Indústria Fluminense, medida pela relação entre o Índice de produção industrial (IBGE) e as Horas Trabalhadas (Sistema FIRJAN)

Fonte: IBGE e Sistema FIRJAN

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Índice de competitividade estadual – Fatores	0,792 (2006)	0,794	0,801	0,807
Taxa de crescimento da produtividade	1,1% (2005)	4%	6%	6%

- **Modelos de Gestão**, assim chamados porque sua implementação não está associada a um sistema certificável, mas que geram benefícios imediatos para as empresas, por se constituírem em modelos ou metodologias gerenciais aplicáveis às áreas de recursos humanos, logística, desenvolvimento de produtos, sistemas de informação, planejamento estratégico e produção, dentre outras.

Ações Estratégicas Previstas

Ação 75 Programa de Mobilização para Gestão em Busca da Excelência

O que se pretende alcançar?

- Estimular a participação das empresas nos sistemas de avaliação voluntária, ou seja, nos prêmios de qualidade que privilegiam a busca contínua de melhores práticas de gestão, de processos, da qualidade e da competitividade.

Atividades previstas:

- Dar continuidade ao apoio institucional concedido aos prêmios e movimentos da qualidade e competitividade: Prêmio Top Empresarial, Prêmio Qualidade Rio, Prêmio Nacional da Qualidade; Movimento Brasil Competitivo, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO;
- Implantar um sistema virtual de autodiagnóstico, a ser disponibilizado no *site* do Sistema FIRJAN, anexo à página do Conselho de Gestão Estratégica para a Competitividade, de modo que a empresa verifique o estágio em que se encontra a sua gestão frente aos referenciais de excelência internacional;
- Disponibilizar apresentações, sintetizadas, de temas sobre qualidade e competitividade, pelo aplicativo *Media Player* para *download*, no *site* do Sistema FIRJAN, anexas à página do Conselho de Gestão Estratégica para a Competitividade;
- Disponibilizar *papers* ou cartilha(s) com o passo a passo da implantação dos diversos sistemas de gestão, abordando inicialmente o *Balanced Scorecard* – BSC, Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade, Produção Enxuta/*Lean* e Seis Sigma;
- Realizar periodicamente o Encontro Nacional de Gestão Estratégica para Competitividade para promoção do debate e a exposição de modelos de gestão bem-sucedidos em sua implantação, incluindo práticas internacionais e de cadeias específicas.

Ação 76 Apoio ao Programa Gera Ação

O que se pretende alcançar?

- Apoiar o Programa Gera Ação da Petrobras, fórum de referência para o debate e impulsionador do desenvolvimento nacional sobre qualidade;
- Fortalecer a visão sistêmica e a maior integração e sinergia entre instituições e organizações igualmente interessadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade para empresas em geral;
- Desenvolver projetos multirregionais, para atender à demanda sobre o tema.

Atividades previstas:

- Participar do Planejamento Estratégico de um Sistema Nacional de Qualidade, Produtividade & Competitividade;

- Disponibilizar as informações referentes ao Estado do Rio de Janeiro para a formação do Mapa Nacional de Demandas;
- Envolver o Sistema FIRJAN na coordenação do programa, monitorando a evolução dos objetivos e resultados e participando da definição das linhas de ação.

Ação 77 Ampliação das Fontes de Fomento para os Sistemas de Gestão

O que se pretende alcançar?

- Articular com os órgãos de fomento (tais como Sebrae, BNDES e FINEP) o estímulo à maior e melhor participação das pequenas empresas nas exportações, através da ampliação das fontes de fomento para a qualidade como, por exemplo, o Bônus Metrologia e Bônus Certificação. Dentre outras possibilidades, estes permitirão a adoção de práticas de gestão globalizada pelas pequenas empresas.

Atividades previstas:

- Negociar com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – Sebrae e o INMETRO a continuidade do Bônus Metrologia e a implantação do Bônus Certificação para pequenas empresas, para favorecê-las na busca da certificação NBR ISO9001;
- Mapear outras necessidades relativas a Sistemas de Gestão para empresas e/ou setores, para embasar propostas que serão direcionadas aos órgãos específicos de fomento, com vistas à ampliação das fontes.

Ação 78 Mobilização para o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade – PBAC

O que se pretende alcançar?

- Mobilizar o empresário e sua força de trabalho técnica e de gestão para a importância da Avaliação da Conformidade, sua aplicabilidade e benefícios. As avaliações de sistemas, produtos ou processos (NBR ISO9000 e NBR ISO17025, dentre outras) possibilitarão a melhoria da qualidade dos bens e serviços, o atendimento das reais necessidades dos clientes e, em consequência, o aumento da competitividade nos mercados interno ou externo.

Atividades previstas:

- Promover Ciclo de Palestras sobre Melhores Práticas, com foco setorial no debate das ferramentas críticas para a gestão competitiva;
- Consolidar o conteúdo destas iniciativas em cartilhas didáticas, específicas para cada um dos públicos-alvo, disponibilizando-as para *download* na página do Conselho Empresarial de Gestão Estratégica para Competitividade do *site* do Sistema FIRJAN;
- Apoiar o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade – PBAC do INMETRO, para a implantação de ações específicas às empresas fluminenses, em especial, as que são impactadas pelas barreiras técnicas;
- Apoiar a implementação do programa 57 do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 da Confederação Nacional da Indústria, “Modernização/Expansão da rede prestadora de serviços de Tecnologia Industrial Básica – TIB”, que prevê articulação de diversas iniciativas governamentais e do setor privado de modo a ampliar os investimentos em Tecnologia Industrial Básica – TIB no País, bem como a maior adequação entre sua distribuição espacial, setorial e as demandas empresariais.

Objetivo 8.2 • Estimular a Inovação Tecnológica nas Empresas

A inovação – em particular, a tecnológica – é um dos motores fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. As empresas que inovam e diferenciam produtos, apesar de representarem apenas 1,7% da indústria brasileira, são responsáveis por 25,9% do faturamento industrial e por 13,2% do emprego gerado.

Os números apresentados em 2000 e 2003, na Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica – PINTEC, mostram que são consideráveis os investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizados pelas empresas, no Brasil. Em 2003, estes foram da ordem de R\$ 5 bilhões, somente em atividades internas de P&D – dos quais R\$ 716 milhões, investidos no Estado do Rio de Janeiro. Poucos países podem apresentar tais cifras. Os dados da PINTEC indicam ainda que o financiamento é realizado, basicamente, com recursos próprios, posto que os estímulos governamentais às empresas têm sido, desde sempre, muito pequenos e de baixa eficiência.

Contudo, a pesquisa demonstra também que, no período 2001-2003, os investimentos das empresas em P&D diminuíram com relação ao faturamento, passando de 3,8% em 2000 para 2,5%, em 2003. Este dado confirma, mais uma vez, a influência do ambiente macroeconômico na decisão final da empresa de investir ou não em inovação.

Assim, para acelerar seus investimentos em P&D, as empresas precisam ser estimuladas mediante incentivos fiscais como a Lei de Inovação (Lei nº 10.973) e a Lei do Bem (Lei nº 11.196) e, também, mediante incentivos não-fiscais incluindo, entre outros:

- O desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia (C&T);
- A participação do Estado nos custos e riscos de P&D;
- O uso do poder de compra do Estado;
- A ampliação do acesso a mercados;
- A redução de barreiras técnicas.

Cabe ressaltar que, como comprovam os artigos publicados nos “Cadernos de Tecnologia 3”, do Sistema FIRJAN, os estímulos não fiscais são os mais utilizados pelos países desenvolvidos, por serem os mais eficientes.

Indicadores

Indicador	Descrição
Participação do Rio de Janeiro nos créditos BNDES e FINEP relativos à inovação nas operações reembolsáveis ¹	Somatório dos recursos anuais reembolsáveis das fontes FINEP e BNDES, destinados ao Rio de Janeiro, para desenvolvimento e inovação tecnológica, em relação ao total de recursos reembolsáveis
Dispêndios realizados pelo setor produtivo em P&D ²	Dispêndios realizados em atividades de P&D nas empresas do Rio de Janeiro que implementaram inovações, em relação ao PIB do Estado
Estudantes concluintes do Ensino Superior em cursos de áreas tecnológicas ³	Número de estudantes concluintes do Ensino Superior, no Rio de Janeiro, nas áreas tecnológicas (Ciências, Matemática, Computação, Engenharia, Produção, Construção e Agricultura)

Fontes:

¹ Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

² Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PINTEC, IBGE e Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Institucional – Fundação CIDE

³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Participação do Rio de Janeiro nos créditos BNDES e FINEP relativos à inovação nas operações reembolsáveis	3,4% (2005)	8%	14%	18%
Dispêndios realizados pelo setor produtivo em P&D	0,33% (2003)	0,5%	0,8%	1%
Estudantes concluintes do Ensino Superior em cursos de áreas tecnológicas	7.493 (2004)	13.121	22.879	35.272

Obs:

Os desembolsos do BNDES são referentes aos programas Prosoft e Profarma, e estão disponíveis apenas a partir de 2005. Nos próximos anos será incluída e monitorada a participação do Rio de Janeiro nos recursos reembolsáveis associados aos novos Programas Inovação Produção e Inovação – P,D&I, lançados pelo BNDES em 2006

Ações Estratégicas Previstas

Ação 80 Programas Públicos de Estímulo à Inovação

O que se pretende alcançar?

- Promover e fomentar ações junto ao governo estadual e federal, para assegurar a continuidade e o aumento do volume de recursos destinados aos programas de estímulo à inovação tecnológica no Estado, apoiando projetos de P&D diretamente nas micros, pequenas e empresas emergentes.

Atividades previstas:

- Atuar junto ao BNDES, para assegurar a continuidade de recursos dos Programas:
 - Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de *Software* e Serviços Correlatos – Prosoft;
 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica – Profarma;
 - Inovação Produção;
 - Inovação – P,D&I.
- Atuar junto à FINEP, para assegurar a continuidade e o aumento dos recursos do Programa Pró-Inovação;
- Atuar junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – FAPERJ, para assegurar que os recursos disponibilizados para o Programa Rio Inovação, nos próximos anos, sejam superiores aos de 2005;
- Atuar junto às empresas, sindicatos e associações de classe, para estimular o desenvolvimento de projetos de inovação nas empresas, utilizando recursos reembolsáveis do BNDES e da FINEP e não-reembolsáveis da FAPERJ;
- Disponibilizar para a mídia e órgãos governamentais relatório da evolução dos recursos liberados anualmente para o Programa Rio Inovação.

Ação 81 Estabelecimento de Marco Legal para Estímulo ao Desenvolvimento Tecnológico no Estado do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Atuar junto às instâncias pertinentes de governo, para propor aperfeiçoamentos em Decretos e Projetos de Lei que tenham impacto sobre a inovação nas empresas.

Atividade prevista:

- Elaborar proposta de Projeto de Lei de Inovação Estadual e apoiar o seu encaminhamento para votação na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Ação 82 Fortalecimento da Infra-Estrutura Pública de Ciência e Tecnologia

O que se pretende alcançar?

- Apoiar a elaboração e implementação de iniciativas que favoreçam a preservação e o fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas públicas no Rio de Janeiro.

Atividades previstas:

- Avaliar a cada dois anos, através de indicadores quantitativo e/ou qualitativo, os esforços governamentais para o fortalecimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, organizações fundamentais para a eficácia do processo de inovação;
- Disponibilizar a avaliação acima mencionada para a mídia e órgãos governamentais;
- Apresentar proposta do Sistema FIRJAN ao Governo do Estado, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para o desenvolvimento de Programas Mobilizadores no Rio de Janeiro, como forma objetiva de trabalho envolvendo Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT, empresas e o governo. Tais programas podem incluir as áreas de Energia; Tecnologias de Informação e Comunicação, Metrologia e Engenharia, tomando como referência os Programas Mobilizadores para o Brasil selecionados na 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2005.

Ação 83 Programa de Divulgação e Mobilização das Empresas para Inovação

O que se pretende alcançar?

- Promover e/ou incentivar a participação de empresários e seus representantes em cursos e eventos que contribuam para a disseminação de instrumentos como os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, as Linhas de Financiamento para Inovação, entre outras.

Atividades previstas:

- Dar continuidade ao projeto Caravana Tecnológica, cujo objetivo é disseminar para as micros, pequenas e médias empresas as fontes de financiamento disponíveis para a inovação tecnológica, bem como, dar apoio aos empresários para que possam acessar esses recursos financeiros;
- Dar continuidade aos cursos “Capacitação na Elaboração de Propostas de Inovação” e “Inovação e Linhas de Financiamento”, oferecidos pelo Sistema FIRJAN;
- Realizar o evento Inova Rio, de exposição e discussão de temas estratégicos para a inovação.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Gerência de Desenvolvimento Tecnológico
mapa@firjan.org.br

Objetivo 8.3 • Incentivar a Prática da Responsabilidade Social e Ambiental nas Empresas

8.3.1 A Responsabilidade Social

Incentivar a prática da responsabilidade social e ambiental nas empresas não é um aspecto ligado, apenas, à ética: é também um fator estratégico fundamental para a competitividade. A empresa que adota uma gestão socialmente responsável alcança diversas vantagens em relação às que não adotam tais práticas. Esse fato pode ser comprovado pela análise de alguns índices financeiros, tais como o *Dow Jones Sustainability Index* – que valorizou 196% em 12 anos, contra 145% do *Dow Jones*. Outro índice criado há pouco, o Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa – ISE, apesar de ainda não apresentar uma série histórica para real comparação, demonstrou uma valorização de 25% contra 21% do IBOVESPA (Índice da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo) em apenas três meses.

Pode-se compreender a importância da responsabilidade social quando observamos que o envolvimento da empresa em ações desta natureza influencia diretamente na opção dos consumidores por seus produtos, como comprovam pesquisas recentes realizadas pelo Instituto Ethos. Além deste ganho imediato, empresas que adotam uma gestão socialmente responsável motivam seus funcionários, atraem novos talentos, valorizam sua marca perante os consumidores, os fornecedores e as comunidades que integram, ampliam seus mercados e o acesso a financiamentos específicos, ao passo que reduzem riscos ambientais e trabalhistas.

A atuação das empresas brasileiras na área social pode ser analisada através de diversos estudos. A pesquisa “Ação Social das Empresas”, desenvolvida em 1999 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e “Iniciativa Privada e Responsabilidade Social”, organizada em 2002 pelo Sistema FIRJAN, por exemplo, revelam um envolvimento crescente das empresas nas questões sociais. Todavia, ainda é necessária a realização de um trabalho de conscientização, para aumentar e fortalecer esta participação, além de torná-la mais adequada e efetiva.

Os estudos acima citados também demonstram que a visão das empresas sobre os problemas sociais reflete, sobretudo, suas preocupações com fatores mais associados ao seu universo imediato, como a falta de mão-de-obra qualificada e a violência. Nesse sentido, fica claro que uma reflexão mais profunda e abrangente sobre o significado da responsabilidade social deve ser estimulada. Da mesma forma, novos paradigmas sobre o tema precisam ser disseminados, para que atinjam um segmento empresarial mais amplo.

Em 2006, o Sistema FIRJAN reaplicou a pesquisa sobre responsabilidade social, obtendo dados comparativos com a pesquisa realizada em 2002. Os dados mais relevantes são:

Indicadores

Indicador	Descrição
Ferramenta de gestão	Número de empresas, com mais de 500 empregados ¹ , que utilizam ferramentas de gestão em responsabilidade social (indicadores Ethos, Balanço Social, GRI, SA 8000, AA1000, ISO26000, NBR16000)

Fonte: Sistema FIRJAN – Assessoria de Responsabilidade Social – Pesquisa “Iniciativa Privada e Responsabilidade Social, Instituto Ethos, GRI, Ibase, SAI e Accountability”
¹ Base de dados: Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro: 118 empresas com mais de 500 empregados.

Indicador	Descrição
Investimento social privado	Número de empresas que realizam projetos sociais

Fonte: Sistema FIRJAN – Assessoria de Responsabilidade Social, Fundo para o Desenvolvimento Social Sistema FIRJAN/IAF e Pesquisa “Iniciativa Privada e RS” – IPEA

Indicador	Descrição
Gestão ambiental	Percentual de certificados NBR ISO 14.001 de empresas do Estado do Rio de Janeiro sobre o total de certificados existentes no Brasil

Fonte: INMETRO

Indicador	Descrição
Investimento em meio ambiente	Percentual de empresas que direcionam mais que 5% dos seus investimentos totais para programas e projetos de melhorias ambientais

Fonte: Sistema FIRJAN – Pesquisa da Diretoria de Meio Ambiente

Obs.:

A pesquisa DMA, realizada em 2000, apontou que 31% das grandes e médias empresas investiram mais de 5% dos seus investimentos do ano em meio ambiente. A pesquisa realizada pelo Sistema FIRJAN em parceria com a CNI em 2006 mostrou que 22,3 % das empresas do Estado do Rio de Janeiro investiram mais de 5% do total de investimentos em ações ambientais.

- O percentual de empresas que investe em comunidades caiu em 4 pontos percentuais, porém o volume dos investimentos dobrou entre os que continuam realizando tais iniciativas;
- Os benefícios não obrigatórios oferecidos aos funcionários aumentou em 10 pontos percentuais.

Nota-se que ainda há um desconhecimento por parte das empresas em relação ao conceito de responsabilidade social.

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Ferramenta de gestão	68 empresas (acumulado até 2005)	36 novas empresas	36 novas empresas	46 novas empresas
Investimento social privado	44 empresas (acumulado até 2005)	60 novas empresas	60 novas empresas	60 novas empresas
Gestão ambiental	12,3% (2005)	15%	20%	25%
Investimento em meio ambiente	23% (CNI, 2006)	25%	35%	50%

8.3.2 A Responsabilidade Ambiental

O constante desenvolvimento da legislação, que aumenta gradativamente as exigências ambientais, convoca as empresas a adotarem posturas cada vez mais favoráveis ao meio ambiente. Contudo, além da adequação legal exigida, iniciativas voluntárias das empresas, tais como os Sistemas de Gestão Ambiental e de Produção Mais Limpa (P+L), têm trazido resultados animadores para o meio ambiente, as empresas e o Estado, com ganho de inúmeras vantagens competitivas.

Exemplos que mostram que algumas empresas já compreenderam a vantagem da atuação ambientalmente responsável podem ser encontrados na Pesquisa “Gestão Ambiental 2005”, realizada pelo Sistema FIRJAN e o Sebrae-RJ. Nesta, 72,4% das empresas entrevistadas declararam que a adequação perante a legislação ambiental foi a principal razão da implantação de iniciativas ambientais, seguida por melhoria da imagem junto aos consumidores e à sociedade (53,1%), redução dos custos de produção (31,1%), adequação às demandas de mercado (31,1%) e implementação de sistemas de gestão ambiental (19,3%).

Desta forma, fomentar a responsabilidade ambiental das empresas, levando este conceito além da adequação à legislação ambiental, é um objetivo central deste Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental está relacionada a grandes conquistas no sentido da ecoeficiência. Esta se traduz em preservação ambiental, bem-estar social, comportamento ético e, também, em custos evitados pela redução de acidentes e multas, ao passo que contribuem com a construção de uma imagem de maior credibilidade para as empresas fluminenses, diante de mercados cada vez mais exigentes.

Ações Estratégicas Previstas

Ação 84 Consultoria em Projetos Sociais

O que se pretende alcançar?

- Conceber, formatar e captar recursos das empresas para projetos culturais com o objetivo de estimular o investimento social privado e as parcerias entre as organizações sociais e as empresas.

Atividade prevista:

- Atuar junto às empresas e organizações sociais para a formação de parceria com vistas à criação de fundos de subdoação para apoiar projetos sociais e culturais.

Ação 85 Gestão em Responsabilidade Social

O que se pretende alcançar?

- Oferecer às empresas a possibilidade de inscrever seus profissionais habilitados em um Curso de Aplicação de Diagnóstico em responsabilidade social.

Atividade prevista:

- Formar turmas com profissionais das empresas interessadas para a realização do curso semipresencial, com implementação paralela do diagnóstico em responsabilidade social.

Ação 86 Investimento Social Privado – Indústria Criativa

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver projetos sociais com foco nas indústrias criativas, para aumentar o investimento social privado e fortalecer este segmento específico, dos quais são exemplos bem-sucedidos os projetos Arte-Indústria e Carnaval.

Atividade prevista:

- Elaborar projetos sociais com foco em capacitação e geração de renda.

Ação 87 Projetos de Legislação Específica de Incentivo Fiscal

O que se pretende alcançar?

- Aumentar a disponibilidade de incentivos fiscais para as áreas social e ambiental.

Atividades previstas:

- Elaborar e encaminhar à ALERJ e à Câmara dos Deputados Projetos de Lei que instituam critérios para a concessão de benefícios fiscais (créditos de ICMS e percentuais de dedução do Imposto de Renda), a empresas que investirem em programas de controle da poluição ou produção mais limpa;
- Atuar, junto aos Poderes Executivo e Legislativo, visando à alteração da Lei nº 8.069, de 13.07.90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo a possibilitar ao doador da Fundação para a Infância e Adolescente – FIA escolher o projeto a ser beneficiado, dentre aqueles aprovados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e apresentados por entidades nele previamente registrada.
- Atuar, junto ao Ministério Público Estadual e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, para permitir que o doador do FIA indique o projeto a ser beneficiado, a exemplo do que já ocorre em outros entes da Federação. Em razão da lacuna legal, muitos Conselhos, como o do Rio de Janeiro, proíbem tal indicação, o que vem causando perdas irreparáveis com redução do valor aportado na ordem de 71% em 2005 vs 2004.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Responsabilidade Social
mapa@firjan.org.br

Ação 88 Promoção da Gestão Ambiental

O que se pretende alcançar?

- Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental – SGA, nas empresas do Estado, e sua certificação.

Atividades previstas:

- Atuar junto aos sindicatos industriais associados ao Sistema FIRJAN, e também às grandes empresas, mostrando os benefícios da implementação de um SGA;
- Buscar parceiros estratégicos que auxiliem as empresas nesta tomada de decisão, inclusive instituições financiadoras.

Ação 89 Divulgação de Melhores Práticas

O que se pretende alcançar?

- Promover a divulgação de boas práticas de gestão ambiental, nos veículos do Sistema FIRJAN e na mídia em geral.

Atividades previstas:

- Utilizar a Súmula Ambiental e a Carta da Indústria para a divulgação de melhores práticas;
- Agregar aos eventos, seminários e programas da TV do Sistema FIRJAN, a participação de empresas com boas práticas em gestão ambiental;
- Promover e divulgar o Projeto Troca Ambiental, que visa promover visitas periódicas de grupos empresariais e outras que implantam iniciativas na área ambiental, incentivando a troca de experiências.

Ação 90 Prêmio Ação Ambiental

O que se pretende alcançar?

- Premiar boas práticas de gestão ambiental, destacando iniciativas inovadoras, dando a maior publicidade possível aos resultados obtidos e multiplicando os bons exemplos em empresas de pequeno, médio ou grande porte.

Atividades previstas:

- Promover o Prêmio anualmente, buscando a maior divulgação possível em todas as mídias;
- Buscar apoio financeiro e institucional em instituições parceiras, para a maior divulgação dos resultados alcançados.

Ação 91 Implementação de Programas de Produção Mais Limpa

O que se pretende alcançar?

- Promover o uso de tecnologias limpas, bem como a minimização do consumo de insumos e a geração de rejeitos, melhorando

a competitividade das empresas.

Atividades previstas:

- Atuar junto aos sindicatos industriais associados ao Sistema FIRJAN, e junto às grandes empresas, para a conscientização das vantagens do investimento em Produção mais Limpa;
- Buscar parceiros estratégicos para a implantação desses programas, inclusive instituições financiadoras;
- Promover, através de notas técnicas, artigos e eventos, a divulgação dos melhores resultados do programa.

Ação 92 Financiamento “Verde”**O que se pretende alcançar?**

- Promover a criação de linhas de financiamento ou fomento, com condições especiais para ações ambientais.

Atividades previstas:

- Atuar junto às agências de fomento e instituições financeiras em geral, com o objetivo de viabilizar linhas de crédito especiais para programas de Produção mais Limpa, com base na estimativa de retorno do investimento;
- Mostrar, através das pesquisas realizadas periodicamente, a dificuldade de acesso a financiamentos;
- Buscar melhores práticas de gestão, mostrando o retorno dos investimentos em melhorias ambientais;
- Trabalhar de forma articulada com outras áreas e instituições, em conformidade com as demais ações propostas neste Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, no tema 7 – Financiamento.

Ação 93 Pesquisa Gestão Ambiental na Indústria**O que se pretende alcançar?**

- Realizar, anualmente, pesquisa junto às indústrias fluminenses, para obtenção de informações atualizadas sobre a evolução da gestão ambiental no Estado e consubstanciar a construção de metas para a área.

Atividades previstas:

- Estabelecer os parâmetros e realizar pesquisa sobre a Gestão Ambiental na indústria, nos moldes das já executadas em 2003 e 2005;
- Tornar esta ação permanente e anual;
- Buscar a maior divulgação possível dos resultados, destacando avanços e dificuldades.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Diretoria de Meio Ambiente
mapa@firjan.org.br

Tema 9 • Interiorização e Arranjos Produtivos Locais

Objetivo 9.1 • Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais

Os Arranjos Produtivos Locais – APLs constituem empresas organizadas em uma lógica própria de cadeia produtiva e mercado, articuladas para ações de cooperação, capacitação e desenvolvimento mútuo integrado, com apoio de instituições diversas conforme as competências básicas necessárias a esse desenvolvimento.

A partir do estudo “Potencialidades Econômicas e Competitividade”, realizado em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, por iniciativa do Sistema FIRJAN e Sebrae, começaram a ser mapeados os APLs do Estado. O estudo “Arranjos Produtivos Locais”, organizado pelo Sebrae em dezembro de 2001, já identificava a presença, no Estado do Rio de Janeiro, de 61 concentrações de atividades econômicas setoriais: destas, 17 eram consideradas APLs. Naquela ocasião, os APLs identificados já eram responsáveis por 145.583 empregos, perfazendo 6.799 estabelecimentos – média de 21,4 empregados por estabelecimento – e geravam remunerações equivalentes a R\$ 236 milhões, com média de R\$ 1.622,00 mensais, por empregado.

Por outro lado, sabe-se que o Estado do Rio de Janeiro apresenta múltiplas vocações regionais e setoriais que, se corretamente mapeadas e desenvolvidas, podem apontar o caminho do crescimento e do desenvolvimento sustentável almejados para o futuro próximo. Assim sendo, um dos temas centrais de sustentação deste Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro é o fortalecimento dos APLs. Estes, por sua implicação na qualificação da estrutura produtiva do Estado, ampliam não apenas as oportunidades de geração de renda e emprego, como também a competitividade e a dinamização de todo o conjunto da economia.

Indicadores

Indicador	Descrição
Índice de empregos (em desenvolvimento)	Número de empregos gerados pelo APL em relação ao total do Rio de Janeiro no mesmo setor

Fonte: Sistema FIRJAN, com base nos dados do Cadastro de Estabelecimentos Empregadores – CEE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Índice de empregos	-	Metas em desenvolvimento		

Ações Estratégicas Previstas

Ação 94 Desenvolvimento de um Modelo de Governança para Arranjos Produtivos Locais – APLs

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver e implantar, em parceria com todos os segmentos pertinentes, um modelo de governança flexível para os APLs fluminenses, levando em consideração as diferenças regionais e setoriais.

Atividade prevista:

- Construir um modelo, garantindo que este contemple, com a devida competência, o acompanhamento das dinâmicas existentes em cada APL. Para tanto, o modelo deverá considerar uma estrutura de gestão e as necessárias parcerias, oferecendo definições claras sobre suas competências essenciais e:

- A implementação, a execução e a avaliação permanente das ações cabíveis;
- A gestão otimizada dos recursos disponibilizados para o desenvolvimento do APL;
- A adoção de ferramentas gerenciais de acompanhamento.

Ação 95 Mapeamento da Demanda de Mercado para os Arranjos Produtivos Locais – APLs

O que se pretende alcançar?

- Identificar mercados que demandem os produtos produzidos pelos APLs fluminenses;
- Desencadear ações ordenadas, a partir deste mapeamento, que estimulem as empresas integrantes dos Arranjos Produtivos Locais do Estado a manterem a atualidade e a competitividade em um ambiente comercial globalizado e de exigência crescente.

Atividades previstas:

- Promover estudos para a identificação dos canais de comercialização;
- Buscar entidades parceiras para o financiamento da ação.

Ação 96 Criação de um Fórum de Discussão de Arranjos Produtivos Locais – APLs

O que se pretende alcançar?

- Estabelecer um fórum empresarial e institucional para discussão e delineamento de diretrizes que possam ser implementadas pelos APLs;
- Garantir que o fórum seja um espaço privilegiado para a troca de informações, a disseminação de boas práticas de gestão e a estruturação de ações homogêneas.

Atividade prevista:

- Sensibilizar os empresários representativos dos APLs em atividade para a constituição e participação no fórum a ser criado, através das instâncias regionais do Sistema FIRJAN e de instituições parceiras.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Instituto Euvaldo Lodi
mapa@firjan.org.br

Objetivo 9.2 • Promover o Desenvolvimento do Interior do Estado

Historicamente, enquanto capital da República, o dinamismo econômico do Estado esteve concentrado na cidade do Rio de Janeiro. Porém, com a transferência do Distrito Federal para Brasília, o desenvolvimento migrou paulatinamente para o interior. Além disso, o processo de fusão com o antigo Estado da Guanabara fez o Estado do Rio de Janeiro ser um dos mais novos estados da federação, e por isso torna-se imperativa a busca de complementariedade entre as potencialidades encontradas na capital e no interior. O “desenho” de seu crescimento implica no desenvolvimento social com a promoção de oportunidades de emprego e renda que possam conter o fluxo migratório em direção à capital.

Nesse processo, a cidade do Rio de Janeiro segue sua explícita vocação especializando-se em serviços – tais como o turismo, as telecomunicações e a indústria criativa e do conhecimento – enquanto as atividades industriais tradicionais migraram para a periferia metropolitana. São exemplos deste processo o surgimento do Pólo Siderúrgico de Itaguaí, do Pólo Gás Químico de Duque de Caxias e da Refinaria e do Pólo Petroquímico de Itaboraí.

Com as mudanças globais atualmente em curso, a reordenação e o direcionamento estratégico dos municípios do interior do Estado requerem acompanhamento eficaz e ações facilitadoras, para que suas potencialidades possam ser consolidadas e ampliadas, de acordo com este novo momento do desenvolvimento.

Indicadores

Indicador	Descrição
Índice de Qualidade Municipal – IQM	Mede o potencial de crescimento econômico de cada município

Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE

Indicador	Descrição
Índice de Desenvolvimento Municipal FIRJAN – IDM-FIRJAN	Indicador inspirado no IDH, que será utilizado para acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social do interior do Estado (em desenvolvimento)

Fonte: Sistema FIRJAN

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Índice de Qualidade Municipal – IQM	-		Metas em desenvolvimento	
Índice de Desenvolvimento Municipal FIRJAN – IDM-FIRJAN	-		Metas em desenvolvimento	

Ações Estratégicas Previstas

Ação 97 Medição e Acompanhamento do Desenvolvimento Humano, Econômico e Social do Interior do Estado

O que se pretende alcançar?

- Criar um indicador que acompanhe, de forma regular, o desenvolvimento humano, econômico e social do interior do Estado; considerando que o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, divulgado pela Organização das Nações Unidas – ONU, só é disponibilizado com grandes intervalos de tempo.

Atividades previstas:

- Criar o Índice de Desenvolvimento Municipal FIRJAN – IDM-FIRJAN, um indicador inspirado no IDH, a partir de estatísticas disponíveis de renda, educação e saúde, que possa ser atualizado periodicamente e com a menor defasagem possível;
- Orientar ações e acompanhar seus impactos sobre o desenvolvimento das diversas regiões, ao longo dos anos, a partir das constatações deste índice.

Ação 98 Implantação de Órgãos, Instituições e Entidades no Interior do Estado

O que se pretende alcançar?

- Implantar em determinados municípios do interior do Estado, sucursais descentralizadas de órgãos e entidades cujos serviços são disponibilizados apenas na região metropolitana, considerando fatores determinantes como densidade demográfica, concentração de atividade econômica e importância logística, entre outros.

Atividade prevista:

- Mapear a necessidade de implantação, no interior do Estado, dos principais órgãos, instituições e entidades, cuja presença represente:
 - Maior apoio ao desenvolvimento, no tocante à capacitação e à informação qualificada;
 - Maior agilidade em procedimentos legais, técnicos e administrativos.

Ação 99 Identificação de Potencialidades Regionais

O que se pretende alcançar?

- Atualizar as informações sobre as potencialidades existentes nos vários municípios do Estado, a exemplo do trabalho que foi realizado em 1998 pelo Sistema FIRJAN em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – Sebrae e desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Atividade prevista:

- Buscar parcerias para a atualização do Estudo de Potencialidades Regionais realizado em 1998.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Instituto Euvaldo Lodi
mapa@firjan.org.br



Tema 10 • Exportação de Produtos e Serviços

Objetivo 10.1 • Facilitar Mecanismos de Exportação para a Base Produtiva Estadual

A atividade de exportação é altamente favorável ao desenvolvimento, na medida em que promove o equilíbrio das contas externas e cria postos de trabalho: segundo estimativas da Associação Brasileira de Comércio Exterior – AEB, cada US\$ 1 bilhão adicional de exportação gera 70 mil novos empregos. Para o empresariado, ela permite o melhor aproveitamento da capacidade instalada nos parques fabris, bem como o incremento da produção e o aprimoramento da qualidade, pela exposição dos produtos a padrões mais rígidos de aceitação e à maior concorrência. Além disso, a incorporação de novas tecnologias e métodos de gestão, a diversificação de mercados que traz estabilidade à receita e a redução de riscos são outras vantagens que a exportação proporciona ao setor produtivo.

Todavia, a pesquisa “Os Problemas da Empresa Exportadora Brasileira”, levada a efeito em 2002 pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, indicava que aproximadamente 76% das empresas consultadas desconheciam as rotinas e os procedimentos básicos dos processos de exportação e importação. A conclusão atribui o desconhecimento à insuficiente formação de recursos humanos para comportar a atuação das empresas, nesta área, e à complexidade do elenco de dispositivos legais aplicados a estas operações. De fato: se, por um lado, falta-nos uma cultura instalada para orientar uma correta inserção junto ao mercado externo, há que se considerar também as dificuldades internas que embargam as empresas que queiram investir no comércio exterior. Entre outras mazelas, podemos mencionar a alta carga tributária; a pouca oferta de crédito, agravada pela rigidez das garantias exigidas; a falta de coordenação entre os órgãos atuantes; a burocracia e a infra-estrutura deficiente.

Uma “radiografia” dos processos de exportação brasileiros pode ser encontrada no relatório *Doing Business 2006*. Conforme tabela comparativa do Banco Mundial, que assina o relatório, o prazo estimado para efetivar uma exportação em nosso país – contado a partir do acordo final entre as partes e a entrega da mercadoria – é de 39 dias: uma morosidade vexatória, se considerarmos que processos semelhantes são cumpridos em 30,3 dias no restante da América do Sul e em 12,6 dias, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Relativamente ao número de documentos exigidos no Brasil, a média é de 7 por despacho, enquanto nos países da OCDE essa média cai para 5,3.

É evidente que, quanto maior a complexidade do processo, maior será o impacto para as micros e pequenas empresas, que têm naturalmente muito mais dificuldade para atravessar estes entraves. Estatísticas divulgadas pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX e relativas ao ano de 2005 atribuem às microempresas brasileiras exportações da ordem de US\$ 238 milhões FOB (*free on board*), correspondendo a apenas 0,2% do total do País. Quanto às pequenas empresas, suas vendas externas alcançaram

Indicadores

Indicador	Descrição
Índice de Produção Exportada	Identifica a parcela da produção industrial que é destinada à exportação, segundo setores definidos

Fonte: Sistema FIRJAN, com base em dados do IBGE e Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – SECEX.

Indicador	Descrição
Contribuição do Rio de Janeiro ao total exportado pelo Brasil (mercadorias e serviços, numa etapa posterior)	Identifica a contribuição do Estado ao total exportado pelo Brasil, destacando-se, também, os estados mais representativos para efeito comparativo

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – SECEX.

Indicador	Descrição
Custo de movimentação de carga nos portos e aeroportos do Estado (em processo de construção e definição das fontes)	Identifica o custo médio de movimentação de cargas por <i>container</i> e por tonelagem de carga geral. Simultaneamente serão feitas comparações com outras unidades federativas (São Paulo) e referências internacionais (Argentina, Rotterdam etc.)

Fonte: Associação Brasileira dos Terminais Privativos – ABTP, Cia. Docas, Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, Ministério dos Transportes – MT, Associação Nacional Usuário do Transporte de Carga – ANUT

US\$ 1,9 bilhão no mesmo exercício (1,6% do total das exportações nacionais), enquanto as médias empresas contribuíram com 6,7%. Assim, as grandes empresas são responsáveis por mais de 91% das exportações brasileiras: uma grande concentração, que precisa ser considerada. Vale lembrar que a participação das pequenas e médias empresas é substancialmente mais elevada em países com base exportadora sólida: as estatísticas mostram que na França, por exemplo, essa contribuição alcança 44% (fonte: *Flash Info Societe Generale*). Estudos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, baseados em estatísticas oficiais, indicam que as micro e pequenas empresas respondem por 40% a 50% das exportações da Coreia e dos Estados Unidos.

No Estado do Rio de Janeiro, o grau de dificuldade enfrentado por micro, pequenas e médias empresas para exportar pode ser constatado nos índices totais de 2005, que foram respectivamente de 0,12%, 0,86% e 3,8%: ou seja, em todos os casos, inferiores à média nacional. Estes mesmos dados mostram que, considerando a importância estratégica das exportações e o peso relativo da economia fluminense no contexto nacional, nossa posição é muito pouco representativa: ocupamos, em 2005, a quinta posição no *ranking* dos Estados exportadores, com aproximadamente 6,9% das exportações brasileiras. Este resultado não é condizente com as vantagens competitivas disponíveis (telecomunicações, energia, capital humano, entre outras), nem com as potencialidades de um Estado que detém o segundo lugar na composição do PIB brasileiro, contribuindo com 12,8% do seu total: afinal, se fosse um país independente, o Estado do Rio de Janeiro teria o sexto maior PIB na América Latina, equiparando-se ao Chile.

Ainda que a origem da maior parte dos fatores inibidores para uma melhor presença exportadora do Rio de Janeiro localize-se na esfera federal, a implementação de algumas iniciativas no âmbito estadual relacionadas à melhoria da infra-estrutura de transportes, apresentadas no capítulo de Infra-estrutura e Logística desse Mapa, poderia minorar tais impactos.

Por fim, cabe assinalar que em termos de exportação de serviços ocorre uma situação complexa: o Rio de Janeiro possui posição de relevante destaque nesta atividade, contudo, ainda, inexistem estatísticas oficiais por unidade federativa, que possam confirmar essa condição.

O recente anúncio do lançamento do Sistema de Medição do Comércio e Exterior de Serviços – SISCOSERV do Governo Federal poderá – essa é a expectativa dos agentes econômicos – suprir a lacuna nesta área.

Assim, é parte fundamental dos objetivos deste Mapa apoiar e diligenciar para a efetiva implementação do SISCOSERV para, a partir de suas constatações, trabalhar pela implementação de políticas mais precisas de apoio e regulamentação à exportação de serviços.

Indicador	Descrição
Evolução da permanência média (dias/horas) dos navios nas instalações portuárias do Rio de Janeiro (em processo de construção e definição das fontes)	Identifica a permanência média dos navios por porto e compara com referências internacionais. Adicionalmente as despesas de “demourage” poderão ser indicadas e comparadas

Fonte: Associação Brasileira dos Terminais Privativos – ABTP, Cia. Docas, Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, Ministério dos Transportes – MT, Associação Nacional Usuário do Transporte de Carga – ANUT

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Índice de Produção Exportada	15,7% (2005)	20%	29%	39%
Contribuição do Rio de Janeiro ao total exportado pelo Brasil	6,9% (2005)	8,0%	9,5%	11,5%
Custo de movimentação de carga nos portos e aeroportos do Estado	-	Metas em desenvolvimento		
Evolução da permanência média (dias/horas) dos navios nas instalações portuárias do Rio de Janeiro	-	Metas em desenvolvimento		

Ações Estratégicas Previstas

Ação 100 Apoio à Implantação do Sistema de Medição do Comércio Exterior de Serviços – SISCOSEV

O que se pretende alcançar?

- Apoiar a efetiva implantação do SISCOSEV, sistema de medição do comércio exterior de serviços recém-anunciado pelo Governo Federal, e trabalhar junto às autoridades responsáveis para que esse controle estatístico das exportações de serviços seja amplamente divulgado e contemple a qualificação por especialidades, países de destino e origem e, também, os estados da federação entre outras especificações.

Atividades previstas:

- Promover a coordenação, com entidades parceiras, de um extenso trabalho de convencimento junto às autoridades responsáveis, em prol da pronta implementação do sistema;
- Formular propostas de políticas de fomento a esta atividade, no Estado, a partir das constatações do sistema, e em parceria com outros atores.

Ação 101 Sistema que Assegure a Fruição dos Créditos de ICMS Gerados pela Atividade de Exportação

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver um sistema ágil que assegure a utilização dos créditos de ICMS gerados pela atividade de exportação, institucionalizando alternativas para o pleno aproveitamento dos créditos acumulados pelas empresas exportadoras.

Atividades previstas:

- Promover articulações junto a atores sociais e políticos pertinentes para corrigir a deficiência no aproveitamento dos recursos acumulados do ICMS, tomando por base propostas já em curso, desenvolvidas pela Confederação Nacional da Indústria. Destacam-se duas proposições, a saber:
 - A Federalização dos Tributos (proposta oriunda da Confederação Nacional da Indústria e incorporada ao Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015), que propõe que o montante dos créditos acumulados e o compromisso de liberá-los para as empresas que fazem jus aos mesmos, sejam assumidos pela União;
 - A indicação do BNDES como fonte de financiamento e securitização dos créditos tributários (proposta oriunda do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI e divulgada em abril de 2006), pela qual seria estabelecido um cronograma variável, de 2 a 5 anos, para ressarcimento aos exportadores dos respectivos créditos acumulados. Para tanto, estes seriam devidamente reconhecidos pelos Estados, e o BNDES atuaria como fonte de financiamento e securitização das operações, a exemplo do papel indutor que esta mesma instituição desempenhou, em recentes privatizações.
- Articular com entidades congêneres e/ou autoras das proposições, incluindo, também, a sensibilização do Executivo Estadual num contexto de valorização da dimensão institucional da política de comércio exterior.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Centro Internacional de Negócios
mapa@firjan.org.br

Ação 102 Eliminação da Parcela Relativa às Exportações do Limite de Faturamento do SIMPLES

O que se pretende alcançar?

- Introduzir, na Lei do SIMPLES, dispositivo que retire a parcela relativa às exportações da base de cálculo do faturamento para benefício do SIMPLES, deixando de penalizar as empresas que desempenham essa estratégica atividade.

Atividade prevista:

- Promover uma ação articulada junto a entidades empresariais e governamentais, para concretização da providência.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Centro Internacional de Negócios e Diretoria Jurídica
mapa@firjan.org.br

Ação 103 Simplificação dos Controles, Procedimentos e Documentação Exigidos no Processo Exportador e Importador

O que se pretende alcançar?

- Facilitar os trâmites do processo exportador e, também, do importador, quando for o caso.

Atividades previstas:

- Incorporar, ao desenvolvimento das ações previstas neste Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, as etapas previstas na Agenda de Desburocratização idealizada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a ser apresentada aos candidatos aos cargos executivos e legislativos, no próximo pleito.

Dentre as providências contempladas na Agenda de Desburocratização da CNI, podem ser mencionadas:

- Facilitação de acesso das empresas exportadoras aos regimes de despacho expresso (linha azul);
- Permissão de remessa eletrônica de documentos de exportação;
- Harmonização dos módulos de exportação e importação do SISCOMEX, com a redução do número de órgãos intervenientes e de produtos sujeitos a anuências prévias e com a indispensável integração do SISCOMEX com os sistemas dos órgãos anuentes;
- Criação de uma Secretaria Aduaneira para execução exclusiva das atividades específicas dos despachos de exportação e de importação por desmembramento da Secretaria da Receita Federal – SRF. Desse modo, a Aduana terá, cada vez menos, ação fiscal e mais aptidão para lidar com operações de comércio exterior e adequar as diversas situações aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil;
- Reestruturação da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, de forma a conferir maior coordenação à atividade de comércio exterior no País;
- Adaptar o horário de funcionamento da Aduana às condições exigidas pelo dinamismo da atividade do comércio exterior, funcionando, ininterruptamente, 24 horas por dia em todos os dias da semana, a exemplo do que ocorre em outros países, que conferem ao comércio exterior a relevância adequada.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Centro Internacional de Negócios
mapa@firjan.org.br

Ação 104 Desoneração das Exportações

O que se pretende alcançar?

- Conferir aos exportadores condições mais equitativas de concorrência nos mercados externos, procurando eliminar os impactos negativos da alta carga fiscal incidente internamente e seguindo a prática internacional de exclusão dos impostos sobre os produtos exportados.

Atividade prevista:

- Formular e defender propostas específicas visando uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro que contribua para a desoneração das exportações, em alinhamento com as propostas constantes do programa 17 do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 da Confederação Nacional da Indústria: “Desoneração total das exportações e investimentos” que têm o mesmo objetivo.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Diretoria Jurídica e Centro Internacional de Negócios
mapa@firjan.org.br

Ação 105 Transformação do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX em Fundo Rotativo

O que se pretende alcançar?

- Transformar o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX em um fundo rotativo e, concomitantemente, defender o destino de maior volume de recursos, reduzir a dependência de recursos orçamentários e flexibilizar os níveis de garantia exigidos pelos usuários.

Atividades previstas:

- Encaminhar ao Governo Federal proposta específica de readaptação do PROEX às novas condições organizacionais e operacionais sugeridas;
- Atuar em parceria com outras entidades, em particular com a Associação de Comércio Exterior do Brasil que defende a mesma providência.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Centro Internacional de Negócios
mapa@firjan.org.br

Tema 11 • Segmentos Âncora

Objetivo 11.1 • Fortalecer a Cadeia Produtiva de Petróleo, Gás e Segmentos Adjacentes

Segundo dados do Balanço Energético Nacional de 2005, o Estado do Rio de Janeiro foi responsável em 2004 por 82% da produção de petróleo e 40% da produção de gás natural, do Brasil. A Bacia de Campos continua sendo a mais importante do País, embora a Petrobras – a maior empresa petrolífera atuante em território nacional – tenha diversificado sua atividade exploratória, até então concentrada naquela região do Norte Fluminense. As expectativas são de que a Bacia de Campos chegará a 2015 ainda respondendo por 70% da produção nacional de petróleo.

O desenvolvimento da atividade petrolífera demanda inúmeros bens e serviços, caracterizando-se, dessa forma, como uma indústria com enorme efeito multiplicador sobre outros segmentos. Sua cadeia produtiva é extensa, sendo composta por empresas de diversos setores que transacionam produtos e serviços, como por exemplo, a indústria da construção naval, que por sua vez é amplamente conhecida como demandante de matérias-primas, peças, equipamentos e serviços de diversos segmentos. É importante lembrar que a revitalização da indústria da construção naval brasileira recebeu forte impulso do setor de petróleo e gás: a indústria naval do Estado do Rio de Janeiro passou de um período de estagnação para um de crescimento pleno, nos últimos seis anos, em grande parte pelo estímulo do setor petrolífero.

No Plano de Negócios da Petrobras para o período 2007-2011, apenas ao Estado do Rio de Janeiro serão destinados 42% dos investimentos previstos, no valor de mais de US\$ 87 bilhões. A área de Exploração e Produção será responsável por US\$ 23,8 bilhões dos US\$ 31,2 destinados para o Rio de Janeiro. Esse volume de investimento dá conta da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da participação na Rio Polímeros – Pólo Gás Químico, além do Programa para Renovação e Expansão da Frota de Transporte Marítimo.

Além dos impactos que essa carteira de projetos derivados do setor de petróleo e gás produzirá por efeito multiplicador, a implementação de projetos como o Pólo Gás Químico e o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – Comperj, representam a ampliação do valor adicionado desse segmento dentro do território estadual.

Sendo assim, promover o crescimento da cadeia produtiva do petróleo e gás é um objetivo estratégico. A dinâmica nacional dessa indústria gera oportunidades de negócios e emprego fabulosas, que precisam ser potencializadas e bem aproveitadas pelo Estado do Rio de Janeiro.

Indicadores

Indicador	Descrição
Toneladas de plástico transformado	Total de matéria-prima transformada no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Plásticos – ABIPLAST e Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro – SIMPERJ

Indicador	Descrição
Valor bruto da produção industrial do setor naval no Rio de Janeiro (R\$1.000)	Acompanhar o crescimento da indústria naval no Rio de Janeiro por meio do valor bruto da produção

Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – Fundação CIDE

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Toneladas de plástico transformado	197.000 toneladas/ano e 12.362 empregados (uma produção de aproximadamente 16 toneladas por empregado)			Metas em desenvolvimento
Valor Bruto da Produção Industrial do Setor Naval no Rio de Janeiro (R\$1.000)	R\$ 1,72 bi (2003)			Metas em desenvolvimento

Ações Estratégicas Previstas

Ação 106 Acompanhamento da Demanda por Formação Profissional

O que se pretende alcançar?

- Monitorar a demanda por Formação Profissional voltada para setores identificados: Petróleo, Gás Natural, Naval e Petroquímico, no Estado do Rio de Janeiro.

Atividade prevista:

- Configurar o Mapa de Demanda por Formação Profissional, com base nos números do SENAI-RJ.

Ação 107 Acompanhamento dos Investimentos Setoriais

O que se pretende alcançar?

- Monitorar os investimentos setoriais impulsionados pela Indústria de Petróleo e Gás.

Atividade prevista:

- Configurar o Mapa de Investimentos realizados no Rio de Janeiro impulsionados pela Indústria de Petróleo e Gás.

Ação 108 Monitoramento dos Impactos da Instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ

O que se pretende alcançar?

- Monitorar os impactos sobre as economias locais e fluminense dos investimentos relacionados ao COMPERJ.

Atividades previstas:

- Configurar o Mapa de Investimentos realizados com a implantação do Complexo (1ª, 2ª e 3ª geração) e seus impactos sobre os PIBs municipais e estadual;
- Atuar em parceria com a Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP, as prefeituras da região e a Petrobras, com vistas a uma ação integrada na busca da multiplicação dos efeitos positivos na implantação do COMPERJ.

Ação 109 Elaboração de Estatística para Acompanhamento do Setor Naval

O que se pretende alcançar?

- Viabilizar a construção de um índice específico de aferição do comportamento da indústria naval.

Atividade prevista:

- Configurar, junto aos agentes interessados, metodologia para aferição das estatísticas relativas à Indústria Naval Fluminense.

Ação 110 Incentivo ao Aumento de Conteúdo Fluminense nos Projetos de Investimentos da Cadeia Produtiva de Petróleo, Gás e Segmentos Adjacentes

O que se pretende alcançar?

- Maximizar a participação da Indústria Fluminense em projetos de investimentos a serem desenvolvidos no País e no exterior, em base competitiva e sustentável.

Atividades previstas:

- Dentro do Plano de Ação do Fórum Empresarial da Indústria Metal-Mecânica e Segmentos Afins do Sistema FIRJAN:
 - Inserir os fornecedores fluminenses nos cadastros de fornecedores das grandes compradoras dos segmentos relacionados;
 - Viabilizar o uso dos instrumentos de competitividade pelas indústrias nacionais;
 - Identificar novos mercados permitindo sustentabilidade ao fornecedor nacional.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br



Objetivo 11.2 • Fortalecer a Cadeia Produtiva do Turismo de Lazer e de Negócios

O crescimento substancial da atividade turística no mundo coloca o turismo como um verdadeiro fenômeno econômico e social do século XX. Estudo da Organização Mundial do Turismo – OMT mostra que o fluxo de viajantes apresentou uma evolução de 25 milhões em 1950 para 763 milhões em 2004, o que representa um crescimento médio anual de 6,5%. Dados da OMC do ano de 2003 apontam que as receitas de turismo representaram 6% das exportações mundiais de bens e serviços. Se considerarmos apenas as exportações de serviços, essa participação sobe para 30%. França, Espanha, Estados Unidos, Itália e China se firmaram, nessa ordem, como os principais destinos turísticos no mundo. No caso específico da Espanha, podemos destacar a realização, nos últimos 25 anos, de um amplo trabalho de desenvolvimento turístico e de infra-estrutura, aproveitando a grande riqueza e variedade da sua geografia, clima, culinária e patrimônios artístico e cultural. Como resultado, o turismo representa 12,1% do PIB daquele país, gerando de 10,1% a 12% dos empregos (fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT).

No caso brasileiro, a criação de um ministério específico para cuidar dessa atividade reflete a conscientização no âmbito do governo e da sociedade brasileira quanto à importância do turismo como impulsionador do crescimento econômico. De fato, a expansão da atividade turística tem impacto relevante sobre a demanda de serviços, irradiando-se para o setor industrial, em especial, através dos investimentos. Um mapa com a descrição desse efeito multiplicador está representado na figura 1 (p.91).

O turismo apresenta um grande número de segmentações. Uma delas é a que busca diferenciar o turismo de lazer e o turismo de negócios. Ambos possuem grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico. De acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, em 2003, o lazer representou o principal motivo da viagem de turistas estrangeiros ao Brasil (53,9%), seguido pelo turismo de negócios, congressos e convenções (26%), por visita a familiares/amigos (17,1%) e outros (2%). No Brasil, o turismo de negócios, de acordo com o “1º Dimensionamento da Indústria de Eventos no Brasil”, realizado pelo *Fórum Brasileiro Convention & Visitors Bureaux*, em parceria com o Sebrae, gerou negócios no valor de aproximadamente R\$ 32,7 bilhões entre 2001 e 2002 (fonte: Federação Brasileira de *Convention & Visitors Bureaux/Sebrae*).

O estudo “Dimensionamento da Importância Econômica do Setor de Turismo no Estado do Rio de Janeiro e Diretrizes para seu Desenvolvimento”, encomendado pelo Sistema FIRJAN à Fundação Getúlio Vargas – FGV, em parceria com o Sebrae-RJ, indicou que a contribuição econômica desta atividade atingiu, em 2000 e 2001, a faixa dos R\$ 5 bilhões. Esta cifra representa 3,7% e 3,3% do PIB do Estado em cada período, respectivamente. Considerando-se que, conforme dados da EMBRATUR, o Rio de Janeiro é o principal pólo turístico brasileiro, conclui-se que ainda dispõe de um espaço considerável para o desenvolvimento dessa atividade. Para tanto, é imperativa a integração e a intensificação das ações entre agentes públicos e privados, assim como entidades de apoio ao setor.

Indicadores

Indicador	Descrição
Gasto turístico no Estado (lazer e negócios)	Valor do dispêndio de turistas no Estado do Rio de Janeiro nos segmentos de lazer e negócios

Fonte: Governo do Estado, Ministério do Turismo, Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – ABIH

Indicador	Descrição
Desembarque nacional de turistas no Estado do Rio de Janeiro	Evolução do número de desembarques domésticos nos aeroportos e rodoviárias do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Ministério do Turismo/Embratur

Indicador	Descrição
Fluxo de turistas estrangeiros no Estado do Rio de Janeiro	Evolução do número de desembarques internacionais no aeroporto do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Ministério do Turismo/Embratur

Indicador	Descrição
Participação do turismo no PIB do Estado	Percentual do PIB que corresponde ao setor de turismo

Fonte: Governo do Estado, Governo Federal

O Estado do Rio de Janeiro, com a sua natureza exuberante e a diversidade de opções de entretenimento, possui uma vantagem comparativa natural no segmento de turismo de lazer. Entretanto, para que essa vantagem se potencialize é fundamental que aspectos como sinalização, capacitação da mão-de-obra e segurança pública sejam melhorados. Esse último item é abordado separadamente neste documento.

No que diz respeito ao turismo de negócios, a realização de eventos é uma forma importante de participação. Hoje o principal obstáculo competitivo nesse segmento turístico decorre da falta de instalações adequadas para congressos de médio porte, que reúnem de 600 a 2.000 pessoas.

Não obstante, as perspectivas são animadoras uma vez que, pelo nono ano consecutivo, segundo dados da *International Congress and Conventions Association* - ICCA, o Rio de Janeiro foi a cidade que mais recebeu eventos internacionais em todo o continente americano à frente de cidades como Santiago do Chile e Montreal.

Indicador	Descrição
Evolução do número de equipamentos e serviços turísticos	Evolução do número de agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas e organizadoras de eventos que operam no Estado do Rio de Janeiro cadastrados na Embratur

Fonte: Ministério do Turismo/Embratur

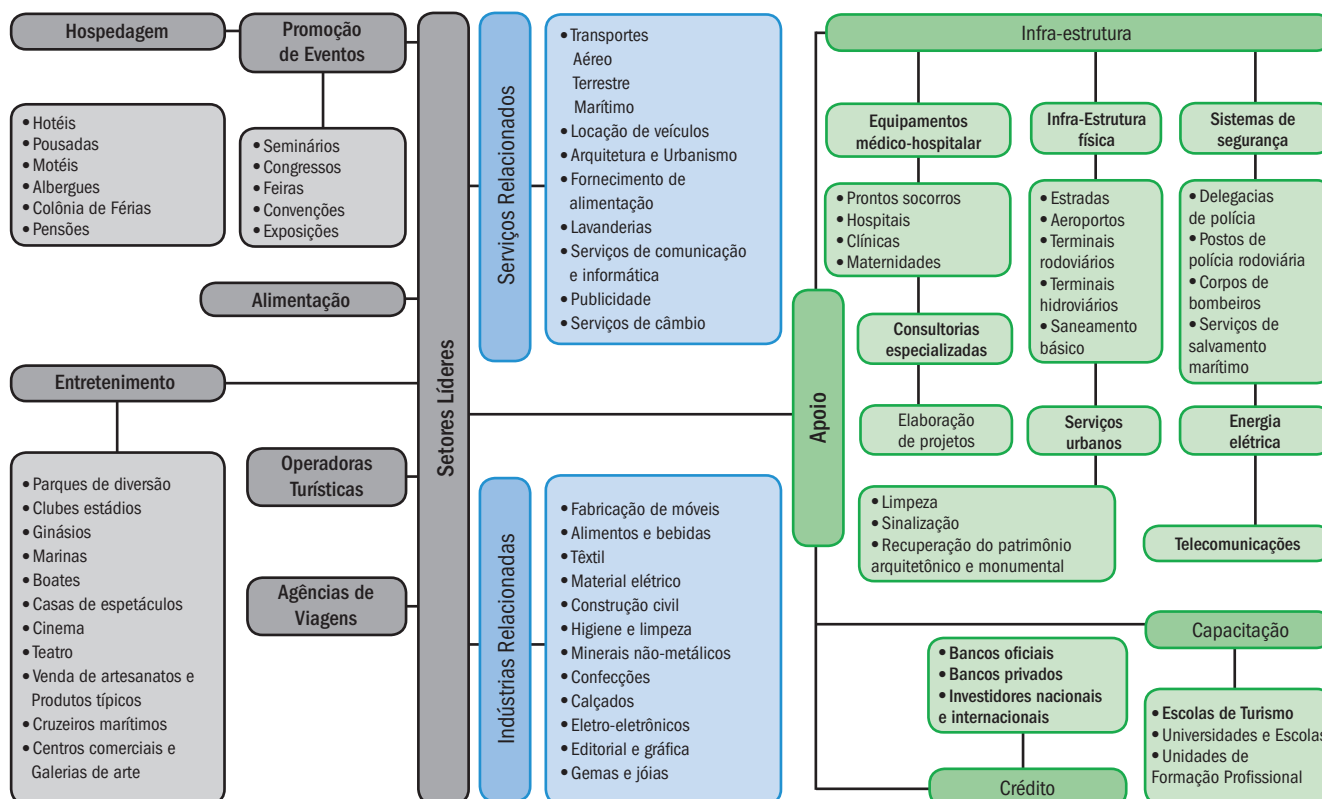
Indicador	Descrição
Investimentos no setor turístico	Acompanhamento dos investimentos previstos para o setor

Fonte: Sistema FIRJAN - Documento "Decisão Rio"

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Gasto turístico no Estado (lazer e negócios)	-	Metas em desenvolvimento		
Desembarque nacional de turistas no Estado do Rio de Janeiro	-	Metas em desenvolvimento		
Fluxo de turistas estrangeiros no Estado do Rio de Janeiro	1,7 milhão (2004)	Metas em desenvolvimento		
Participação do turismo no PIB do Estado	3,3% (2001)	Metas em desenvolvimento		
Evolução do número de equipamentos e serviços turísticos	-	Metas em desenvolvimento		
Investimentos no setor turístico	-	Metas em desenvolvimento		

Figura 1 – Cadeia Produtiva do Turismo



Ações Estratégicas Previstas

Ação 111 Mapeamento das Necessidades de Capacitação no Setor de Turismo do Rio de Janeiro

O que se pretende alcançar?

- Qualificar a mão-de-obra do setor tanto no interior do Estado como na capital.

Atividade prevista:

- Identificar as necessidades de treinamento e formação pessoal para atuação no turismo, através de pesquisa junto ao setor hoteleiro.

Ação 112 Promoção da Melhoria da Comunicação e da Sinalização no Setor Turístico

O que se pretende alcançar?

- Estimular a elaboração de um Plano de Propaganda Institucional dirigida ao consumidor nos principais mercados emissores, nacionais e internacionais, a exemplo do realizado pelos principais destinos internacionais;
- Melhorar a informação e a sinalização turística na capital e no interior.

Atividades previstas:

- Conhecer os critérios adotados pelos Governos Federal e Estadual no que diz respeito à alocação de recursos para promoção institucional do País e do Estado do Rio de Janeiro como destino turístico, visando à proposição de medidas que permitam maior exposição nos mercados emissores;
- Mapeamento das principais falhas na sinalização turística na capital e nos principais destinos do interior.

Ação 113 Construção de Centros de Convenções no Estado do Rio de Janeiro**O que se pretende alcançar?**

- Incentivar a construção de centros de convenções na capital e no interior do Estado do Rio de Janeiro visando a atração de eventos de negócios de médio porte.

Atividade prevista:

- Mapear as áreas do Estado do Rio de Janeiro com infra-estrutura para a realização de eventos voltados ao turismo de negócios e identificar as regiões com potencial para abrigar novos centros de convenções de médio porte.

Ação 114 Estudo de Consistência Metodológica para o Turismo**O que se pretende alcançar?**

- Desenvolver estudos para a aplicação de uma metodologia “homogênea” visando a mensuração e acompanhamento do desempenho do Setor de Turismo no Rio de Janeiro e no Brasil.

Atividade prevista:

- Elaborar estudos em parceria com instituições de pesquisa que tenham foco no acompanhamento do segmento de turismo.

Ação 115 Projeto de Lei “Reciprocidade de Exigência de Vistos”**O que se pretende alcançar?**

- Flexibilizar o processo de emissão de vistos brasileiros para o visitante estrangeiro, segundo a Lei da Reciprocidade em vigor.

Atividade prevista:

- Apresentar proposta ao Governo Federal e à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, visando à redução da burocracia e do custo para a emissão de visto brasileiro a turistas estrangeiros, considerando a Lei de Reciprocidade vigente.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Objetivo 11.3 • Fortalecer a Indústria do Conhecimento no Rio de Janeiro

Durante a era industrial a criatividade humana era perfeitamente divisível em três atividades distintas:

- Análise e controle do mundo físico: ciência;
- Organização dos processos de negócios e geração de riqueza: gestão e empreendedorismo;
- Criação de atributos que se comunicam e interagem com as pessoas: artes e humanidades.

Esse conceito vem sendo gradativamente substituído por um entendimento diferente de indústria, no qual a matéria-prima não é o aço ou o carvão: e, sim, a informação. Nesse novo mundo, os produtos mais valiosos são idéias e significados, produzidos não por máquinas, mas pela imaginação. Os produtos com forte conteúdo de criatividade, ou culturais, estão em setores que vêm apresentando as maiores taxas anuais de crescimento no mundo, entre 5% e 20%. Essa evolução se deu, basicamente, em função do avanço das tecnologias digitais, das redes de comunicação e da globalização. Na década de 50, as maiores companhias mundiais eram essencialmente industriais: *Ford, Standard Oil, General Electric, Phillips, General Motors*. Atualmente, as maiores empresas mundiais pertencem a setores que têm seus alicerces na informação e na criatividade: *Microsoft, Time Warner, Disney, Bertelsmann Media Worldwide e News Corporation (holding que congrega empresas como 20th Century Fox, Sky, Direct TV, The Times, The Sun, NY Post, entre outras)*.

As economias modernas mais bem sucedidas são exportadoras de cultura para o mundo. Segundo o Departamento de Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido, *Creative Industries* são aquelas atividades que têm suas origens na criatividade individual, habilidade e talento, com alto potencial de geração de emprego e renda, através da criação e exploração da propriedade intelectual. Essas atividades incluem os setores de publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, moda, música, cinema, *software*, artes cênicas, editoração, televisão e rádio. Estudos desenvolvidos pela *United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD*, apontam para o grande potencial de crescimento dessas indústrias, em países em desenvolvimento. A rica herança cultural, a excelência da expressão artística, além da abundância de talentos individuais – pré-requisitos essenciais à sua expansão – são aspectos através dos quais esses países podem aumentar sua participação no comércio internacional, tendo como conseqüência a expansão de emprego e renda.

No Brasil, o Rio de Janeiro é um Estado que apresenta condições importantes para o desenvolvimento dessa indústria, em função da vocação para os setores ligados à cultura e ao entretenimento, além do grande potencial tecnológico. Em setores como publicidade, arquitetura, artes e antiguidades, design, moda, audiovisual, música, artes cênicas e espetáculos, editoração, *software* e televisão, o Rio de Janeiro ocupa lugar de destaque no cenário nacional e internacional. No campo tecnológico, o Estado reúne algumas vantagens comparativas fundamentais, como a qualidade técnica dos profissionais, a presença de importantes institutos de pesquisa públicos e privados e um conjunto de entidades voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico que superam, em muito o padrão sul-americano.

Indicadores

Indicador	Descrição
Faturamento anual do segmento (indicador em desenvolvimento)	Renda anual auferida pelos segmentos da Indústria do Conhecimento
Participação no PIB do Estado (indicador em desenvolvimento)	Percentual do PIB que corresponde à indústria do Conhecimento

Fonte: a definir na construção dos indicadores

Metas

Indicador	Último dado	2006-2008	2009-2012	2013-2015
Faturamento anual do segmento	-	Metas em desenvolvimento		
Participação no PIB do Estado	-	Metas em desenvolvimento		

Ações Estratégicas Previstas

Ação 116 Mapeamento dos Segmentos-Chave da Indústria do Conhecimento no Estado do Rio de Janeiro

(Audiovisual, Moda, Publicidade, Artes, Editorial e Gráfica, entre outros)

O que se pretende alcançar?

- Obter números, estatísticas e informações detalhadas sobre as atividades acima relacionadas, identificando os principais “gargalos” para o seu pleno desenvolvimento e propondo focos de atuação.

Atividade prevista:

- Elaborar um estudo para mapeamento das atividades-chave da chamada Indústria do Conhecimento no Estado.

Ação 117 Avaliação da Contribuição Econômica da Indústria do Conhecimento

O que se pretende alcançar?

- Desenvolver e implementar metodologia que permita a mensuração do PIB da Indústria do Conhecimento, por segmento, avaliando a sua contribuição econômica para o Rio de Janeiro.

Atividade prevista:

- Desenvolver metodologia a partir do estudo proposto na ação anterior.

Ação 118 Desenvolvimento e Implementação de Programas de Apoio à Indústria do Conhecimento

O que se pretende alcançar?

- Criar programas e políticas públicas que desenvolvam e fortaleçam a Indústria do Conhecimento, garantindo que as atividades a ela relacionadas tenham caráter profissional, voltadas para a ampliação das possibilidades de negócios. Os programas devem ser inicialmente focados em educação e treinamento, financiamento, propriedade intelectual e promoção de exportações.

Atividade prevista:

- Identificar as necessidades, a partir do estudo proposto na ação 116.

Informe-se sobre estas ações:

Sistema FIRJAN – Assessoria de Infra-Estrutura e Novos Investimentos
mapa@firjan.org.br

Ação 119 Participação do Estado do Rio de Janeiro na TV Digital

O que se pretende alcançar?

- Estimular e apoiar a participação do Rio de Janeiro na implantação e nos desdobramentos da TV Digital.

Atividades previstas:

- Mapear o processo de implantação da TV Digital no Brasil, identificando as oportunidades de negócios para o Estado do Rio de Janeiro;
- Conduzir articulações com entidades públicas e privadas de modo a maximizar a participação do Estado do Rio de Janeiro.

Informe-se sobre esta ação:

Sistema FIRJAN – Diretoria de Tecnologia
mapa@firjan.org.br

Posicionamento

O posicionamento estratégico para o Rio de Janeiro representa a maneira pela qual o Estado deverá ser reconhecido e percebido pela sociedade em 2015. Espera-se que, garantida a superação dos desafios apresentados como necessários ao desenvolvimento, o Rio de Janeiro será reconhecido pela geração de produtos e serviços de alto valor agregado e qualidade. Para tanto, o Estado consolidará sua vertente exportadora nacional e internacionalmente e se firmará como importante referência internacional de turismo e como referência nacional em produção de conhecimento.

Tema 12 • Posicionamento 2015

Nos últimos vinte anos, assistiu-se à aceleração máxima da revolução tecnológica aplicada às telecomunicações: um avanço que integrou as distintas regiões da esfera terrestre. Essa materialização ampliou de forma considerável as possibilidades de realização de negócios em tempo real, envolvendo empresas e mercados que, nos mapas, podem estar em pontos diametralmente opostos. Estas mudanças atingiram a economia local, alteraram as relações de produção e derrubaram barreiras que, até pouco tempo atrás, protegiam as empresas nacionais. Amparadas pelo espaço virtual, ilimitado e sem fronteiras, atores estrangeiros podem concorrer com os nacionais em seus próprios países. Essa internacionalização exige que o setor empresarial se empenhe em um movimento contínuo de busca por modernização e desenvolvimento, seja para conquistar novos mercados, seja para preservar suas posições em seus mercados internos.

De forma geral, a inserção na economia globalizada traz vantagens perceptíveis à cadeia produtiva e às empresas fornecedoras de serviços. Uma delas é a melhoria da qualidade dos produtos. Via de regra, para garantir a aceitação, as empresas precisam seguir normas e procedimentos compatíveis com as expectativas de mercados dia a dia mais exigentes, levando-as a adotar programas mais severos de qualidade. A pressão do mercado internacional também estimula aqueles que realmente desejam crescer a investir em inovação tecnológica, e a adotar práticas responsáveis, tanto do ponto de vista social quanto ambiental.

Auxiliar na construção de um Estado forte, capaz de oferecer ao mercado global produtos e serviços de alto valor agregado e de qualidade reconhecida é, portanto, mais um tema essencial deste Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. A rigor, a não-observância desta exigência excluiria o Estado, em pouco tempo, do rol dos seus pares que permanecessem competitivos e aptos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 12.1 • Estado-Destaque na Exportação de Produtos e Serviços

Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro ganhou destaque nas relações com o exterior. Relativamente a outros Estados, sobressaiu-se em termos de aumento da participação na pauta exportadora brasileira, que mais do que dobrou de 2000 a 2005. Isto significa que saltou da posição de nono Estado exportador para a de quinto. Em termos absolutos, as exportações mais do que quadruplicaram, passando de um total de US\$ 1,84 bilhões em 2000 para US\$ 8,2 bilhões em 2005.

O que está por trás deste desempenho é a mudança estrutural ocorrida na pauta de exportações fluminense: a partir do final do ano 2000, o Rio de Janeiro passou a exportar petróleo de forma crescente e desde meados de 2002, as vendas externas de manufaturados aceleraram-se.

Vencidos os desafios que se apresentam atualmente, espera-se que o Rio de Janeiro prossiga sua evolução positiva em termos de seu papel no comércio exterior do País.

Ao mesmo tempo, a garantia da competitividade do produto ou serviço fluminense levará naturalmente a uma maior penetração em mercados de outros Estados, contribuindo para a geração de riqueza em nosso território.

A discussão deste posicionamento levou os empresários consultados no processo de construção desse Mapa do Desenvolvimento a projetarem um cenário agressivo para a evolução das exportações do Estado. Vencidos os desafios apresentados e efetuadas as ações listadas, a expectativa é de que o Rio de Janeiro passe da posição atual de quinto Estado exportador para a de segundo em 2015, classificação ocupada atualmente por Minas Gerais.

O alcance do posicionamento exportador desejado é sustentado por ações associadas aos objetivos: “Garantir marcos regulatórios estáveis e bem definidos”, “Implementar uma ampla reforma na legislação tributária”, “Melhorar a infra-estrutura de transportes e logística no Estado”, “Estimular a inovação tecnológica nas empresas”, “Incentivar a adoção de fatores que impulsionam a competitividade”, “Fortalecer os arranjos produtivos locais”, “Melhorar o acesso e o uso de fontes de financiamento” e “Alavancar a cadeia produtiva de petróleo, gás e segmentos adjacentes”.

Estado-Destaque na Exportação de Produtos e Serviços			
Posição no <i>ranking</i> dos Estados	 Rio de Janeiro 5 ^o	Cenário escolhido: AGRESSIVO	 Minas Gerais 2 ^o

Objetivo 12.2 • Referência Internacional de Turismo

O Estado do Rio de Janeiro, com a sua diversidade de paisagens e a beleza exuberante da capital, possui uma vocação incontestável para o turismo de lazer. Principal destino do turista estrangeiro que visita o País, o Rio de Janeiro é a imagem do Brasil no exterior.

Nos últimos anos, a cidade do Rio de Janeiro também tem se firmado como um importante centro voltado para o turismo de negócios, com posição de liderança na realização de eventos internacionais nas áreas médica, científica, tecnológica e econômica, realizados nas Américas (fonte: *International Congress and Conventions Association - ICCA*).

Entretanto, para que o Rio de Janeiro se consolide como uma referência internacional de turismo, é necessário que sejam implementadas medidas que melhorem a infra-estrutura voltada para a atividade, a exemplo de outras regiões e capitais essencialmente turísticas do mundo. A escolha da cidade de Nova Iorque como cenário moderado do que pretendemos ser em 2015, justifica-se pela forma como a cidade americana conseguiu reverter a sua imagem antes associada à desordem e violência, possibilitando o aumento de 24% do número de turistas que visitam a cidade nos últimos 6 anos. Além disso, as duas metrópoles têm em comum o fato de serem ícones em seus respectivos países, a vocação para a cultura e entretenimento e a diversidade.

O alcance do posicionamento turístico desejado é sustentado por ações associadas aos objetivos: “Fomentar políticas para garantir a segurança” e “Fortalecer a cadeia produtiva do turismo de lazer e negócios”.

Referência Internacional de Turismo			
			
Fluxo de Turistas	Rio de Janeiro 1,7 Milhão	Cenário escolhido: MODERADO	Nova Iorque 6,2 Milhões



Objetivo 12.3 • Referência Nacional em Produção de Conhecimento

O Rio de Janeiro se destaca por sua vocação para a cultura, a ciência, a tecnologia e o conhecimento. Para garantir que o Estado assumira a dianteira na produção científica e cultural, mantendo o *status* de referência nacional em produção de conhecimento, é importante estabelecer marcos legais de estímulo à inovação e produção de conhecimento, assim como, desenvolver novos programas de inovação, à luz de experiências nacionais e internacionais.

Um exemplo pertinente é a elaboração da Lei Fluminense de Inovação. Outra prioridade estratégica é a ampliação dos investimentos privados e recursos públicos em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, com maior participação do setor produtivo no desenvolvimento tecnológico.

Também é essencial recuperar e fortalecer a capacidade instalada nos centros tecnológicos e de pesquisa, bem como a infraestrutura dos laboratórios do Estado, e estimular a interação crescente entre as universidades, os centros de pesquisas e as empresas fluminenses.

Os empresários envolvidos no processo de construção desse Mapa do Desenvolvimento consideraram viável um cenário misto entre moderado e agressivo para os próximos anos neste tema. Assim, se várias ações enumeradas nesse Mapa nos objetivos: “Promover a Formação Profissional Técnica e Superior alinhada aos pólos econômicos do Estado do Rio de Janeiro”, “Melhorar o acesso e o uso de fontes de financiamento”, “Incentivar a adoção de fatores que impulsionam a competitividade”, “Estimular a inovação tecnológica nas empresas”, “Fortalecer os arranjos produtivos locais”, “Fortalecer a cadeia produtiva do petróleo, gás e segmentos adjacentes” e “Fortalecer a indústria do conhecimento”, forem levadas adiante, o Estado será bem-sucedido na conquista do posicionamento almejado, ser Referência Nacional em Produção de Conhecimento. Ao final de 10 anos, o Estado terá avançado significativamente na direção do desenvolvimento baseado na produção do conhecimento, conforme experimentado pela Coreia e França, de acordo com os parâmetros selecionados.

Referência Nacional em Produção de Conhecimento				
				
Dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento/PIB (%)	Rio de Janeiro 0,60 (2003)	Cenário escolhido: AGRESSIVO/MODERADO	Coreia 2,96 (2001)	França 2,2 (2001)
Participação do Setor Produtivo no Dispêndio de P&D	63% (2003)		74% (2004)	51% (2000)

Resultados para o Estado do Rio de Janeiro

Uma vez vencidos os obstáculos, espera-se que o Estado do Rio de Janeiro alcance níveis mais elevados de qualidade de vida nos próximos dez anos, com melhora dos indicadores de educação, saúde e renda. Com menor desigualdade social e regional, o ambiente será propício para a expansão dos negócios e, conseqüentemente, ter-se-á maior crescimento e um processo de desenvolvimento sustentável.

Tema 13 • Resultados para o Estado do Rio de Janeiro

Objetivo 13.1 • Elevação da Qualidade de Vida

A busca por uma melhor qualidade de vida para a população é uma preocupação constante dos governantes. A prática de mensuração utilizando o Produto Interno Bruto – PIB mostra-se inadequada, na medida em que qualidade de vida é um conceito muito mais amplo que reúne em si não somente informações econômicas mas também sociais, tanto de natureza subjetiva quanto objetiva. Diante dessa dificuldade, foi criado um indicador – o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – que objetiva utilizar parâmetros concretos para permitir a comparação de países, Estados ou municípios em relação aos demais, bem como o acompanhamento de sua evolução ao longo do tempo.

Este índice é formado por três dimensões: renda, saúde e educação. A dimensão de renda é estimada computando-se o PIB *per capita*, depois de corrigido pelo poder de compra. A dimensão de saúde capta a longevidade através da expectativa de vida ao nascer da população. A dimensão de educação, por sua vez, reflete tanto a situação atual – através da taxa de analfabetismo adulto – quanto as perspectivas futuras, através da taxa de matrícula nos diversos níveis de ensino. Estas três dimensões são transformadas em índices que variam de zero a um, sendo combinadas em proporções iguais em um indicador-síntese, que também tem sua variação limitada entre zero e um (o valor um é o nível mais alto).

Esperamos, como resultado da superação dos obstáculos levantados pelo Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro nos próximos 10 anos, o aumento do IDH do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios.

A discussão do resultado esperado em termos de qualidade de vida levou os empresários envolvidos no processo de construção desse Mapa do Desenvolvimento a projetarem um cenário moderado para a elevação da qualidade de vida no Estado. Respeitadas as condições apresentadas, a expectativa é de que o Rio de Janeiro atinja, em 2015, o atual IDH do Chile.

Referência Nacional em Produção de Conhecimento			
			
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	Rio de Janeiro 0,807	Cenário escolhido: MODERADO	Chile 0,854

13.2 • Crescimento Econômico

Crescimento econômico é outra preocupação constante de governantes e objetivo final de toda sociedade. O crescimento econômico pode ser avaliado pelo aumento do nível de produção e pela conseqüente geração de emprego. O crescimento almejado pelas sociedades é aquele que se caracteriza como sustentável, ou seja, contínuo e em bases sólidas.

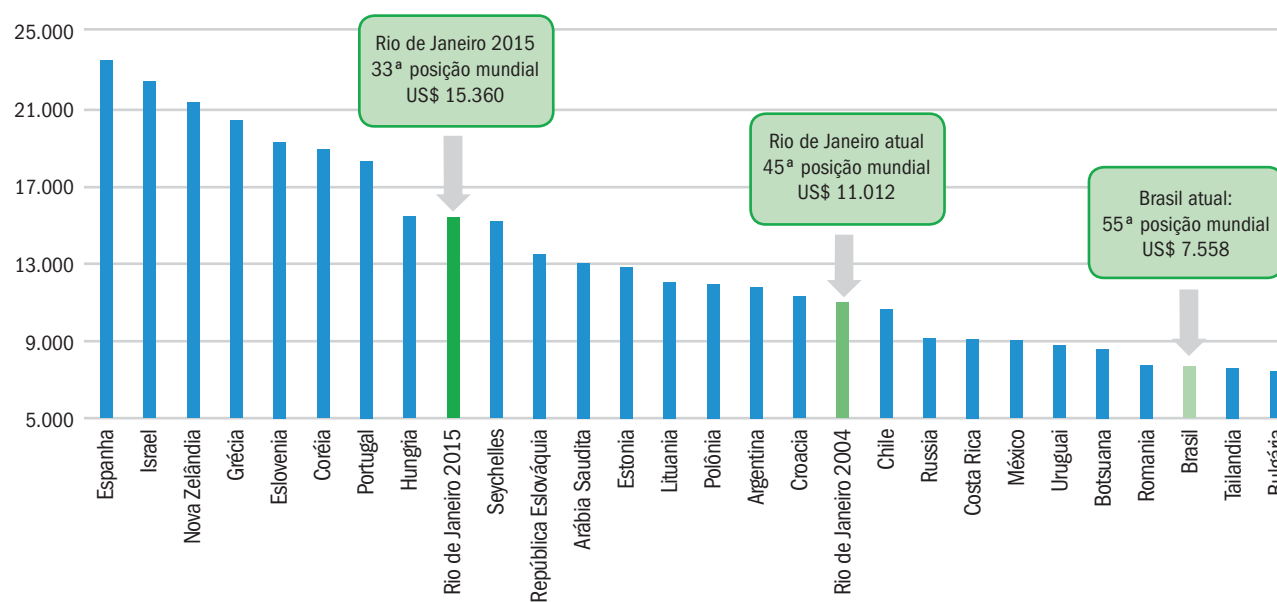
O motor de todo processo de crescimento é a expansão do investimento, especialmente o privado. É fundamental, portanto, garantir a criação de um ambiente favorável aos negócios e remover as amarras que desestimulam e encarecem o investimento privado. A superação dos desafios estratégicos constantes no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, através das ações sugeridas, permitirá que a sociedade fluminense colha os benefícios do crescimento econômico sustentado ao final do período de 10 anos.

O debate em torno do resultado esperado em termos de crescimento econômico levou os empresários participantes do processo de construção desse Mapa do Desenvolvimento a projetarem um cenário agressivo para o crescimento econômico do Estado. Vencidos os obstáculos apresentados, a expectativa é de que a economia fluminense crescerá a taxas semelhantes às do País, mantendo sua participação no Produto Interno Bruto – PIB do Brasil. Nesse cenário, a economia brasileira leva a cabo as reformas necessárias, garantindo que o PIB se expanda conforme o estudo desenvolvido pela *Goldman Sachs* para os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), ou seja, a uma média de 4,2% ao ano de 2005 a 2010 e de 4,1% de 2010 a 2015. Como resultado, o PIB *per capita* do Rio de Janeiro passará dos US\$ 11.012, obtidos em 2004, para US\$ 15.360 em 2015.

O PIB *per capita* do Estado, que atualmente é um dos mais elevados do País, quando comparado com o ranking mundial posiciona-se na 45ª posição, pouco acima do Chile. Seguindo a trajetória positiva do cenário agressivo, o Rio de Janeiro avançará para a 33ª posição, considerando o ranking atual.

Crescimento Econômico			
			
Posição no <i>ranking</i> do PIB <i>per Capita</i> (US\$)	Rio de Janeiro 45º (2004)	Cenário escolhido: AGRESSIVO	Rio de Janeiro 33º (2015)

PIB per capita a Preços Constantes Internacionais (US\$) 2004



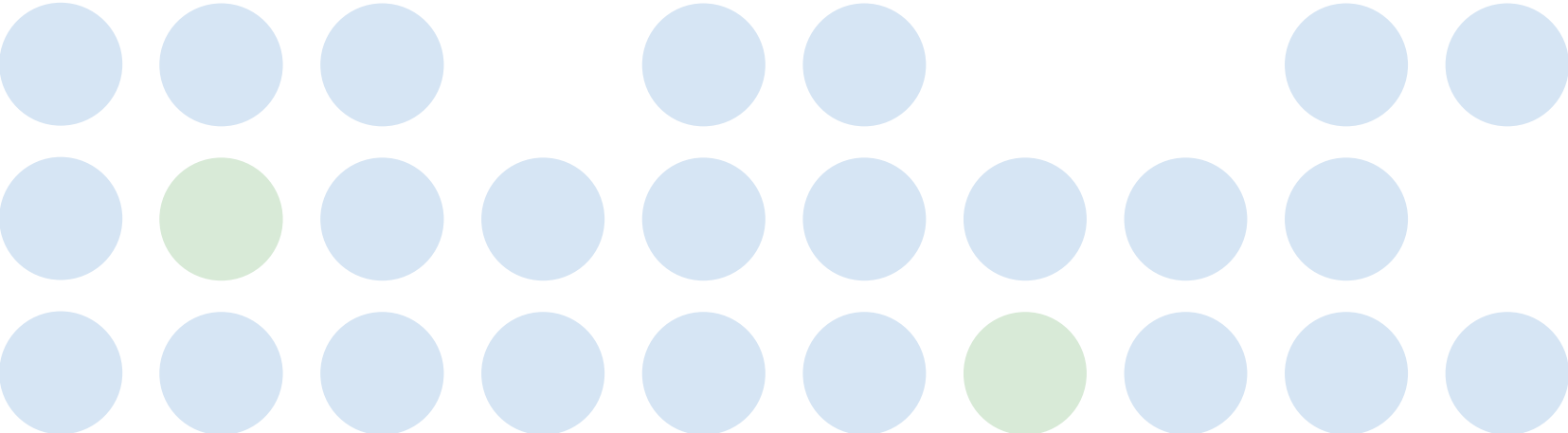
Fonte: Banco Mundial, IBGE, IPEA e Projeções FIRJAN

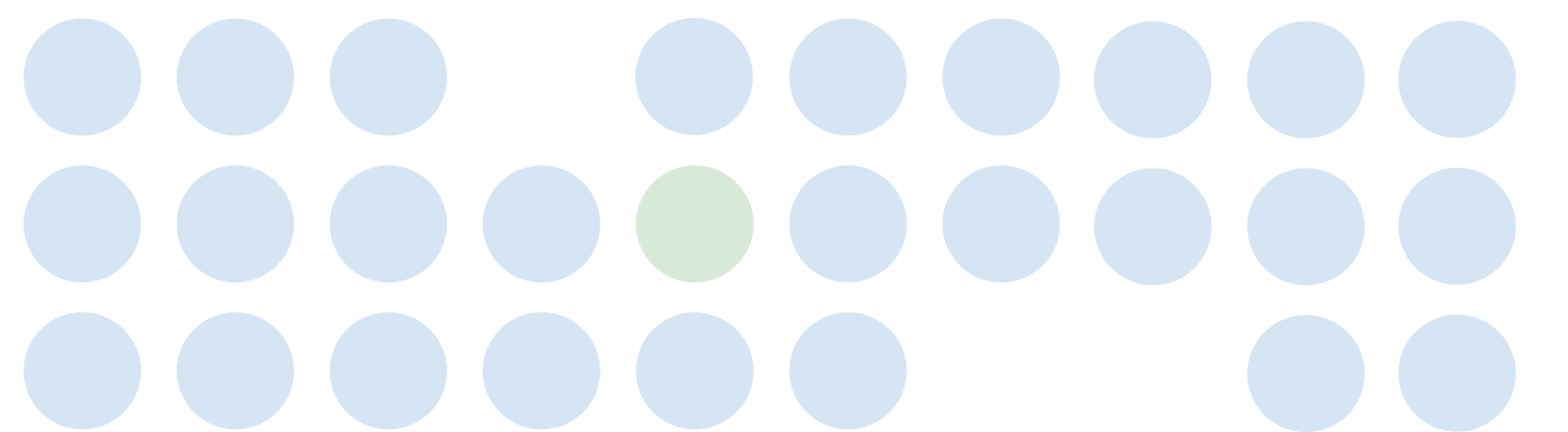
Rio de Janeiro e Brasil: 2004 e Projeção 2015

	2004	Previsão 2015
PIB Brasil (US\$)	1.372 bi	2.147 bi
PIB Rio de Janeiro (US\$)	167,0 bi	262,0 bi
Participação PIB Rio de Janeiro/Brasil	12,2%	12,2%
PIB per capita Brasil (US\$)	7.558	10.301
PIB per capita Rio de Janeiro (US\$)	11.012	15.360
Taxa de desemprego - Rio de Janeiro	7,7%	6,0%
Criação de empregos - Rio de Janeiro 2005-2015	-	1.078.927

Fontes: Banco Mundial (PIB em 2004 a dólares de 2000 pelo conceito de paridade de poder de compra), IBGE, IPEA (para projeções da população economicamente ativa) e Projeções FIRJAN

O Processo de Construção do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro



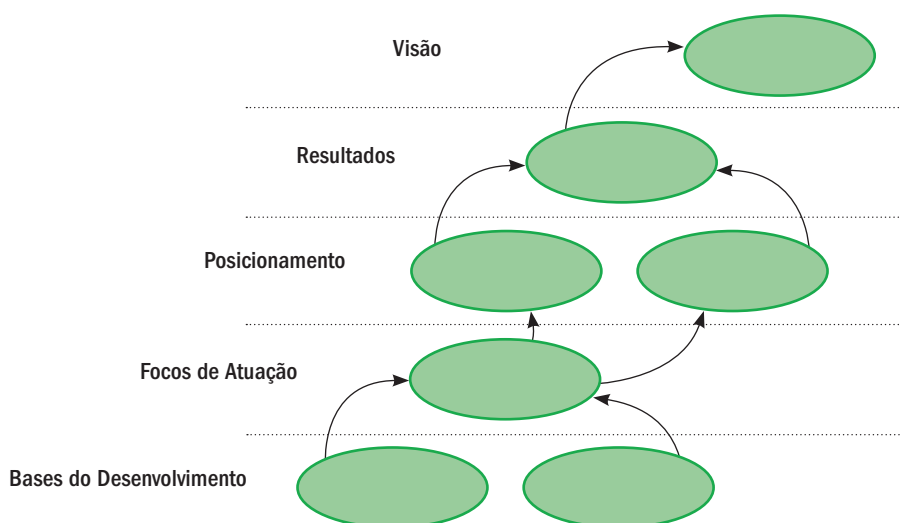


1 • Metodologia Aplicada

O projeto de construção do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro foi desenvolvido seguindo o conceito e a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), um modelo de gestão que auxilia as organizações na tradução de suas estratégias em objetivos operacionais que direcionem seus comportamentos e sua *performance*. Isto se dá através de um sistema alinhado pelas perspectivas de ação (bases do desenvolvimento e focos de atuação), e pelas perspectivas de resultados (posicionamento e resultados).

Desta forma, o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro explicitará uma relação de causa-efeito entre os objetivos estratégicos definidos para as quatro perspectivas. O sucesso do conjunto de objetivos do Mapa terá, como consequência, o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro ao final do período 2006-2015.

As Relações de Causa e Efeito



2 • Etapas de Implantação

As etapas, o conteúdo e o cronograma do projeto encontram-se detalhados a seguir.

• Planejamento, Capacitação e Sensibilização das Equipes (novembro/2005):

- Planejamento do projeto;
- Capacitação da equipe de desenvolvimento na metodologia de implementação do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro;
- Sensibilização das lideranças;
- Planejamento dos *workshops*;
- Participação e engajamento das lideranças e equipe do Sistema FIRJAN.

- **Alinhamento da Visão Estratégica Empresarial do Rio de Janeiro (novembro/2005):**

- Realização do *Workshop* I com a Diretoria do Sistema FIRJAN para:
 - . Resgate do passado – construção da linha do tempo;
 - . Construção das competências essenciais;
 - . Definição das tendências (oportunidades e ameaças) para o futuro do Estado;
 - . Projeção da visão de futuro e dos desafios estratégicos.

- **Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (dezembro/2005 a março/2006):**

- Realização da pesquisa estruturada, junto aos empresários, sobre o futuro do Rio de Janeiro, qualificando e priorizando os desafios estratégicos;
- Realização do *workshop* com a Indústria do Conhecimento, representado por empresários das áreas de audiovisual, jurídica, produção cultural, moda, informática, financeira, arquitetura e publicidade de modo a garantir aprofundamento sobre os setores no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro;
- Refinamento do Mapa: reuniões com empresários e demais representantes da sociedade civil para garantir abrangência e profundidade;
- Realização do *Workshop* II com o Conselho de Representantes do Sistema FIRJAN para consolidação e definição de cenários de futuro para o Rio de Janeiro.

- **Indicadores, Metas e Ações Estratégicas do Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (março-maio/2006):**

- Elaboração das propostas, com a equipe técnica do Sistema FIRJAN, de indicadores, metas e ações estratégicas para formar o Mapa;
- Levantamento de indicadores e seus históricos, metas e ações estratégicas existentes;
- Validação de indicadores, metas e ações estratégicas para formar o Mapa com Conselhos e Fóruns Empresariais e Grupos Temáticos do Sistema FIRJAN.

- **Consolidação do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro – Detalhamento das Ações, Responsáveis e Sistema de Gestão (junho-julho/2006):**

- Detalhamento, junto à equipe técnica do Sistema FIRJAN, de indicadores, metas e ações estratégicas para implementação e gestão do Mapa;
- Desenvolvimento da publicação do Mapa.

- **Comunicação e Envolvimento das Partes Interessadas (processo contínuo):**

- Plano de comunicação para disseminação e acompanhamento pela sociedade do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro;
- Envolvimento das partes interessadas no processo de comunicação

3 • Participantes do Processo

A construção do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro contou com a privilegiada participação e dedicação de personalidades dos meios Empresariais, Acadêmicos, Governamentais, dos membros dos Conselhos e Fóruns Empresariais da FIRJAN, de Sindicatos Associados, e da Equipe Técnica do Sistema FIRJAN.

● **Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**

Presidente:

- Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-Presidente:

- Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-Presidente:

- Carlos Fernando Gross

Vice-Presidentes:

- Angela Maria Machado da Costa
- Antonio Cesar Berenguer Bittencourt Gomes
- Carlos Augusto di Giorgio Sobrinho
- Henrique Antônio Nora Oliveira Lima
- Jacob Steinberg
- José Mário de Oliveira Ramos
- Manuel Ribeiro Gonçalves
- Raul Eduardo David de Sanson

Diretores:

- Antônio José Borges da Costa
- Carlo Cappellini
- Carlos Eduardo de Sá Baptista
- Cláudio Tangari
- José da Rocha Pinto
- Luiz César de Souza Caetano Alves
- Mauro Custódio Varejão
- Nilcéa Citéli Soares
- Victor Antônio Misquey

1º Diretor Secretário:

- Armando Brasil Salgado

2º Diretor Secretário:

- Assis de Oliveira Bastos

3º Diretor Secretário:

- Paulo Cezar de Azevedo

1º Diretor Tesoureiro:

- Abílio Moreira Mendes

2º Diretor Tesoureiro:

- Sérgio Gomes Malta

3º Diretor Tesoureiro:

- Dalton Carestiato

● **Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro**

Presidente:

- Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-Presidente:

- João Lagoeiro Barbará

2º Vice-Presidente:

- Geraldo Benedicto Hayem Coutinho

Vice-Presidentes:

- Abrahão Roberto Kauffmann
- Antenor Gomes de Barros Leal Filho
- Armando Klabin
- Benjamin Steinbruch
- Elizio Moreira da Fonseca
- Georges Barrenne

- Germano Hugo Gerdaupeter
- Guilherme Levy
- Luís Fernando Junqueira Borges
- Mariano Marcondes Ferraz
- Olavo Egídio Monteiro de Carvalho
- Oscar Luiz Romão Oliveira
- Paulo César Peixoto de Castro Palhares
- Paulo Mário Freire
- Roberto Pinto Dias Garcia
- Roger Agnelli
- Rubens Muniz
- Silvio Ferreira de Carvalho Junior

1º Diretor Secretário:

- Mauro Ribeiro Viegas Filho

2º Diretor Secretário:

- Roberto da Rocha Miranda de Faria

1º Diretor Tesoureiro:

- José Mário de Oliveira Ramos

2º Diretor Tesoureiro:

- José Arnaldo Rossi

• **Conselhos Empresariais:**

- Assuntos Legislativos
Presidente: Henrique Antônio Nora Oliveira Lima
- Energia
Presidente: Armando Guedes Coelho
- Gestão Estratégica para a Competitividade
Presidente: Angela Costa
- Indústria da Construção
Presidente: Roberto Kauffmann
- Infra-estrutura
Presidente: João Lagoeiro Barbará
- Jovens Empresários
Presidente: Roberto de Faria
- Meio Ambiente
Presidente: Isaac Plachta
- Política Econômica e Industrial
Presidente: Carlos Mariani Bittencourt
- Política Social e Trabalhista
Presidente: José Arnaldo Rossi
- Recursos Hídricos
Presidente: Mauro Ribeiro Viegas
- Relações Internacionais
Presidente: Embaixador Luiz Felipe Lampreia



- Responsabilidade Social

Presidente: Luiz Chor

- Tecnologia

Presidente: Fernando Sandroni

- **Fóruns Empresariais:**

- Águas Minerais

Coordenador: Peter Paulo Baptista Almeida

- Areia e Brita

Coordenador: Carlos Alberto Babo

- Bens Não-Duráveis

Coordenador: Geraldo Coutinho

- Cadeia da Indústria Moveleira

Coordenador: Joaquim Gomes da Silva

- Cosméticos e Perfumaria

Coordenador: Celso Dantas de Aguiar

- Indústria Audiovisual

- Indústria Metal-Mecânica e Segmentos Afins

Coordenador: Raul Eduardo David de Sanson

- Moda

Coordenador: Yvah Pacheco Reis

- Rochas Ornamentais

Coordenador: Mauro Custódio Varejão

- Turismo

Coordenador: Philip Carruthers

- Mudanças Climáticas

Coordenador: José Mário de Oliveira Ramos

- **Conselhos das Representações Regionais da FIRJAN:**

- Baixada Fluminense Área I

Presidente: Oscar Luiz Romão Oliveira

- Baixada Fluminense Área II

Presidente: Antônio Berdge Kessedjian

- Centro Norte Fluminense

Presidente: Cláudio Tangari

- Leste Fluminense

Presidente: Luiz Césio de Souza Caetano Alves

- Noroeste Fluminense

Presidente: Antônio Carlos Anzolin Boechat

- Norte Fluminense

Presidente: Geraldo Benedicto Hayem Coutinho

- Serrana

Presidente: Gastão Reis Rodrigues Pereira

- Sul Fluminense

Presidente: Henrique Antônio Nora Oliveira Lima

- **Conselho dos Presidentes de Conselhos das Representações Regionais**

Presidente: Rubens Muniz



- **Conselho de Representantes da FIRJAN**

- **Conselho Diretor do CIRJ**

- **Sindicatos Associados**

- **Grupos - Temas específicos:**

Grupo Gestão Pública:

- Alberto Flores Camargo
- Alessandro Molon
- Andréa Gouvêa Vieira
- Aurélio Wander Bastos
- Ester Inês Scheffer
- Lauro Vieira Faria
- Luiz Fernando Victor
- Nelson Rocha
- Rodrigo Terra
- Sérgio Magalhães

Grupo Região Metropolitana:

- Luiz Cesar de Queiróz Ribeiro
- Sérgio Magalhães
- Sol Garson

Grupo Desburocratização:

- Cláudio Araújo de Oliveira
- Leila Castanheira
- Leônidas Quaresma
- Vera Mangas

Grupo Infra-Estrutura:

- Delmo Pinho
- Ernani Duarte
- Francisco José de Almeida Silva
- Jovelino Pires
- Mauro Viegas Filho
- Milton Ferreira Tito

Grupo Saúde:

- Adriano Londres
- Anna Butter Nunes
- Antonio Ivo
- Armando Amaral
- Ismar Alberto Pereira Bahia
- Jorge Darze
- Jorge Moll
- José Carlos de Souza Abrahão



- Luiz Antonio Santini
- Luiz Roberto Tenório
- Mansur José Mansur
- Mauro Marzochi
- Paulo Pinheiro
- Sidnei Ferreira
- Wilson de Maio

Grupo Educação:

- Alberto de Mattos Brunner
- Carlos Alberto Pereira Bahiana
- Eduardo Cavalcanti
- Leyla Maria Felix do Nascimento
- Wanderley Quêdo
- Marcelo Macedo Corrêa e Castro
- José Ricardo Arruda
- Maria Célia Mendonça
- Maria Luiza Tavares Benício
- Padre Jesus Hortal Sánchez
- Ricardo de Assis Porto
- Roberto Guimarães Boclin
- Stella Magali Salomão
- Wanderley Antunes Bezerra

Grupo Segurança Pública:

- Felipe Cuesta
- Fernando Neiva Guará
- Francisco Horta
- Geraldo Tadeu M. Monteiro
- Gilson Medeiros
- Guilherme Vogel
- Marina Magessi
- Mônica Giagio Amaral
- Monica Marques
- Zeca Borges

Grupo Indústria do Conhecimento:**Arquitetura:**

- Alfredo Brito
- Bel Lobo
- Davino Pontual
- Edson Musa
- Ernani Freire
- Fernanda Salles
- Fernando Alencar
- Flavio Ferreira
- Gilson Dos Santos
- Gustavo Peixoto
- Luiz Antônio Rangel
- Luiz Augusto Indio Da Costa
- Manuel Ribeiro
- Mauro Neves Nogueira
- Otávio Leonídio Ribeiro

Audiovisual:

- Bel Noronha
- Diler Trindade
- Lucy Barreto
- Luiz Severiano Ribeiro
- Nelson Hoineff
- Rose La Creta

Financeiro:

- Antonio Jose Carneiro
- Cristiano Buarque Neto
- Edgard Ramos
- Thomás Tosta de Sá

Informática:

- Antonio Carlos Mattos
- Beijamin Quadros
- Bruno Lessa
- Eduardo Nasajon
- Eraldo Jiaqueto
- Fernando Nery
- Ilan Goldman
- Jackson Schemnes
- Marcelo de Vicq
- Marlene Sabino Pontes
- Wilson Bôtto Filho

Jurídico:

- Aurélio Vander Bastos
- Carlos Roberto De Andrade
- Condorcet Rezende
- Francisco Mussnich
- Gert Egon Dannemann
- João Geraldo Piquet Carneiro
- Jorge Hilário Gouvea Vieira
- Nilo Batista
- Octavio Gomes
- Ronaldo Veirano
- Sérgio Bermudes

Moda:

- Alexandre Aquino
- Clara Vasconcelos
- Eloysa Simão
- Malba Paiva

Produção Cultural:

- Alessandra Clark
- Cristina Braga

- Dyonne Boy
- Fernando Portela
- João Madeira
- Loly Nunes
- Luisa Velho
- Marli Fernandes
- Martha Mamede Batalha
- Raquel Valença
- Suzi Cantarino

Publicidade:

- Armando Strozemberg
- Cláudia Dantas
- Clóvis Speroni
- Glaucio Binder
- Jairo Carneiro
- João Luiz Faria Neto
- Maria Teresa Monteiro
- Mauro Matos
- Pio Borges
- Savio Mafra
- Valdir Siqueira

Seguros:

- Ronaldo Mendonça Vilela

● **Equipe Técnica do Sistema FIRJAN**

● **Coordenação Geral:**

Diretoria Operacional Corporativa do Sistema FIRJAN

● **Apoio e Sistematização:**

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica do Sistema FIRJAN

Este trabalho é uma realização conjunta da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Serviço Social da Indústria - RJ e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - RJ.